

CONGRESSO

Metroviários nos trilhos do futuro

Metrô público,
estatal e de qualidade.
Garantia de direitos
e conquistas.
Não à privatização!

Caderno de Emendas ao texto Base

ÍNDICE

CONJUNTURA INTERNACIONAL

1. Emenda substitutiva dos parágrafos 1 ao 13.....	3
2. Emenda Substitutiva dos parágrafos 1 ao 8.....	3
3. Emenda Aditiva no início do parágrafo 2.....	3
4. Emenda Substitutiva dos parágrafos 9 ao 13.....	4
5. Emenda Aditiva antes do parágrafo 9	4
6. Emenda aditiva 13a – após parágrafo 13.....	4
7. Emenda Aditiva 13b – após parágrafo 13.....	4
8. Emenda aditiva 13c – após parágrafo 13.....	5
9. Emenda aditiva 13d – após parágrafo 13	5
10. Emenda Aditiva 13e – após parágrafo 13.....	5

CONJUNTURA NACIONAL

11. Emenda supressiva: do parágrafo 28 ao 37	6
12. Emenda Substitutiva do parágrafo 14 ao 37	6
13. Emenda Substitutiva ao parágrafo 17.....	6
14. Emenda substitutiva dos parágrafos 18 ao 20.....	6
15. Emenda substitutiva ao parágrafo 22.....	7
16. Emenda supressiva – frase do parágrafo 31.....	7
17. Emenda aditiva após parágrafo 27.....	7
18. Emenda aditiva após parágrafo 31	7
19. Emenda Aditiva após parágrafo 32.....	8
20. Emenda Aditiva após parágrafo 35.....	8
21. Emenda Aditiva após parágrafo 37.....	8
22. Emenda Aditiva após parágrafo 37.....	8
23. Emenda Aditiva após parágrafo 40.....	9
24. Emenda aditiva 40a – após parágrafo 40	9
25. Emenda aditiva 40b – após parágrafo 40	9
26. Emenda aditiva 40c – após parágrafo 40	9
27. Emenda aditiva 40d – após parágrafo 40	9
28. Emenda aditiva 40e – após parágrafo 40	9

CONJUNTURA ESTADUAL

29. Emenda Aditiva após parágrafo 53.....	10
30. Emenda aditiva após parágrafo 60.....	10

MOVIMENTO SINDICAL

31. Emenda substitutiva dos parágrafos 80 ao 102	10
32. Emenda aditiva antes parágrafo 80.....	11
33. Emenda substitutiva dos parágrafos 88 ao 99.....	11
34. Emenda Aditiva antes do parágrafo 88	12
35. Emenda Aditiva após o item 94	12
36. Emenda Subst. dos parágrafo 97 e 98	12
37. Emenda Substitutiva dos parágrafos 100 ao 102	13
38. Emenda aditiva após parágrafo 102.....	13
39. Emenda aditiva após parágrafo 102.....	13
40. Emenda Subst. dos parág. 103 ao 115.....	13
41. Emenda aditiva após parágrafo 122.....	13
42. Emenda aditiva após parágrafo 122.....	14

ORGANIZAÇÃO DA CATEGORIA

43. Emenda Aditiva após parágrafo 128.....	14
44. Emenda Aditiva após parágrafo 128.....	14
45. Emenda substitutiva dos parágrafos 138 ao 141.....	15
46. Emenda Aditiva após parágrafo 140.....	15
47. Emenda Aditiva após parágrafo 141.....	15

ESTRUTURA DO SINDICATO

48. Emenda aditiva parágrafo 162.....	16
49. Emenda aditiva após parágrafo 167	16
50. Emenda aditiva após parágrafo 117	16

POLÍTICAS SOCIAIS

51. Emenda Aditiva após parágrafo 178.....	16
52. Emenda Aditiva após parágrafo 183.....	17
53. Emenda Substitutiva ao parágrafo 184	18
54. Emenda aditiva após parágrafo 185	18
55. Emenda Aditiva ao parág. 186 – no início.....	18
56. Emenda aditiva após parágrafo 189.....	19
57. Emenda substitutiva ao parágrafo 193.....	19
58. Emenda Aditiva ao final do parágrafo 193.....	19
59. Emenda aditiva após parágrafo 193.....	19
60. Emenda Aditiva ao item 204	19
61. Emenda Aditiva ao final do parágrafo 204.....	19
62. Emenda aditiva ao parágrafo 205.....	19
63. Emenda aditiva 206a após parágrafo 206	19
64. Emenda Aditiva 206b após parágrafo 206	19
65. Emenda Aditiva 206c após parágrafo 206.....	20
66. Emenda Aditiva 206d após parágrafo 206.....	20
67. Emenda aditiva 206e após parágrafo 206.....	20
68. Emenda Aditiva 206f após parágrafo 206	20
69. Emenda Aditiva 206g após parágrafo 206	20

APRESENTAÇÃO

Rumo ao 8º Congresso

Após divulgarmos o texto base aprovado pela diretoria plena do Sindicato, foi instituído um prazo para que todos os metroviários sindicalizados enviassem suas propostas de emendas supressivas, substitutivas e aditivas.

Encerrado este prazo, organizamos este caderno contendo todas as emendas apresentadas que, apoiado no texto base já publicado, direcionará os debates no 8º Congresso dos Metroviários.

Estas emendas após debatidas nos grupos serão votadas pelos delegados na plenária final do Congresso, o que resultará na elaboração do caderno de resoluções do 8º Congresso dos Metroviários de São Paulo.

Com base nestas resoluções é que o Sindicato fundamentará suas atuações nos próximos anos, e por isso destacamos a importância do Congresso, para que possamos prosseguir com nossa luta contra a política neoliberal de desvalorização dos trabalhadores e sucateamento dos serviços públicos essenciais.

Na apresentação das emendas ou novas proposições, foi obedecido os seguintes critérios:

- **Emendas aditivas:** substituir temas ou parágrafos do texto base. Propostas que objetivam acrescentar novos temas e parágrafos ao texto base.
- **Emendas supressivas:** Propostas que objetivam retirar (suprimir) temas ou parágrafos do texto base.
- **Emendas substitutivas:** Propostas que objetivam

Errata do texto base: Os parágrafos 148 ao 152 devem ser desconsiderados pelos delegados pois eles são repetição dos parágrafos 138 ao 141.

Fique atento para o Calendário das atividades do 8º Congresso:

Eleição de delegados (as)	27/03 a 03/04
Publicação de delegados(as) eleitos(as)	05/04
Realização do Congresso	27,28,29 e 30/04

Conjuntura Internacional

1. Emenda Substitutiva dos parágrafos 1 ao 13

Cresce a resistência ao neoliberalismo

O imperialismo americano mantém sua ofensiva militar, econômica, cultural e ideológica para impor seu domínio no mundo, num período em que capitalismo é hegemônico pelo capital financeiro, procurando a todo custo recompor as taxas de lucro dos principais setores da economia imperialista às custas da hiper-exploração dos trabalhadores de um violento ataque ao meio ambiente. Em nome do “combate ao terrorismo” e com o discurso de defesa da democracia, Bush e seus falcões anunciaram a estratégia da “intervenção preventiva”, com o intuito de avançar no sentido de aniquilar qualquer movimento que se contraponha aos seus interesses capitalistas.

Mas ao lado deste cenário de caos e sofrimento humano, cresce a resistência da classe trabalhadora e dos movimentos sociais. O oriente médio é um foco de extrema tensão. No Iraque, a aprovação da Constituição e a eleição de um novo governo patrocinada pelos EUA e seus aliados locais, não acabaram com a insurgência do povo iraquiano, com o objetivo de expulsar as tropas invasoras do país. Na Palestina, a vitória do Hamas nas eleições demonstra a radicalização do povo palestino contra a ocupação israelense. E a recente onda de manifestações contra a publicação das charges de Maomé na imprensa européia generalizada o sentimento contra o imperialismo ocidental nos países com forte presença muçulmana.

Nos países capitalistas centrais ocorreram greves e manifestações de maior importância, como foi o levante dos jovens imigrantes de Paris, que se espalhou por toda França e algumas cidades da Alemanha e Bélgica. Também devem ser consideradas as mobilizações setoriais que ocorreram nos EUA: a marcha de 200 mil contra a guerra e a greve do setor de transporte público de Nova York e da Boeing.

Mas é na América Latina que se desenvolve e se intensifica um dos principais pólos de resistência popular à política imperialista, sendo visível uma crise cada vez mais aguda das democracias burguesas, subordinadas ao imperialismo.

Está em curso um processo ascendente de acumulação de forças. Através de sucessivas lutas pelos direitos e reivindicações das massas exploradas e oprimidas: greves, lutas de desempregados, “piqueteiros” e aposentados, movimentos de camponeses “sem terra” e de povos “indígenas”, lutas dos jovens e mulheres de bairros pobres, de estudantes e professores.

Os impasses em torno aos prazos e objetivos originais da ALCA são expressões indiretas dos levantes e da resistência ao neoliberalismo que tem se intensificado no continente nos últimos 5 anos, com particular destaque para a situação venezuelana, onde se verifica um processo revolucionário pautado por um profundo sentimento antiimperialista das camadas mais pobres da população.

As vitórias eleitorais de candidatos que prometem mudança também são expressões de uma profunda rejeição ao neoliberalismo e de suas consequências, ainda que em vários casos capitalizadas por alternativas formalmente de esquerda, mas que enveredam na prática do continuísmo. Marcar um signo em direção ao crescimento da resistência popular não é o mesmo que afirmar uma mudança qualitativa na relação de forças, que segue ainda sob a iniciativa do capital imperialista, com seu monstruoso arsenal militar, seus mecanismos multilaterais (FMI, OMC, Banco Mundial, etc.) de imposição econômica. Principalmente porque existe uma grande distância entre a resistência popular e a construção de alternativas socialistas conseqüentes com capacidade de apresentar um projeto de ruptura com a ordem burguesa pela via da ação direta dos explorados e oprimidos. Mas sem dúvida que o aumento das mobilizações coloca a reconstrução de um projeto socialista em melhores condições, se comparado com o período pós-queda do Muro de Berlim.

*Paulo Pasin - vice-presidente, Sérgio Renato (Carioca) - Séc. de Saúde,
Dagnaldo - diretor de base - operador LLO*

2. Emenda Substitutiva dos parágrafos 1 ao 8

América Latina - Governos de “esquerda” é resultado ascenso das lutas

A vitória de Evo Morales se soma a uma série sem paralelo na história da América Latina de “governos de esquerda” ou “nacionalistas” que chegaram ao poder pelas eleições: Lula no Brasil, Tabaré Vasques no Uruguai, Kirchner na Argentina, Chávez na Venezuela, Michelle Bachelet no Chile, e agora Evo Morales. Dentro em pouco a lista pode aumentar com Lopez Obrador, no México, e Ollanta Humala, no Peru.

Nosso continente mudará afinal pelas mãos destes governos? Ou, desde outro ângulo, será formado um eixo antiimperialista real, com Evo, Fidel e Chávez, que poderá levar à ruptura com o imperialismo?

Não nos somamos aos que alentam estas ilusões. Ao contrário, queremos alertar sobre dois elementos centrais dessa nova realidade latino-americana. O primeiro é que estes resultados eleitorais são uma expressão, distorcida, de um giro à esquerda das massas, desigual de país a país, mas que tiveram seus maiores picos nos processos insurrecionais que existiram na Bolívia (2003:2005), Equador (2000), Argentina (2001). O repúdio aos planos neoliberais aplicados em todo o continente pelos governos de direita são traços comuns em todos nossos países, que em algumas partes se expressaram em grandes mobilizações e em outras, também, através das eleições. A Bolívia é, sem dúvida, o país em que estas mobilizações tiveram mais peso, e isso explica a vitória inédita de Evo. Duas grandes mobilizações revolucionárias, que incluíram greves gerais, bloqueio de estradas pelos camponeses e a ocupação de La Paz por gigantescas mobilizações derrubaram dois governos (Sanchez Losada e

Carlos Mesa). Nos dois momentos, Evo Morales teve um papel destacado para frear as lutas e encaminhá-las para a via eleitoral, na qual acabou vitorioso.

O segundo elemento é que estes governos eleitos não têm servido para acabar com o neoliberalismo, mas como uma via distinta para mantê-lo, e evitar que este ascenso desemboque em uma via revolucionária que coloque um fim a exploração de nosso povo. Lula manteve o plano de FHC no Brasil; Tabaré Vasques faz o mesmo no Uruguai, com um ministro da Fazenda parecidíssimo a Palocci; Kirchner voltou a pagar a dívida externa (suspensa desde 2001); Michelle representa a continuidade dos governos anteriores do Partido Socialista chileno e da Democracia Cristã, que seguem a mesma política econômica dos tempos da ditadura de Pinochet. Evo Morales veio ao Brasil em 13 de janeiro e, numa reunião com Lula, para tranquilizar os capitalistas internacionais confirmou que não haverá expropriações das multinacionais na Bolívia. O governo Chávez é distinto apenas em sua retórica e pelos atritos com Bush em política externa. Mas segue pagando a dívida externa, com o mesmo plano econômico neoliberal. Chávez tem o centro do seu “antiimperialismo” ao rechaço a Bush e na ALBA em contraposição a ALCA, mas continua desenvolvendo excelentes relações com o imperialismo europeu. A miséria do povo venezuelano não se modificou em nada com o “socialismo bolivariano”. Nossos países precisam avançar para a libertação do imperialismo e não no caminho da dependência. Existem muitas diferenças entre esses governos, assim como na realidade da luta de classes e na economia de cada um desses países. Mas existe um dado em comum a todos eles: todos se propõem a manter o capitalismo e o Estado burguês e com isso estão condenados, não só a não avançar para as mudanças sociais exigidas pelo povo, mas a administrar o capitalismo e impor o arrocho salarial, garantir o lucro das empresas multinacionais, etc.

Para caminhar no sentido de acabar com a miséria e a exploração na América Latina é necessário aprofundar a organização independente dos trabalhadores e da população oprimida para construir governos que rompam com os planos neoliberais e com a exploração capitalista.

Alternativa Sindical de Base - Construindo a Oposição

3. Emenda Aditiva no início do parágrafo 2

Resistência à Alca

Em nosso quintal latino-americano, essa crise tem se manifestado com força. Começa a brotar a raiz da independência plantada por Simon Bolívar, José Martí, San Martín e outras figuras imortais para o continente. Regada por personalidades como Fidel Castro, Che Guevara e Hugo Chávez, dentre outros, essa raiz tende a se transformar numa árvore frondosa, com ramificações em todo o continente. Por isso, as experiências cubana e venezuelana doem de maneira especial no coração do imperialismo. A recente edição do Fórum Social Mundial, que neste ano ocorreu de forma descentralizada - em Bamako, na África, e em Caracas, na América Latina (o capítulo asiático será realizado no final de março, em Karachi) -, refletiu essa realidade. Foi a mais politizada edição deste evento. E teve a marca registrada da luta contra o imperialismo e em defesa do socialismo. A normalização da situação política no Haiti, que torna possível a discussão sobre a saída das tropas brasileiras que lá estão também é um aspecto positivo do panorama político latino-americano.

A recente tentativa de intervenção norte-americana em todas as economias e Estados da região - exceto Cuba -, por meio da Área de Livre Comércio das Américas (Alca), tinha como meta fechar as portas para a expansão dessas experiências. A América Latina possui mais da metade dos recursos naturais do planeta. De cada cinco árvores que existem na terra, duas crescem na região. Possuímos o rio mais caudaloso, duas das maiores cidades do mundo e uma riqueza fabulosa de terras férteis.

A intenção do imperialismo era intensificar a política que tudo transforma, deforma, canaliza para suas versões, para seu proveito, para a multiplicação do seu dólar - comprando palavras ou silêncio e tentando calar os progressistas. A Alca de Washington, proposta pelo velho Bush em 1990 e reavivada em 1994, é a “blindagem” que o grande capital quer contra os resultados eleitorais adversos para a estratégia norte-americana. Para garantir essa estratégia, o imperialismo chegou ao ponto de patrocinar o golpe contra Chávez na Venezuela. A vitória dos golpistas seria uma espécie de apólice de seguro contra as tendências patrióticas que se alastram pela América Latina.

Mas a tática não deu certo. Chávez foi reconduzido ao poder por meio de uma grande mobilização popular, Luis Inácio Lula da Silva venceu no Brasil, Néstor Kirchner na Argentina, Tabaré Vasquez no Uruguai, Evo Morales na Bolívia e a vitória de Michelle Bachelet que, mesmo sendo uma candidatura de centro, derrotou um candidato ultra-conservador e pode engrossar essa resistência. Com o início dessas reviravoltas à esquerda, o combate à Alca ganhou outras dimensões. Já na reunião da Organização Mundial do Comércio (OMC) em Cancun, no México, em 2003, o representante comercial norte-americano, Robert Zoellick, em artigo publicado pelo jornal *Financial Times*, disse que os países “em desenvolvimento” empregaram a retórica da resistência. Na mesma ocasião, o presidente Lula disse que a fase “Brasil coitadinho” terminou.

Essa posição ativa também foi manifestada pelo ministro das relações exteriores, Celso Amorim. “Muitas análises que ouvi em relação à Alca e à OMC defendiam que tínhamos de ser realistas. Nas entrelinhas, a mensagem era: aceite obter 10% e deixe os outros ganhar 100%. Que realismo é esse? Baixar o nível de ambições só de um lado não é ser realista. Isso tem outro nome, que prefiro não pronunciar”, disse Amorim. Para enfrentar esse quadro, Amorim defende uma negociação que leve em conta a consolidação e a ampliação do Mercosul. O Mercosul, tal como concebido, é uma união aduaneira com tarifa externa comum (TEC) e também uma área de livre comércio. A Alca, tal como quer os Estados Unidos, eliminaria a

TEC para as empresas norte-americanas no Mercosul. Este sobreviveria somente em relação aos países extra-americanos.

CSC - Corrente Sindical Classista: Benedito Barbosa - AS/LLO, Marcos Pires, Rosa, Silvia Eneida, Xavier, Wagner Fajardo - Adm., André Piovesan, Bosco, Leonardo, Maurão, Sandra Regina, - PAT, Roque - MTE/LNS, Magrão, Raimundo Cordeiro, Wilsão - AE/LNS, Borges (Borjão), Elaine Damásio, Eunice Eulália - AE/LLO, Godoi - SL/LNS, Almir Castro, Aurelina, Carlos Lima, Gláucio, Moacir Sá, Sergio Roque, Zatorre OT/LNS, Maria do Carmo - OT/LLO, Galhardoni CT/LMO, César Amaral - OT/L5, Armandinho, Luizão, Onofre, Porosa, - PIT, Diagrino, Roberto Campos - OE/LNS, Elza Lima (Vó), Odair Guedes - OE/LLO, José Carlos (Capotão), Odemir (Pinguinha) - PCR, Wagner Gomes - CUT.

4. Emenda Substitutiva dos parágrafos 9 ao 13

A única saída para a humanidade é a luta contra o capitalismo

O sistema capitalista busca a qualquer preço garantir o lucro das grandes empresas e dos bancos. Para que uma minoria (a burguesia) siga sendo privilegiada, a maioria da população (os trabalhadores) é submetida a toda ordem de exploração: destruição de direitos, desemprego e miséria.

Na década de 90 houve um "furação neoliberal", comandado pelos países imperialistas e por suas empresas multinacionais. Em vez de modernidade e bem estar social, esta "nova situação" provocou a miséria absoluta nos países dependentes como Brasil, Argentina, México, Bolívia e restante da América Latina, da Ásia e da África, que transformaram estes continentes em verdadeiras colônias, só que desta vez dos Estados Unidos e suas empresas.

A crise mundial do neoliberalismo traz muita miséria e escândalos de corrupção no mundo inteiro e atingem de George Bush a Lula. Mas, os explorados do mundo inteiro estão reagindo e entrando em cena para defender de seus salários, seus empregos, e as riquezas de seus Países, mesmo que tenham de enfrentar o exército de Bush e seus aliados, em sua "guerra preventiva", que não passa de um disfarce para saquear as riquezas naturais destes países, principalmente o petróleo.

A China que é apontada como "exemplo de desenvolvimento", na verdade é o exemplo mais claro da super-exploração classe trabalhadora, paraíso das multinacionais. Um país onde a maioria vive com 1 dólar por dia e tem jornada de trabalho de até 60 horas semanais. Só em 2004, houve 74 mil manifestações de protesto na China, envolvendo milhões de chineses. Na maioria, manifestações de trabalhadores contra condições de trabalho desumanas. O número de protestos em 2005 ainda não foi divulgado, mas é maior. Os chineses protestam contra excesso de horas de trabalho, condições de trabalho tóxicas, corrupção de dirigentes empresariais e autoridades locais, péssima moradia e transporte ainda pior, etc. Invariavelmente estas manifestações têm sido tratadas como ataques ao estado e suprimidas com violência. Milhares de pessoas foram detidas e condenadas a longas penas de prisão. Esses são os fatores que garantem produtos baratos para engordar o lucro dos capitalistas.

A política neoliberal segue sendo aplicada no mundo pelos partidos conservadores de direita (EUA, França, Itália) e também pelos partidos social-democratas, ditos de "esquerda" (Blair, Lula). Eles tentam retirar conquistas e direitos adquiridos dos operários, de servidores públicos e demais trabalhadores, através das reforma sindical, trabalhista, universitária e previdenciária, em comum acordo com as direções sindicais pelegas européias e americanas e aqui no Brasil contam com o apoio das centrais governista, CUT e Força Sindical. Querem fazer aqui o que acontece na China.

A luta contra a ALCA, a guerra de Bush e as reformas neoliberais em todo o mundo, está gerando milhares de novos lutadores que descobrem cada vez mais que o seu inimigo não é apenas um ou outro governo, mas o estado e o regime capitalistas.

- Chega de miséria. Fora a ALCA e o FMI.
- Contra a guerra de Bush e do Imperialismo aos povos de todo o mundo.
- Pela defesa do socialismo, abaixo a exploração!

Alternativa Sindical de Base - Construindo a Oposição

5. Emenda Aditiva antes do parágrafo 9

A Conjuntura Internacional, se por um lado vem aproximando cada vez mais os Países pela globalização da economia por outro lado - ou como consequência direta - vem acirrando os conflitos sejam eles territoriais, comerciais, étnicos e institucionais. A truculência com que os EUA trataram a questão do Iraque deixa clara sua disposição em defender seus interesses econômicos e políticos em escala mundial. Isso se torna mais evidente com suas intervenções no Oriente Médio, a principal fonte produtora de petróleo.

Essa pré-disposição dessa Dinastia Bush ficou mais ostensiva na fase atual onde rompeu com princípios diplomáticos internacionais, ao agir à revelia da posição do Conselho de Segurança da ONU que era contrária a essa intervenção por ausência de provas, e sustentando um quadro econômico interno agravante com o crescimento de seus déficits gêmeos: fiscal e comercial.

Ao mesmo tempo, para George Bush, os últimos meses têm sido cruel. As notícias do Iraque continuam preocupantes. O furacão Katrina (e a inépcia inicial do presidente em enfrentá-lo) fez despencar seus índices de aprovação para novos patamares mínimos. Por sorte, o Rita foi menos feroz. Mas, nesse ínterim, a coalizão conservadora liderada por Bush e que domina a política americana foi vítima de um furacão político gerado por ela própria. Enquanto isso, um partido que chegou ao poder com um discurso contra o uso privado de dinheiro público em Washington foi engolfado em seus próprios escândalos de corrupção.

Enquanto isso o grande júri indiciou Lewis Libby, chefe de gabinete do vice-presidente Dick Cheney, sob acusações de obstrução da Justiça, perjúrio e de ter dado falsas declarações durante uma investigação. O crime de tornar público o nome de uma agente do serviço secreto, ainda mais pelo fato de que seu marido fez parte da comissão de investigação na procura de armas de destruição em massa do governo do Iraque, onde elaborou um relatório desmentindo o governo de que o Iraque havia comprado urânio enriquecido - matéria principal da bomba atômica é um

sério agravante. É importante lembrar que esse foi o motivo alegado por Bush para invadir o Iraque.

Jaime Rebelo, Marlene Furino, Eduardo Pacheco, Raymundo Pereira, Ivânia, Simão Dias, Soares e Rubão.

6. Emenda Aditiva 13a - após parágrafo 13

Fora com as tropas brasileiras do Haiti

Sem condições de sustentar uma outra frente militar, Bush terceirizou os serviços da ocupação ao governo brasileiro. Como no Iraque, os resultados do serviço sujo prestado por Lula começam a surgir: um grupo de organizações de defesa dos direitos humanos está denunciando o Brasil na Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA (Organização dos Estados Americanos), por participação ativa e omissão em chacinas no Haiti. Os movimentos sociais, as entidades democráticas e todos aqueles comprometidos com a luta popular não podem ficar calados diante desses fatos. É preciso denunciar mais essa ocupação colonial e exigir a retirada imediata das tropas brasileiras do Haiti.

Alternativa Sindical de Base - Construindo a Oposição

7. Emenda Aditiva 13b - após parágrafo 13

Economia internacional

No entanto, esse quadro não apresentou as condições necessárias para reversão do Dólar como padrão monetário. Sabe-se que 80% por cento das transações internacionais, metade das exportações e dois terços das reservas globais de divisas se fazem ou estão em dólares. Neste contexto, as exportações de petróleo têm um peso fundamental.

Ao mesmo tempo as perspectivas para o desempenho da economia mundial parecem positivas, entretanto, há pontos de monitoramento para o próximo ano:

uma mudança no equilíbrio financeiro e comercial entre os Estados Unidos e a Ásia, onde os superávits comerciais asiáticos com os Estados Unidos são revertidos em demanda por títulos públicos, de forma a financiar os déficits (gêmeos) no setor público e no balanço de pagamentos em conta corrente dos Estados Unidos;

uma queda abrupta nos preços dos ativos no setor imobiliário, que cresceram muito nos últimos anos, principalmente nos Estados Unidos;

uma aceleração ainda mais forte dos preços do petróleo.

As previsões para o crescimento da economia mundial apontam que o ano de 2006 deverá repetir um bom resultado que é esperado para 2005. Apesar de apresentar sinais de queda no ritmo de crescimento em relação a 2004, quando a economia mundial cresceu a maior taxa dos últimos trinta anos (5,1%), o crescimento continuará substancial em 2006.

As previsões apresentadas pelo World Economic Outlook do Fundo Monetário Internacional indicam que "uma leve desaceleração do PIB norte-americano tende a ser compensada por uma aceleração dos países da Zona do Euro. As economias do Japão e do Reino Unido devem apresentar certa estabilidade de crescimento na passagem de 2005 para 2006. No caso dos países em desenvolvimento, espera-se uma pequena aceleração de crescimento para o PIB do Brasil e do México, e desacelerações econômicas na Índia e na China. Apesar de movimentos marginais de aceleração ou desaceleração econômica em diversos países, a tônica geral das previsões é de que o ano de 2006 deverá representar uma continuidade em termos do crescimento econômico que vem sendo observado em 2005".

Uma primeira ameaça a esse cenário relativamente positivo para a economia mundial em 2006, com crescimento econômico e inflação baixa, poderia ser gerado por um rompimento do equilíbrio comercial-financeiro que foi estabelecido nos últimos anos entre os Estados Unidos e a Ásia. A combinação de déficits fiscais e em transações correntes bastante elevados por parte dos Estados Unidos com uma taxa de juros de longo prazo relativamente estável tem sido sustentada por um excesso de poupança em dólares por parte dos países da Ásia, principalmente Japão e China. Nesse equilíbrio, os países da Ásia têm superávits comerciais elevados com os Estados Unidos e usam esses recursos para sustentar os "déficits gêmeos" norte-americanos. Dessa forma, as taxas de juros de longo prazo nos Estados Unidos continuam relativamente estáveis apesar da elevação das taxas de curto prazo que vem sendo causadas pela elevação na taxa de juros básica.

Outro destaque que tem sido frequente em diversas análises da conjuntura internacional refere-se aos rumos que a economia chinesa tem apresentado nas últimas duas décadas, com um crescimento econômico a uma média anual de 9%. Essa discussão de política econômica começa a ganhar fôlego, inclusive na América Latina, e já foi batizada de Consenso de Pequim. Essa expressão que apareceu no título de um artigo escrito pelo consultor americano Joshua Cooper Ramo é usada como contraponto ao chamado Consenso de Washington.

"Os dois países que ignoraram mais notavelmente o Consenso de Washington, Índia e China, têm resultados que parecem atrativos. Então, no lado econômico, acho que há uma reação natural de tentar pensar sobre que lições poderiam ser aprendidas das experiências desses dois países muito grandes e muito pobres.

- O primeiro teorema diz que a China - que cresce a uma média de 9% há duas décadas - tem se beneficiado de investimentos em alta tecnologia, inovação e educação. São formas de aumentar a produtividade total dos fatores da economia chinesa. E, observa que as mudanças ocorrem em velocidade tão alta que a inovação constante é a única forma de combater os problemas causados pelas próprias transformações. Mesmo quando fracassam, as tentativas são vistas como positivas.

- O segundo teorema afirma que as taxas elevadas de crescimento não bastam e que é preciso buscar uma expansão sustentada e maior igualdade na distribuição dos ganhos com as reformas do país. Desde o início de seu processo de abertura controlada, marcada por um modelo exportador agressivo, iniciado por Xiaoping, a China deixou de ser uma das nações mais igualitárias do mundo para figurar no time das mais desiguais.

- Seu terceiro sustentáculo é o que Ramo chama de teoria da autodeterminação, descrição fascinante de como a China tenta controlar seu destino, usando o que o autor chama de alavancagem para dar grandes passos. O foco é sobre a política externa. "Em vez de construir um poder no estilo dos EUA, encrespado com armas e intolerante com as visões do mundo dos outros, o poder emergente da China é baseado no exemplo do seu próprio modelo, a força de seu sistema

econômico e defesa rígida da soberania nacional”.

Poderíamos colocar aqui um quarto sustentáculo para tal desempenho: O crescimento chinês tem sido em parte baseado em salários baixos e na supressão dos direitos dos trabalhadores. Outro aspecto inerente ao regime chinês é a manutenção do poder político centralizado.

Independente deste quarto ponto, os principais analistas são unânimes em colocar que o modelo adotado por China e Índia representou conseqüências altamente distintas do Consenso de Washington, como na América Latina.

Jaime Rebelo, Marlene Furino, Eduardo Pacheco, Raymundo Pereira, Ivânia, Simão Dias, Soares e Rubão.

8. Emenda Aditiva 13c – após parágrafo 13

Oriente Médio

Na Palestina, a vitória eleitoral do Hamas mostrou a crise de todos os pilares da política imperialista no Oriente Médio: se esfacela a “paz dos cemitérios” que o imperialismo quer impor na Palestina, a ocupação do Iraque está num pântano e as ameaças contra o governo iraniano não parecem, pelo menos por enquanto, ter condições de concretizar-se.

A política imperialista é pressionar o Hamas, com a ameaça de cortar a ajuda financeira que mantém a ANP, se seu futuro governo não reconhecer o Estado de Israel e não renunciar à luta armada contra ele. Em outras palavras, se o Hamas não abandonar seu programa. Assim se demonstra o que a “democracia” nos países dominados significa para o imperialismo e Israel: “só respeito os resultados se elegem quem eu quero”. Nesse sentido, reivindicamos o direito do Hamas de formar seu próprio governo, sem nenhum tipo de pressão. O povo palestino tem de confiar em suas próprias forças e na continuidade de sua luta contra Israel. Apoiou o Hamas porque quer a devolução do território ocupado por Israel e exige coerência e firmeza nessa luta. A paz tão desejada pelo povo palestino não será possível enquanto existir o Estado de Israel, um Estado colonial e racista, que nunca desistiu de fazer uma limpeza étnica contra os palestinos. Assim como na antiga África do Sul não podia haver liberdade para os negros sem acabar com o apartheid dos brancos racistas, sem a destruição do apartheid que está na raiz da Constituição de Israel não será possível a paz entre judeus e palestinos.

No Iraque, a resistência popular contra a ocupação é o epicentro da crise do atoleiro em que se tomou a invasão militar. As intenções dos EUA de reformular o mapa geopolítico da região, expostas no plano de expansão militarista “Projeto para um Novo Século Americano”, estão bem distantes de acontecer. A resistência à ocupação colonial cresceu e tomou forma numa luta de libertação nacional, colocando as tropas imperialistas e o governo fantoche do Iraque num verdadeiro atoleiro. Essa guerra de libertação questiona diariamente o poder dos invasores e limita ao extremo seu controle real sobre o país.

Nós, que defendemos a nossa soberania, nos somamos ao movimento mundial pela retirada das tropas americanas do Iraque e somos solidários ao povo Iraquiano e demais países invadidos pelos “senhores da guerra”.

O Irã, as garras do imperialismo começam a se voltar para lá, outra grande reserva petrolífera do mundo. A desculpa contra o Irã é que esse país está fabricando bombas atômicas. No entanto, até agora, o Irã só desenvolveu tecnologia para gerar energia atômica (similar à que têm, há décadas, alguns países como Brasil e Argentina). Apoiando-se na ONU, o imperialismo exige poder inspecionar o país, e o governo iraniano não aceita essa intromissão. Nesse sentido, o jogo imperialista se parece com as famosas “armas de destruição em massa” que serviram de desculpa para a invasão do Iraque. Hipocrisia imperialista com as armas nucleares. Para nós, é totalmente secundário se o Irã já tem ou vai fabricar a bomba atômica. A suposta intenção imperialista de evitar a “proliferação de armas nucleares” é totalmente hipócrita. Os países imperialistas, assim como Rússia, China, Índia e Israel, possuem a imensa maioria dessas armas e não têm nenhuma intenção de desarmar-se. Vale lembrar também que até agora os EUA é o único país que usou essas armas em ataques contra populações (Hiroshima e Nagasaki, em 1948). Como uma mostra dessa hipocrisia, enquanto ameaçam o Irã, esses países e a ONU fazem vista grossa às bombas atômicas de Israel, país que, ao não ter assinado o Tratado de Não Proliferação Nuclear, se reserva o direito de usar essas armas contra um “país não nuclear”. Nesse contexto, defendemos o direito do Irã de desenvolver sua tecnologia nuclear e, inclusive, de fabricar armas nucleares para defender-se de um ataque imperialista ou israelense. Ao mesmo tempo, se desmascara também o verdadeiro rosto do imperialismo europeu. Longe da imagem “democrática” que nos querem vender, países como a França e a Alemanha, que não estiveram de acordo com a invasão do Iraque, agora concordam com a ocupação militar desse país. Na atual situação com o Irã, o presidente francês Jacques Chirac passou à frente e ameaçou esse país com um possível ataque de armas nucleares. E esses hipócritas nos querem falar de paz!

Fora o Imperialismo Americano e Europeu do Oriente Médio.

Fora com as tropas imperialista do Iraque

Pela autodeterminação dos povos

Alternativa Sindical de Base - Construindo a Oposição

9. Emenda Aditiva 13d – após parágrafo 13

ONU

No âmbito da ONU há um consenso sobre a necessidade de reformas, porém as propostas em discussão apresentam divergências nítidas que colocam em risco sua posição de aglutinar as Nações a fim de restabelecer uma nova ordem jurídica internacional.

Apesar de que a maioria das preocupações estarem voltadas para o Conselho de Segurança, é de fundamental importância que as reformas abranjam e democratizem suas demais instâncias, sejam de financiamentos, como o Banco Mundial e congêneres, e regulações, como OIT, OMC e outras.

A agenda 21 continua sendo relegada a um segundo plano ampliando o quadro de degradação ambiental que estamos vivendo, mesmo assim o governo dos EUA insiste em não assinar o protocolo de Kioto.

Em uma sociedade globalizada é incontestável a necessidade de amplo comércio entre os povos. Sob esse aspecto, a OMC é instrumento importante, desde que possibilite a transferência de renda dos países ricos aos países pobres, e não ao contrário, como tem sido atualmente a postura das grandes potências mundiais.

Cabe aos países em desenvolvimento ampliar sua organização, como o ocorrido em Cancun, com a criação do G 22, para que seus objetivos sejam colocados na pauta de discussão de forma igual e não sob a batuta e as regras das grandes potências. O impasse atual em que se encontra a OMC deve-se em muito pela posição forte imposta pelos países em desenvolvimento, tendo aí o Brasil uma posição importante, à medida que partiu do governo brasileiro os primeiros movimentos para a aglutinação dos países em desenvolvimento em torno de objetivos comuns.

América Latina

A eleição e a reeleição de governos identificados com o campo democrático-popular é ingrediente de suma importância para o futuro e um desafio à hegemonia imperial na América Latina. A eleição de dirigentes latino-americanos com perfis que fogem aos parâmetros políticos tradicionalmente estabelecidos seja por integrarem partidos de centro esquerda, possuírem posições nacionalistas ou por personificarem a sentimento dos setores excluídos da população, representa uma nova vertente política, que pode ampliar e fortalecer os laços de solidariedade e comércio no continente sul-americano, o que nos impõe uma nova responsabilidade nas nossas ações, junto com outras entidades sindicais e da sociedade civil e partidos de esquerda, na luta por uma integração social, econômica e política dos povos da região. Mas para que possamos ter chances de sucesso na luta contra o imperialismo será fundamental a coordenação das ações entre os povos das Américas do Norte, Centro e Sul.

Novos desafios

Estamos diante de um novo século. Não necessariamente um século melhor ou pior para os povos e nações subjogadas, mas um século com novas possibilidades para as relações entre dominados e dominantes, entre ricos e pobres, entre centro e periferia. Um dos sinais desse novo século diz respeito à onda de atentados ao patrimônio, ocorridos principalmente na periferia de Paris, como forma de repúdio às perseguições aos afrodescendentes com cidadania francesa e, mais recentemente, o problema da caricaturização de símbolo religioso efetuado por jornais da Dinamarca e parte da Europa e a violenta resposta do mundo islâmico. Trata-se de mais uma demonstração de que a intolerância racial e o desrespeito aos direitos e cultura da população mundial pobre e excluída já não ficam sem respostas. Esses acontecimentos não desafiam apenas os governos nacionais ou os blocos econômicos. As centrais sindicais também estão sendo desafiadas a enfrentar um problema que também se “globaliza”.

Para enfrentar uma conjuntura internacional complexa, globalizada e com fortes blocos regionalizados é fundamental aos trabalhadores(as) também procurarem a sua organização mundial da forma mais ampla possível. Para tanto se faz necessária, por parte do movimento sindical, a superação de barreiras regionalizadas e a constituição de amplas relações entre os sindicalistas dos países ricos e pobres e a constituição de grandes blocos de atuações sindicais regionais, que englobem as Américas como um todo, bloco Africano, Bloco Europeu e Asiático, e que implementem ações sindicais visando a globalização e ampliação de direitos, de forma ampla e democrática, garantindo a participação de centrais sindicais de qualquer país que busque a melhoria das condições de vida dos trabalhadores, defesa do meio-ambiente, fim do trabalho escravo e infantil, e outras bandeiras de unificação internacional, sem a reprodução das políticas de relações internacionais de seus países de origem em relação a vetos ou sanções a qualquer central sindical, de qualquer país, que queira participar da construção de uma central sindical mundial, ampla e democrática.

É com este objetivo que a CUT deve participar no final de 2006, do Congresso de unificação da CIOSL e CMT, visando a criação de uma Nova Central Sindical Mundial, propondo que ela realmente possa representar os trabalhadores de todo o mundo, respeitando as especificidades de cada país envolvido em sua construção, sua cultura e religiosidade, garantindo sua pluralidade, mas tendo como eixo de unificação, as melhorias das condições de vida e trabalho em todo o planeta, uma melhor distribuição de renda e a necessária globalização dos direitos dos trabalhadores(as).

Jaime Rebelo, Marlene Furino, Eduardo Pacheco, Raymundo Pereira, Ivânia, Simão Dias e Rubão.

10. Emenda Aditiva 13e – após parágrafo 13

O Brasil atua na Bolívia como uma sub-metrópole do imperialismo

A Petrobrás é a principal petroleira em atividade na Bolívia, e por isso foi um dos principais alvos da luta do povo boliviano pela nacionalização dos hidrocarbonetos. Atualmente a Petrobrás representa 10% do PIB da Bolívia e mais de 20% na arrecadação de impostos. A Petrobrás atua como uma empresa imperialista: explora as riquezas e gera lucros fabulosos. Por isso, concorda totalmente com as petroleiras americanas em sua oposição à estatização dos hidrocarbonetos. A postura da empresa foi a de ameaçar cortar os investimentos no país. Recentemente, ameaçou sair da Bolívia se não tivesse garantidos “seus investimentos e sua rentabilidade”. A Petrobrás controla cerca de 10% das reservas de gás natural bolivianas e é dona das duas refinarias do país, em Santa Cruz de la Sierra e Cochabamba. A empresa também opera o gasoduto Brasil-Bolívia, que chega até São Paulo. O Brasil importa cerca de 30 milhões de metros cúbicos de gás boliviano por dia. A atuação da empresa brasileira é um dos maiores exemplos da atuação do Brasil como uma “sub-metrópole regional”. Por um lado, é recolonizado pelas potências imperialistas e sofre o mesmo saque de riquezas que os outros países latino-americanos. Por outro, atua como “sócio menor” na exploração de outros países mais fracos, recebendo, em troca, algumas migalhas maiores. Os trabalhadores brasileiros não podem se calar perante a atuação da Petrobrás na Bolívia. Não podemos aceitar que uma empresa estatal brasileira faça com o povo boliviano o que as multinacionais imperialistas fazem conosco. Temos de dar todo apoio à reivindicação de nacionalização do gás (incluindo a expropriação, sem indenização, da Petrobrás e todas as multinacionais que atuam na Bolívia).

Alternativa Sindical de Base - Construindo a Oposição

Conjuntura Nacional

11. Emenda Supressiva do parágrafo 28 ao 37

Paulo Pasin - vice-presidente, Sérgio Renato (Carioca) - Séc. de Saúde
Dagnaldo - diretor de base - operador LLO,
Alternativa Sindical de Base - Construindo a Oposição

12. Emenda Substitutiva dos parágrafos 14 ao 37

**Abaixo o governo e o Congresso do mensalão!!
Por um governo socialista dos trabalhadores!**

O Brasil por ser um País capitalista, tem sua economia controlada pelos Países imperialistas. Atualmente 27 milhões de pessoas estão desempregadas ou na economia informal, sem seguridade social ou direitos trabalhistas. Mais de 20 milhões de famílias vivem com menos de dois salários mínimos mensais. Os banqueiros receberam R\$ 157,145 bilhões de juros só da dívida interna no ano passado. Gastou-se mais em pagamento da dívida nos 6 primeiros meses do que com educação, saúde e reforma agrária em um ano. Para eleger o presidente da Câmara, o governo deu aos parlamentares um “mensalão” de 1,5 bilhão em emendas. Em três anos de governo Lula, o lucro das grandes empresas que negociam na Bolsa de Valores cresceu 71%. As remessas de lucros e dividendos das multinacionais para suas matrizes no exterior foram de US\$ 12,686 bilhões. Esse valor é o mais alto desde que o Banco Central começou a analisar esses dados, em 1947. O crescimento foi de espantosos 72,9% em relação aos US\$ 7,33 bilhões de 2004. O lucro dos bancos aumentou 49% em relação ao governo entreguista de FHC.

Os trabalhadores enfrentaram oito anos de ataques do governo FHC, testa de ferro do FMI e do neoliberalismo. Este governo retirou e flexibilizou direitos, promoveu desemprego e arrochou salários para remunerar os banqueiros e grandes empresários internacionais e nacionais. Ao eleger Lula, os trabalhadores esperavam a reposição de suas perdas históricas, os aposentados esperavam igualmente melhorias nas aposentadorias, melhoria na previdência pública e a consagração de anos de lutas. Todos os setores explorados e oprimidos ficaram felizes porque esperavam o atendimento de suas reivindicações e o reconhecimento de seus direitos e conquistas salariais, sindicais, previdenciárias e trabalhistas e também a soberania do País diante do FMI e do governo Bush.

Mas, o governo Lula se revelou um mero continuador da política de FHC. Manteve as portas abertas para as multinacionais e o capital multinacional (agora premiado com isenção do Imposto de Renda); manteve a política de juros altos e superávits para pagar a dívida externa e interna, e hoje o Brasil é cada vez mais dependente do capital internacional e a política de Lula é cada vez mais pró-americana.

Atualmente, no Brasil, cerca de 40 milhões de pessoas vivem com apenas um salário mínimo. São 15,6 milhões de aposentados e pensionistas e 23,7 milhões de trabalhadores. Além disso, muitos outros milhões têm seus salários atrelados diretamente à variação do salário mínimo. Segundo o Dieese, o valor do mínimo deveria estar em R\$ 1607,11, mais de 4 vezes que os R\$ 350,00 dados por Lula, que havia prometido elevar o mínimo para R\$527,00, dobrando o valor real da época de sua posse. Para atender os banqueiros Lula mantém no arrocho mais de 40 milhões.

A política pró-imperialista e a favor do capital financeiro, além de não garantir as condições de vida para a população, mantém um crescimento pífo de 2,3% em 2005, o que perpetua o alto índice de desemprego.

A política de assistencialismo tipo Fome Zero, Bolsa Família, etc... é um paliativo que não resolve o problema da miséria e do desemprego em nosso país, não só porque atinge somente uma parcela pequena dos mais de 40 milhões que vivem na pobreza, mas principalmente porque perpetua tal situação. Somente a criação de empregos, a redução da jornada de trabalho e a reforma agrária poderão acabar com tal situação de pobreza e miséria. No entanto, como Lula não se dispõe a enfrentar os banqueiros, industriais e latifundiários, vai se perpetuando tal quadro de miséria histórica de nosso povo.

Outro compromisso de Lula foi o de compensar as perdas impostas por FHC na alíquota do Imposto de Renda. Esse reajuste deveria ser hoje de 57,66% para diminuir o verdadeiro confisco salarial que está sendo imposto sobre a maioria dos trabalhadores. No entanto, Lula decretou, com apoio dos pelegos da CUT e da Força Sindical, um reajuste de 8%, o que não repõe nem as perdas acumuladas em seu governo.

A famigerada reforma da previdência implantada por Lula foi apenas o início dos brutais ataques contra os servidores e demais trabalhadores. Com o apoio da CUT e da Força Sindical tentam impor as reformas sindical e trabalhista, que tem o objetivo de arrancar direitos e dar mais poderes aos pelegos da CUT e da Força Sindical e criar os famosos superpelegos.

A maioria dos trabalhadores e da juventude ficou estupefata com as denúncias de corrupção envolvendo o PT e Lula. Afinal, todos votaram neste governo porque acreditavam que as coisas seriam diferentes. Votaram acreditando que Lula e o PT iriam mudar suas vidas pra melhor. Fomos todos enganados! O PT e Lula traíram a nossa confiança, porque governam para os ricos.

O estado burguês e sua democracia são e sempre serão corruptos. As grandes empresas financiam as campanhas eleitorais e desta forma controlam os partidos. Depois das eleições, cobram o apoio dado com contratos que lhes beneficiam. É por isso que a corrupção não acaba e só faz crescer a cada governo. No governo do PT e de Lula não é diferente. Enquanto permanecer o poder das grandes empresas, que são as grandes corruptoras, vai existir corrupção. A única forma de acabar com a corrupção e os privilégios dos ricos, é que haja um novo Estado controlado pela maioria, ou seja, pelos trabalhadores, com um governo socialista.

Não à reforma sindical, universitária, trabalhista e fiscal!

Cadeia para todos os envolvidos em corrupção e para os corruptores, com confisco de seus bens!

Em defesa do serviço público. Mais verbas públicas para a saúde e a educação!
Aumento real de salário e reposição das perdas. Salário mínimo do Dieese!
Contra o “acordo” da CUT e da Força sobre o salário mínimo e o IR. Pela reposição dos 57,66% das perdas do IR.

Abaixo a política econômica do governo Lula/FMI!

Não pagamento das dívidas externa e interna!

Pela redução da jornada de trabalho sem redução dos salários.

Reforma agrária já, sob o controle dos trabalhadores!

Estatização do sistema financeiro, sob o controle dos trabalhadores!

Por um governo socialista dos trabalhadores!

Alternativa Sindical de Base - Construindo a Oposição

13. Emenda Substitutiva ao parágrafo 17

Após mais de 40 meses de governo Lula, podemos afirmar: a política econômica executada ao longo desses anos é uma réplica perfeita das políticas implementadas por FHC, quer seja pela submissão ao grande capital internacional, através de suas políticas e organismos internacionais, como o FMI e Banco Mundial, quer seja pela continuidade da aplicação de contra-reformas, como a da previdência, sindical e trabalhista e da universitária, que tramitaram e/ou tramitam no Congresso Nacional. As privatizações - agora renomeadas como PPPs-, as reformas desreguladoras de direito, os superávits primários para pagamento dos juros escorchantes das dívidas interna e externa, antecipadamente ou não, altos juros são a prova cabal de quais os setores que ganham com a atual política econômica. O Brasil foi transformado num “paraíso financeiro”. É só comparar os lucros astronômicos dos bancos em 2005 com a pífia taxa de crescimento da economia no ano passado: 2,3% do PIB. A devastação do meio ambiente e a concessão de parte da floresta Amazônica para a exploração por empresas privadas demonstram, também, a serviço de quem o Brasil é governado.

A corrupção, agora batizada como “recursos não contabilizados”, financiada com recursos públicos e grandes empresas de olho nos negócios do Estado submergiram diante das promessas de “moralidade, fim da corrupção e medidas paliativas para acabar com a violência, a miséria, a fome e o desemprego”. Tudo como mandam as cartilhas do neoliberalismo! Tudo em nome da Governabilidade imposta pelo Imperialismo, como forma de dominação internacional; com a justificativa de que outras medidas políticas não são possíveis devido à falta de correlação de forças. Nada mais falso! Lula contava no início do governo, com apoio popular suficiente para optar por outro caminho, ou seja, o caminho da mudança do modelo econômico implementado por FHC, que acabara de ser derrotado nas urnas; mas preferiu abandonar os movimentos sociais e suas bandeiras de luta.

Paulo Pasin - vice-presidente, Sérgio Renato (Carioca) - Séc. de Saúde,
Dagnaldo - diretor de base - operador LLO

14. Emenda Substitutiva dos parágrafos 18 ao 20:

Batalha contra a direita

O governo brasileiro tem deixando claro, diferente da “era FHC”, que nossa convivência com os Estados Unidos não é um jogo de cartas marcadas, uma fotografia já revelada, imutável. Em entrevista ao jornal Correio Brasiliense dia 19 de abril de 2001, o hoje secretário-geral das Relações Exteriores, Samuel Pinheiro Guimarães, disse que “à medida que a sociedade começa a debater e a compreender as conseqüências da Alca para a soberania brasileira ela pode chegar, com tranquilidade e maturidade, à conclusão de que o Brasil não deve aceitar a Alca”. “Somente não se pode desistir da defesa dos interesses nacionais, tais como descritos na Constituição”, afirmou.

A porção conservadora do Brasil não fechou os olhos para a nova realidade da correlação de forças políticas que se formou com a eleição de Lula em 2002. Pode-se dizer que, em relação aos governos que foram golpeados militarmente nas décadas de 40, 50 e 60, há diferenças continentais hoje - mas não se pode negar que há também semelhanças. Assim como antes do golpe de 1964, atualmente o crescimento econômico aliado à ampla democratização do país faz aflorar as contradições de classes. Naquele tempo, principalmente quando o governo do presidente Juscelino Kubitschek beneficiou-se dos esforços empreendidos por Getúlio Vargas para conduzir o país ao salto da industrialização pesada, ganhou força à bandeira do nacionalismo - que combatia o domínio dos trustes internacionais e advogava a formação de novas áreas de consumo.

Hoje, aquele cenário se repete - evidentemente que com moldura diferente. E, mais uma vez, as forças conservadoras levantam-se para impedir o avanço do país. A realidade mostra cotidianamente o enfrentamento entre forças de transformação e forças conservadoras. Travamos uma batalha contra uma direita que age para suprimir direitos sociais, que luta com unhas e dentes para manter a imprensa a seu serviço, que abomina qualquer iniciativa que visa à distribuição de renda e que desqualifica qualquer conceito de Estado de corte desenvolvimentista. As eleições deste ano são mais um passo que concorre para o enfrentamento no plano político das correntes progressista e conservadora.

Eleições num país como o nosso, com forte tradição de lutas por direitos democráticos, são sempre episódios relevantes da batalha que as forças progressistas travam com os agrupamentos conservadores. A inserção das propostas democráticas em grandes camadas da sociedade demonstra o potencial para se operar transformações profundas no país. O desafio é transformar essa força em um movimento político que expresse claramente os interesses gerais da nação. Os conservadores sabem que essa iniciativa pode unificar, no plano político, a consciência progressista de grande parte da sociedade e trabalham para desmobilizá-la.

É possível que nunca se tenha visto no Brasil uma campanha tão rasa e tão farisaica

quanto à da oposição ao governo Lula. Os adversários do presidente, liderados pela dupla PSDB-PFL, empilham razões que escondem o essencial: eles não gostam nem um pouco da hipótese de Lula candidatar-se com vantagens a um novo mandato. Não são, portanto, adversários só de uma pessoa, mas de uma idéia. Se esse fato fosse admitido, o debate pelo menos ganharia em transparência. Mas não é o que ocorre. Falou-se muito em “competência administrativa”. Não colou. E então surgiu a cobrança por “ética”, que também não está colando. Pode-se criticar muita coisa no governo Lula. É verdade que em muitas ocasiões o presidente teve o gol aberto à sua frente e chutou na bandeirinha de escanteio. Possivelmente, uma das causas principais foi o esforço para afogar em mesmice o debate sobre os rumos da economia. O governo, ao apostar na inércia, revelou-se conservador e demonstrou como toma decisões econômicas de forma centralizada, ignorando suas bases, o povo e o próprio bom senso.

CSC - Corrente Sindical Classista: Benedito Barbosa - AS/LLO, Marcos Pires, Rosa, Silvia Eneida, Xavier, Wagner Fajardo - Adm., André Piovesan, Bosco, Leonardo, Maurão, Sandra Regina, - PAT, Roque - MTE/LNS, Magrão, Raimundo Cordeiro, Wilsão - AE/LNS, Borges (Borjão), Elaine Damásio, Eunice Eulália - AE/LLO, Godoi - SL/LNS, Almir Castro, Aurelina, Carlos Lima, Gláucio, Moacir Sá, Sergio Roque, Zatorre OT/LNS, Maria do Carmo - OT/LLO, Galhardoni CT/LMO, César Amaral - OT/L5, Armandinho, Luizão, Onofre, Porosa, - PIT, Diagrino, Roberto Campos - OE/LNS, Elza Lima (Vó), Odair Guedes - OE/LLO, José Carlos (Capotão), Odemir (Pinguinha) - PCR, Wagner Gomes - CUT.

15. Emenda Substitutiva ao parágrafo 22

Autonomia e independência do movimento sindical

O 8º Congresso dos Metroviários de São Paulo delibera que a estrutura política e financeira da entidade não será utilizada em favor de nenhuma candidatura aos cargos eletivos em 2006.

Em outubro de 2006, mais uma vez os trabalhadores(as) serão chamados(as) a votar. Elegerão o presidente da República, governadores, senadores, deputados federais, estaduais e, deste modo, se posicionarão acerca da continuidade ou não do modelo de exploração e espoliação a que está submetido o nosso país há mais de 500 anos. A classe trabalhadora assistirá mais uma vez uma enxurrada de promessas dos partidos tradicionais de mudanças da política econômica, investimento nas políticas sociais: Educação, Saúde, Moradia, Reforma agrária, Emprego etc.

A conseqüência mais grave do último período foi a perda da independência e autonomia do movimento sindical em relação ao governo e aos partidos políticos. Um conjunto de dirigentes e entidades sindicais abandonou as reivindicações históricas dos trabalhadores e modificou métodos de luta, porque consideravam que o papel central do movimento sindical seria o de ajudar o governo. Confundindo, assim, os papéis destinados ao governo, ao partido e ao sindicato.

Defenderemos, sim, perante a sociedade um conjunto de propostas coerentes aos interesses imediatos e históricos dos(as) trabalhadores(as), exigindo, seu atendimento seja qual for o governo eleito.

Paulo Pasin - vice-presidente, Sérgio Renato (Carioca) - Séc. de Saúde, Dagnaldo - diretor de base - operador LLO

16. Emenda Supressiva - frase do parágrafo 31

No parágrafo 31 suprimir a frase: “... no entanto, forma possíveis a reversão do quadro e um importante alteração de rumo na economia nacional.”

Alternativa Sindical de Base - Construindo a Oposição

17. Emenda Aditiva após parágrafo 27

Em defesa dos direitos sindicais e trabalhistas

O 8º Congresso dos Metroviários se posiciona de forma contundente contra a PEC das reformas Sindical e Trabalhista do Governo Lula (PEC 369/05 e todas as similares) e se propõe a organizar a luta para derrotá-la no Congresso Nacional.

As reformas que vêm sendo implementadas pelo governo têm se realizado conforme recomendações/acordos firmados com o Fundo Monetário Internacional-FMI e visam a cassação/flexibilização de direitos, como vem ocorrendo em diversas partes do mundo.

Como os chamados “Consensos do Fórum Nacional do Trabalho - FNT” sobre a reforma Sindical não resistiram aos primeiros debates, pois os patrões se negam a discutir a Organização nos Locais de Trabalho e ainda impõem uma série de restrições ao direito de greve, a maioria da CUT em sua IX Plenária se enveredou em formular sem uma discussão com as bases, uma “Plataforma Democrática”, ou seja, um arremedo de proposta para intervenção no congresso nacional.

A direção da Central Única dos Trabalhadores, em nome do Diálogo Social (entendimento entre empresários, governo e trabalhadores), rifou princípios que são caros à sua história, como o da Liberdade e Autonomia Sindical e da unidade estratégica dos trabalhadores.

No apagar das luzes de 2005, estabeleceu um acordo com parlamentares, no sentido de tentar viabilizar em 2006 alguns propostas pontuais, como a já esboçada pelo governo Lula, que cria o Conselho Nacional de Relações de Trabalho, com a finalidade de promover consensos, o tripartismo e fomentar o diálogo social entre patrões, governo e trabalhadores - o tão propalado pacto social - uma vez que para os representantes do Governo Lula a luta de classes acabou e, portanto, o papel dos sindicatos não é mais defender os interesses de classe.

Entendemos ser necessário que a nossa categoria faça uma análise crítica do processo de negociações do Fórum Nacional do Trabalho - FNT, e que rejeite qualquer possibilidade de negociação nas bases impostas pelo governo e empresários, ou em conformidade com os consensos aprovados no FNT, pois nem de longe dialogam com as reivindicações históricas da classe. Afinal:

1. Todas as propostas do governo/FNT, na essência, introduzem uma “disciplina sindical”, nas mesmas bases do sindicato orgânico centralizado a partir das cúpulas das centrais sindicais e o mais grave, abrem caminho para flexibilizar os direitos dos (as) trabalhadores (as) contidos na Constituição Federal, na CLT e em outras leis, ou seja, estabelece a “livre negociação entre patrões e trabalhadores”, sem nenhuma legislação de proteção aos direitos trabalhistas;

2. Negam, na prática, o direito de organização no local de trabalho (empresários/centrais e governo não chegaram a um acordo); limitam o papel da representação de base, colocando-a serviço do pacto ou diálogo social permanente entre patrões e empregados;

3. Criam enormes dificuldades para as entidades sindicais, atrelando os sindicatos ao Estado, ao estabelecer diversos mecanismos (Conselho Nacional de Relações de Trabalho, Estatuto dentre outros) de subordinação e controle dos sindicatos pelo Ministério do Trabalho e Emprego;

4. Acabam com o imposto sindical, mas na prática o substituem por uma taxa de Contribuição Negocial, que poderá ser até três vezes superior ao imposto sindical; e será distribuída da mesma forma que o atual imposto sindical e que financiará o Conselho Nacional de Relações de Trabalho, organismo tripartite que interferirá na nossa organização sindical;

5. Não asseguram o direito de negociação e de greve ao funcionalismo público, remetendo esse direito para uma legislação específica a ser elaborada posteriormente.

Reafirmamos que qualquer debate de Reforma Sindical e Trabalhista deve ser tratado de forma global, estabelecendo os seguintes pressupostos que possibilitem mudanças efetivas do ponto de vista dos interesses populares:

a) Garantia em lei da estabilidade no emprego ou, no mínimo, proteção contra a demissão imotivada;

b) Garantia do direito à organização no local de trabalho e ao livre exercício da atividade sindical;

c) Direito de negociação e contratação para os (as) trabalhadores (as) do serviço público;

d) Direito de greve com o fim da criminalização da atividade sindical (multas, interdito proibitório, demissões e perseguição de dirigentes e representantes de base etc);

e) Implementação de uma legislação de transição onde, de forma explícita, estejam asseguradas no texto da lei, um conjunto de medidas que garantam de fato as condições para a viabilização da liberdade e autonomia sindical;

f) Revogação do “entulho de FHC” (flexibilização, desregulamentação e cassação de direitos dos trabalhadores e trabalhadoras).

Paulo Pasin - vice-presidente, Sérgio Renato (Carioca) - Séc. de Saúde, Dagnaldo - diretor de base - operador LLO

18. Emenda Aditiva após parágrafo 31

Luta contra a política palociana

A vertiginosa queda do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) no ano passado reascendeu a polêmica sobre os rumos da economia brasileira. O próprio ministro da Fazenda, Antônio Palocci, admitiu que o crescimento de 2005 não atingiu o previsto pelo governo. Lula disse que ficou “chateado”. Mas essa queda do PIB era previsível. Além dos trabalhadores, que há muito tempo combatem duramente a orientação macroeconômica conservadora, um importante setor empresarial tem adotado uma linha de críticas sistemáticas ao modelo palociano. É certo que Lula herdou uma economia pesadamente endividada, com baixas reservas e taxas de juros elevadíssimas. E, por isso, o governo decidiu pela “disciplina fiscal”. A alternativa, diziam os conservadores, seria a moratória.

Desde logo, convém destacar que uma ruptura com a herança maldita da “era FHC” não é algo que vem apenas pela vontade, sem levar em conta elementos básicos de política, de história e até de geografia. Mas o norte precisa ser definido. No projeto de desenvolvimento debatido ao longo de dois anos antes das eleições presidenciais de 2002 no Instituto de Cidadania, e no segundo capítulo do programa de governo Lula, lançado em julho do mesmo ano, havia dois conceitos essenciais. Um é a regulação da economia pelo Estado e outro é a criação de um mercado interno de massas. Regulação significa, em poucas palavras, retomar o planejamento, usar o Estado como elemento de coordenação e indução do processo de desenvolvimento. Não ficou sequer implícito que haveria uma estatização da economia, mas ficou explícito que haveria uma redefinição de caminhos por onde deveríamos avançar, empregando alavancas como bancos estatais, empresas públicas, políticas de desenvolvimento específicas, parcerias com o setor privado.

Havia ainda uma clara rejeição à noção de que o livre funcionamento dos “mercados” levaria ao desenvolvimento. A decadência da América Latina deixava evidente a falsidade dessa tese. Para mudar o rumo, eram necessárias medidas urgentes nos aspectos nacional e social. Sabia-se que para chegar a esse estágio o governo enfrentaria restrições e tinha-se a idéia de afastá-las aos poucos, mas decididamente. Havia uma consciência clara da necessidade de remover os obstáculos. Estava evidente que a crise no país atingira uma extensão que punha em risco todo o aparelho econômico. A clara consciência sobre a necessidade do desenvolvimento já era ampla e ela foi se alargando até ser hoje incontestavelmente majoritária.

A nomeação de Palocci para fazer a transição de governo frustrou essa expectativa. O ex-prefeito de Ribeirão Preto (SP) logo recebeu uma ligação do então presidente do Banco Central, Arminio Fraga, pedindo um encontro urgente para comunicar-lhe que a missão do FMI que logo desembarcaria em Brasília exigiria um aumento no índice do superávit primário de 3,75% para 4,25%. Palocci ouviu, agradeceu e disse que defenderia a idéia com o presidente eleito. Ele havia despontado como um dos expoentes da transição oito meses antes, quando houve o assassinato do prefeito de Santo André e coordenador do programa de governo, Celso Daniel. Assim que indicado, mexeu no programa de governo, tirou do texto original afirmações como “ruptura com o modelo neoliberal” e críticas ao “capital especulativo”, e bateu o pé até convencer o então candidato Lula a fazer o anúncio por escrito dos compromissos da “era FHC” com o FMI - metas de inflação, câmbio flutuante e superávit primário -, num documento chamado “Carta ao Povo Brasileiro”.

Ao fazer essa opção de gestão macroeconômica, o segundo conceito do projeto de desenvolvimento e do programa original de governo foi por água abaixo. A idéia de começar a corrigir as injustiças sociais promovendo a elevação dos salários - principalmente o mínimo - e criar serviços públicos de qualidade, estimulando o emprego e

valorizando o trabalho, estava comprometida. No discurso que fez, logo após ser eleito, chamado “Compromisso com a Mudança”, Lula reafirmou claramente a estratégia expressa no documento do Instituto da Cidadania e no programa de governo. Mas Palocci optou pela chamada “linha de menor resistência”, um atalho pelo qual, segundo sua tese, seria despertada menos oposição.

Antes de ele assumir o lugar de Celso Daniel, havia esse debate sobre os atalhos no Instituto de Cidadania. A alta dívida externa e, principalmente, a posição vulnerável do país diante dos mercados especulativos internacionais – parceiros preferenciais da “era FHC” –, dizia-se, deixavam o Brasil com forças muito pequenas para tomar qualquer medida de correção de rumo imediatamente. Discutiu-se o exemplo da Malásia, que estabeleceu, durante um ano, controle de fluxos de capital e obteve resultados notáveis – iniciativa que partiu de um superávit comercial expressivo. Discutiu-se também o fim das amarras da imoral Lei de Responsabilidade Fiscal e até o rompimento com o acordo falimentar com o FMI. Chegou-se à conclusão de que nenhuma das opções era possível, num primeiro momento.

Havia, no entanto, a consciência clara da necessidade de remover esses entulhos da “era FHC”, assim que a reorientação da política econômica começasse a apresentar resultados e ampliasse o capital político do bloco de apoio ao governo, que poderia vir, pensava-se, por meio da luta para começar a corrigir as graves injustiças sociais. E os principais pontos dessa luta eram a geração de postos de trabalho e as melhorias dos mecanismos de vínculo empregatício. Ao adotar uma combinação de política macroeconômica ultra-ortodoxa e “reformas” estruturais, no entanto, o Ministério da Fazenda inviabilizou esse caminho. A defesa do emprego, para esse modelo, limitava-se aos radicais conceitos liberais, de precarização do trabalho, que têm se mostrado calamitoso para os trabalhadores.

Este debate permite que se veja a essência das duas principais opções que se apresentam para o Brasil. Teríamos que realmente tomar um rumo diferente. O país está completamente imerso nos fluxos internacionais de capitais especulativos e está deixando sua pauta política ser determinada pelos “investidores”. E isso leva o país a orientar as prioridades econômicas para os setores exportadores e financeiros. O setor exportador para poder conseguir divisas e pagar os encargos financeiros da dívida. E o setor financeiro porque ele rege os rumos do sistema econômico. Teria de ter uma virada na política macroeconômica para um crescimento mais auto-centrado da economia brasileira, o que é perfeitamente possível e não precisa de uma ruptura violenta. Precisa sim de uma inflexão bastante firme e contínua.

CSC - Corrente Sindical Classista: Benedito Barbosa - AS/LLO, Marcos Pires, Rosa, Silvia Eneida, Xavier, Wagner Fajardo - Adm., André Piovesan, Bosco, Leonardo, Maurão, Sandra Regina, - PAT, Roque - MTE/LNS, Magrão, Raimundo Cordeiro, Wilsão - AE/LNS, Borges (Borjão), Elaine Damásio, Eunice Eulália - AE/LLO, Godoi - SL/LNS, Almir Castro, Aurelina, Carlos Lima, Gláucio, Moacir Sá, Sergio Roque, Zatorre OT/LNS, Maria do Carmo - OT/LLO, Galhardoni CT/LMO, César Amaral - OT/L5, Armandinho, Luizão, Onofre, Porosa, - PTT, Diagrino, Roberto Campos - OE/LNS, Elza Lima (Vó), Odair Guedes - OE/LLO, José Carlos (Capotão), Odemir (Pinguinha) - PCR, Wagner Gomes - CUT.

19. Emenda Aditiva após parágrafo 32

O novo governo manteve uma política macroeconômica baseada no tripé composto de austeridade fiscal, câmbio flutuante e regime de metas de inflação, até mesmo com elevação da meta do superávit primário que constava do acordo com o FMI. O resultado nos primeiros trimestres de 2003 foi, como esperado, uma recessão. Mas uma recessão de curta duração, que permitiu que já no início do segundo semestre a economia começasse a se recuperar, com crescimento de 0,54%. A recuperação prolongou-se por 2004, beneficiando-se da existência de capacidade ociosa gerada nos anos anteriores, da forte expansão do crédito e do impulso ainda significativo da demanda externa.

A prioridade concedida à estabilidade permitiu que a economia brasileira atingisse uma taxa de crescimento do PIB em torno de 5% em 2004, com inflação anual sob controle, da ordem de 7,6% e com tendência de queda. Foi também responsável por outros indicadores positivos: as necessidades de financiamento do setor público reduziram-se para 2,7% do PIB (contra 5,1% em 2003), a dívida líquida do setor público teve queda de 57,2 em 2003 para 51,8% do PIB no final de 2004, e saldo em conta corrente de US\$ 11,7 bilhões (quase 2% do PIB), fruto de exportações que atingiram US\$ 96,5 bilhões e importações de US\$ 62,8 bilhões.

A estabilidade é condição necessária, mas não suficiente para o crescimento. Como as decisões de investimento são de longo prazo, dependem, por sua vez, de políticas claras e da solução de questões que continuam pendentes, principalmente com a reforma fiscal e tributária. É importante não repetir as tentativas frustradas de estabilização ao longo da segunda metade da década de 80 até 1994, como os planos Cruzado, Bresser, Verão, Collor I e Collor II, e nem aquelas mal resolvidas como o Plano Real de FHC, onde, a incapacidade de lidar com os desequilíbrios fundamentais na área fiscal manteve a economia vulnerável a choques externos.

Os números apresentados no final de 2005 demonstram claramente as diferenças de rumo com a política anterior em todos os campos.

Os indicadores de inflação, apontados regularmente como um dos bons resultados da política econômica atual, constituem-se sem dúvida em um avanço. O nível de inflação medido pelo IPCA caiu de 12,53% em 2002 para 5,59% em 2005 e o ICV de 12,93% para 4,80%. Em análise feita pelo DIEESE(), os maiores aumentos nesse ano ocorreram nos bens e serviços oligopolizados (4,88%) e nos preços públicos/administrados (3,93%), enquanto os preços do mercado concorrencial, que representam 61,2% dos gastos familiares, apresentaram baixo reajustes (2,75%). Portanto, em que pese à relativa tranquilidade quanto à inflação para 2005, permanece o desafio quanto aos preços oligopolizados e administrados.

Sem desconsiderar os ganhos obtidos, está clara a armadilha criada pelo conservadorismo da política monetária, ao adotar a ferro e fogo o regime de metas de inflação no Brasil. Esta política monetária – que torna a taxa básica de juros função automática da evolução dos níveis de preços – produziu a maior taxa de juro real do mundo, impondo limites ao Brasil no aproveitamento das potencialidades oferecidas por um cenário mundial singularmente favorável. A prática de juros elevados trava o crescimento do PIB e compromete o equacionamento da dívida pública. Isso se deve também em razão da mudança do perfil do endividamento público, com a queda significativa da dívida indexada ao câmbio e o aumento da dívida indexada a Selic.

Essa alteração foi importante uma vez que diminuiu a exposição do governo à variação cambial. Entretanto com a manutenção da elevada taxa de juros, o país deixou

de obter ganhos ainda mais expressivos na relação dívida/PIB. Portanto, o peso da dívida pública continua sendo um problema na área fiscal.

Jaime Rebelo, Marlene Furino, Eduardo Pacheco, Raymundo Pereira, Ivânia, Simão Dias, Soares e Rubão.

20. Emenda Aditiva após parágrafo 35

Entretanto, é importante notar que a concentração dos empregos gerados ficou na faixa de rendimentos de 1 a 2 salários mínimos, o que explica a queda da massa de rendimentos e do rendimento médio, medidas pelo IBGE, entre 2002 e 2005. No biênio 2004/2005 a massa de rendimentos e o rendimento médio voltaram a apresentar uma leve recuperação, embora não o suficiente para superar a queda de 2003. Em 2004 o rendimento médio mensal, revelado pela PNAD, parou de cair pela primeira vez desde 1996, o que demonstra a brutal queda do poder aquisitivo do trabalhador.

Jaime Rebelo, Marlene Furino, Eduardo Pacheco, Raymundo Pereira, Ivânia, Simão Dias, Soares e Rubão.

21. Emenda Aditiva após parágrafo 37

As iniciativas em áreas não diretamente ligadas à produção também beneficiaram os trabalhadores e trabalhadoras, pois impactaram positivamente toda a população. Investimentos em habitação, maior atenção com a saúde pública, os extraordinários avanços na educação com o PROUNI, o FUNDEB e a ampliação do período de ensino fundamental para nove anos; são demonstrações inequívocas do compromisso com os mais pobres; portanto, em beneficiar a esmagadora maioria da classe trabalhadora.

Para além desta conquistas, a grande marca deste governo, no que diz respeito as suas relações com o mundo do trabalho, é a democracia. Comportando-se maneira oposta ao governo FHC, que criminalizava os movimentos sociais, LULA abriu as portas para um debate mais amplo com estes setores, embora nem sempre as nossas opiniões tenham sido levadas em consideração, como ocorreu na Reforma da Previdência, na elaboração da Lei de Falências e da Lei das Parcerias Público/Privadas.

Outro destaque foram os processos de Conferências e Conselhos Nacionais criadas e retomadas pelo governo Lula com ampla participação de todos os setores.

a) Nos últimos três anos foram criados, reestruturados e ampliados diversos Conselhos: Conselho Nacional de Direitos da Mulher, Conselho das Cidades, Conselho Nacional de Previdência Social, Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção, Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, Conselho Nacional de Política Industrial e Pesca, Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia, Conselho Nacional de Esporte, Conselho Nacional de Turismo, Conselho Consultivo do Programa Nacional do Primeiro Emprego para Jovens, Conselho Nacional de Política Agrícola, Conselho do Agronegócio, Conselho Nacional de Política Cultural, Conselho Nacional de Juventude, Conselho Nacional de Pirataria e Delitos contra a Propriedade Intelectual.

b) Conferências: I e II Conferência das Cidades, I Conferência Nacional de Meio Ambiente e I Conferência Nacional Infância-Juvenil pelo Meio Ambiente, II Conferência Nacional de Meio Ambiente, I Conferência Nacional da Aquicultura e Pesca, V e VI Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, IV e V Conferência Nacional de Assistência Social, I Conferência Nacional de Medicamentos e Assistência Farmacêutica, Conferência Nacional de Dirigentes de Infra-estrutura Hídrica dos Estados, II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, I Conferência Nacional do Esporte, I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, IX Conferência Nacional de Direitos Humanos, XII Conferência Nacional da Saúde, I e II Conferência Brasileira sobre APL, I Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial, III Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação I Conferência Nacional de Cultura, III Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador, I Conferência da Terra e da Água: Reforma Agrária, Democracia e Desenvolvimento Sustentável.

Não há dúvida, no entanto, que houve uma melhora substancial nas relações do Estado com o movimento sindical, mas é necessário melhorar ainda mais, aperfeiçoar as instâncias que foram criadas, como a Mesa de Negociação do Funcionalismo Público, que às vezes tem a interlocução truncada com o governo, o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social que poderia cumprir um papel bem mais ativo e propositivo e os Fóruns de Competitividade que representam a possibilidade concreta do estabelecimento de políticas setoriais mais eficazes e inclusivas.

Jaime Rebelo, Marlene Furino, Eduardo Pacheco, Raymundo Pereira, Ivânia, Simão Dias, Soares e Rubão.

22. Emenda Aditiva após parágrafo 37

Uma diplomacia para a humanidade

A política externa brasileira busca contribuir para um mundo de paz e justiça, em que predominem as regras do direito internacional, se reduzam as disparidades econômicas e sociais entre as nações e dentro de cada país. Busca, também, um mundo sem hegemonias, multipolar, em que as normas e práticas globais favoreçam a superação dos desafios por meio do entendimento e da negociação.

A postulação do Brasil a tornar-se membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas enquadra-se nessa visão, que pressupõe um Conselho adaptado à realidade atual, mais legítimo e representativo das aspirações da comunidade internacional.

Interessa ao Brasil a construção de uma comunidade sul-americana. A aliança estratégica com a Argentina, a determinação de fortalecer o Mercosul e de acelerar os acordos comerciais e de infra-estrutura constituem as bases da integração. O Mercosul deve consolidar-se como união aduaneira e transformar-se em espaço capaz de articular políticas agrícolas, industriais, sociais e de ciência e tecnologia.

Nas negociações da Área de Livre Comércio das Américas (Alca), o Brasil tem-se posicionado de modo construtivo, em favor de uma conclusão pragmática, que preserve, acima de tudo, os instrumentos soberanos de política econômica e de desenvolvimento de cada país. Essas mesmas diretrizes pautam a atuação do Brasil nas negociações com a União Européia e no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC).

Paralelamente a seus tradicionais vínculos com os Estados Unidos e os países europeus, o Brasil tem procurado aproximar-se das grandes nações em desenvolvimento. Com a Índia e a África do Sul, criamos o Foro de Diálogo Trilateral (Ibas), que se tem voltado para projetos de cooperação e iniciativas globais. No âmbito da ONU, criou-se

um Fundo Fiduciário do Ibas para o financiamento de projetos de cunho social em países em desenvolvimento.

Com a China, foi firmada uma série de acordos de grande importância comercial por ocasião da histórica visita do Presidente Lula em 2004. Com os países africanos, temos forjado novos laços de cooperação, inclusive em função de nossa condição de país com grande população de afrodescendentes. Com os países árabes tem havido também crescente aproximação, e, por iniciativa do Brasil, terá lugar, em 2005, uma pioneira Cúpula América do Sul-Países Árabes.

Jaime Rebelo, Marlene Furino, Eduardo Pacheco, Raymundo Pereira, Ivânia, Simão Dias e Rubão.

23. Emenda Aditiva após parágrafo 40

Eleições

O ano de 2006 começa a apresentar um quadro claro de como se darão as disputas nas eleições de Outubro: Ou avançamos na política de democratização do Estado brasileiro com inclusão social e distribuição de renda - a continuidade de um programa democrático-popular, ou teremos um retrocesso sem limites com a volta da burguesia ao poder.

As forças conservadoras conseguiram de certa forma impor limites aos projetos de reforma que a sociedade aprovou com eleição de Lula, explorando as contradições internas do PT assim como na política de alianças, fora do tradicional campo de forças da esquerda, que representaram um grau de fisiologismo e pragmatismo na busca pela governabilidade. Aqui cabe um destaque especial para o papel da mídia desde as denúncias de Roberto Jéferson e as coberturas viciadas das sessões nas CPIs que deram mais destaque às versões da elite do que aos fatos em si, jogando para baixo do tapete o envolvimento de parlamentares e dirigentes políticos da oposição.

Num cenário de reversão do modelo econômico anterior, atrelado aos grandes interesses internacionais nas políticas impostas e aceitas pelo governo FHC - que se encerra agora com a não assinatura de acordos com FMI e ALCA, e uma ação contundente na política externa, a burguesia vê escapar pelos dedos a possibilidade de retorno ao poder. E, por mais irônico que pareça, estabelece alianças com um esquerdismo que míope não compreende a conjuntura política que atravessamos, preferindo o retorno das elites à reeleição do governo Lula.

Nessa conjuntura eleitoral será difícil a aprovação de reformas pelo Congresso Nacional de medidas necessárias ao avanço da democratização do País, como a reforma partidária, fiscal e tributária, principalmente.

Nesse contexto, fortalecer alianças constituídas historicamente no campo da esquerda com PT, PCdoB e PSB e ampliar esse arco de forças a outros partidos na defesa de um programa e uma dinâmica de implantação é de fundamental importância para avançarmos na correlação de forças em todas as instâncias e dar continuidade e sustentação ao desenvolvimento de um novo modelo político econômico na construção do Socialismo.

Jaime Rebelo, Marlene Furino, Eduardo Pacheco, Raymundo Pereira, Ivânia, Simão Dias, Soares e Rubão.

24. Emenda Aditiva 40a – após parágrafo 40

Por uma Frente de Esquerda nas eleições de 2006

Entre os ativistas discute-se o que fazer nas eleições, e estão aumentando os que acham que se deve votar no PT, “para evitar a volta da direita”. Mesmo com todos os problemas que muitos reconhecem, dizem que Lula é um “operário”, um “governo de esquerda”. A reeleição de Lula seria então um mal menor, para evitar que a direita volte ao poder.

A lógica do “mal menor”, no entanto, é o mal maior. Esta é uma das mais velhas tradições conservadoras da “política” brasileira: para evitar o surgimento de algo novo. Apresenta-se algo que poderia ser “ainda pior”, para que não se mude nada. Não pode ser que se lute por mudar o país, e se aceite um dos mais velhos chavões dos políticos corruptos e partidos dominantes brasileiros. Em primeiro lugar, não é pela origem do presidente que se define o caráter de classe do governo, e sim pelo programa e política aplicados: a quem beneficia sua política econômica, a relação com os movimentos sociais e com o Estado burguês.

O governo de Lula é da burguesia, com cara de operário. É o que o que se chama de governo de Frente Popular, que a burguesia usa para impor a mesma política econômica, utilizando o prestígio da liderança dos trabalhadores. Assim se consegue impor o que nem os governos de direita fizeram, como a reforma da Previdência. Nesse sentido, é também um governo de “direita” e não de “esquerda”. Por esse motivo, “evitar a direita” é uma boa proposta, mas significa não apoiar nem Lula, nem Serra/Alckmin. A grande guerra entre os aparatos do PT e do PSDB-PFL é para ver quem vai ocupar os cargos no Estado, e não a defesa de programas diferentes. Os grandes defensores do “mal menor”, de “evitar a volta da direita”, são os parlamentares do PT e do PCdoB, os que ocupam cargos muito bem remunerados, que podem perder seus privilégios. Não estão defendendo os interesses dos trabalhadores, mas os deles próprios.

É necessário construir uma frente de esquerda classista, uma alternativa aos dois blocos políticos atuais, PT e PSDB-PFL. Uma frente de esquerda que assuma um programa anticapitalista, antiimperialista, de oposição clara ao governo petista e que defenda um governo sem patrões. Uma frente de esquerda deve ter um caráter classista, negando qualquer aliança com partidos burgueses.

Alternativa Sindical de Base - Construindo a Oposição

25. Emenda Aditiva 40b – após parágrafo 40

Projeto do governo Lula vai entregar a Amazônia

A chamada Lei de Gestão de Florestas Públicas foi aprovada pelo Senado em 2 de fevereiro. Cerca de 39 senadores votaram a favor do projeto que entrega florestas

da Amazônia à exploração privada, e apenas 14 votaram contra. A Lei 62/05 prevê concessão de florestas para a exploração privada por até 40 anos. Só nos primeiros dez anos de vigência, o Ministério do Meio Ambiente prevê a concessão de uma área de 13 milhões de hectares de florestas públicas às empresas.

O projeto foi enviado ao Congresso em 2005 pela Presidência da República. Aprovado pela Câmara, ele recebeu algumas pequenas emendas no Senado e volta agora para os deputados. Caso seja aprovado pela Câmara com essas alterações, o Projeto de Lei vai para a sanção do presidente Lula. Segundo o jornal Folha de S.Paulo, a ministra Marina Silva em pessoa contactou o ex-presidente Fernando Henrique durante a votação para conseguir o apoio da bancada do PSDB ao projeto.

O geólogo Múrcio Nobre também denuncia o artigo 29 do Projeto de Lei Complementar, que cria a figura da “hipoteca da floresta”. Isso permitirá que uma empresa vencedora de uma concessão de exploração de florestas públicas, ao requerer um empréstimo ou financiamento em um banco, dê como garantia a própria concessão. Apesar de o projeto exigir que apenas empresas sediadas no país possam explorar as florestas, nada impede que tais empresas sejam controladas pelo capital internacional. “Serão imensas áreas colocadas nas mãos dos cartéis multinacionais de madeireiras e mineração”, denuncia o geólogo.

Precisamos nos colocar frontalmente contra mais essa entrega de nossas riquezas naturais.

Alternativa Sindical de Base - Construindo a Oposição

26. Emenda Aditiva 40c – após parágrafo 40

Parcerias Público Privada = Um plano de entrega dos serviços públicos e da infraestrutura do país aos capitalistas

A PPP trata-se de um amplo, geral e irrestrito projeto para acabar de entregar para o setor privado toda a infraestrutura do país, além de setores como educação e saúde. Esta lei permitiria um novo tipo de contratação entre o Estado e a iniciativa privada, concedendo a esta o direito de prestar todo tipo de serviço público, evidenciando o caráter privatizante da proposta. Mas as PPPs vão mais longe. O Estado arcaria com todos os riscos do projeto, assegurando ao empresário do setor privado a remuneração do capital investido e da lucratividade, em qualquer circunstância (ainda que isso significasse o Estado priorizar o pagamento a estes “parceiros” antes mesmo de despesas com merenda escolar, por exemplo). Além disso, seria o próprio Estado que asseguraria financiamento, através de Bancos Públicos ou dos Fundos de Pensão. Isto abre concretamente a possibilidade de privatização de estradas, metrô, ferrovias, de usinas hidrelétricas, do saneamento, do fornecimento de água, das universidades, de hospitais, etc.

Revogação da Lei das PPPs - A lei das PPPs criada por Lula foi aprovada no Congresso Nacional em base a roubo de votos do esquema do mensalão, o que nos possibilita uma ampla campanha de questionamento de sua validade. O Sindicato dos Metroviários deve chamar todo o movimento sindical à luta para impedir a aplicação das PPPs e para exigir a revogação da lei (n. 11.079/04) em base a fraude pela qual foi criada.

Pela revogação da reforma da previdência!

Pela revogação da Lei da LPPP's (n. 11.079/04) e das outras Reformas que foram feitas com esquema do Mensalão.

Alternativa Sindical de Base - Construindo a Oposição

27. Emenda Aditiva 40d – após parágrafo 40

Pela anulação da reforma da Previdência

A realização da reforma da Previdência feita por Lula no final de 2003/início de 2004 foi um dos maiores ataques sofridos pelos trabalhadores nos últimos anos. Ao invés de garantir aposentadoria integral para todos os trabalhadores, ela retirou o direito dos servidores públicos; ampliou a entrada do capital privado no setor previdenciário entregando para os banqueiros bilhões em recursos antes controlados pelo estado.

Ao invés de cobrar a dívida ativa que as empresas tinham (e ainda têm) com a previdência, a qual na época rondava em R\$150 bilhões, Lula preferiu atacar o direito de trabalhadores.

Hoje sabemos que a aprovação da reforma da Previdência pelo Congresso Nacional foi realizada em um processo viciado pelo pagamento de propina aos parlamentares através do esquema do mensalão, conforme demonstrado por amplo noticiário publicado e pelo relatório parcial da CPMI dos Correios, e reconhecido pelo Congresso Nacional, com a cassação de José Dirceu, acusado de articulador do esquema do mensalão.

A legitimidade dessa reforma, assim como outras, está completamente questionada. E, por isso, vários Sindicatos do país inteiro, junto com a Conlutas, iniciaram uma campanha nacional pela revogação da reforma da Previdência. Iniciativa que deve ser apoiada pelo 8o Congresso dos Metroviários.

Alternativa Sindical de Base - Construindo a Oposição

28. Emenda Aditiva 40e – após parágrafo 40

O “Super Simples” (PLP 123/04) é um atentado aos direitos do trabalhador nas micro empresas

Mais um golpe aos trabalhadores do governo Lula. Com a desculpa de “facilitar a vida” das pequenas e micro empresas, Lula criou o projeto de lei que introduz a prevalência do “acordado sobre o legislado”, com a possibilidade de acordo para reduzir o depósito de FGTS de 8% para o percentual de 0,5% (vide art. 41, II).

A flexibilização da fiscalização “desORIENTADORA” na área de segurança e medicina do trabalho provoca maior número de acidentes graves e fatais e estimula o descumprimento de todas as normas protetoras do trabalhador.

O 8º Congresso deve se posicionar contra mais esse ataque do governo Lula contra os nossos direitos.

Alternativa Sindical de Base - Construindo a Oposição

Conjuntura Estadual

29. Emenda Aditiva após parágrafo 53

Infelizmente, algumas correntes – ligadas ou não ao governo do estado – têm cumprido um papel de coadjuvante nesse processo.

O modelo de execução e gestão da obra na Linha 5 e o processo de PPP na Linha 4 do Metrô são exemplos claros deste modelo de gestão. A Linha 5 foi construída pela CPTM, e é bom ressaltar que foi concluída às vésperas da eleição de 2004 – assumida pelo Metrô e que apontava uma demanda prevista de mais de 120.000 usuários/dia. Hoje com manobras na rede de transporte metropolitano por ônibus chega perto de 60.000. Os custos desse desacerto, não tenham dúvidas companheiros, foram assumidos pelos metroviários.

A proposta de concessão via PPP – Parceria Público Privada – Linha 4 segue um roteiro semelhante, e num grau mais avançado de desmonte transfere à iniciativa privada sua gestão por 30 anos com menos de 30% de investimento. Ao mesmo tempo, garante recursos no contrato para remunerar o consórcio caso não atinja a demanda prevista, e recursos para continuar os investimentos necessários para sua viabilização comercial.

Questionado sobre essa proposta em Audiência Pública no final do ano passado, o presidente do Metrô – Luiz Carlos Frayze David se limitou a responder que “a iniciativa privada tem custos menores que o serviço público. O Metrô ainda tem gordura para queimar. O Metrô não vai quebrar como o PT”. Mentor e Zico defenderam o Partido e exigiram que o presidente de empresa se retratasse. David pediu desculpas.

O desmoronamento de um túnel na Linha 4, foi objeto de vitória de parlamentares da ALESP, do sindicato e CIPA-OBRS, até hoje não teve um laudo oficial sobre os motivos desse grave acidente, e os moradores dos imóveis atingidos não tiveram sua situação resolvida. Esse é um reflexo da qualidade dos serviços executados num modelo de gestão que não permite uma atuação mais qualificada pelos técnicos da empresa.

As categorias ligadas de forma direta ou indireta ao Estado têm realizado grandes embates, sejam eles em períodos de dissídio coletivo, como fora de data base também. No entanto, suas lutas não têm mostrado eficiência para esclarecer à sociedade dos prejuízos dessa política e também na capacidade de aglutinar todos os trabalhadores numa luta conjunta.

Jaime Rebelo, Marlene Furino, Eduardo Pacheco, Raymundo Pereira, Ivânia, Simão Dias, Soares e Rubão.

30. Emenda Aditiva após parágrafo 60

A capital de São Paulo sob a mira dos tucanos

A cidade de São Paulo também pena nas mãos dos tucanos. Desde o acordo de “renegociação” da dívida que massacra o município, dramaticamente elevada com a escalada de juros promovida pela política de “estabilização”, a administração municipal está amarrada. Segundo dados da Secretaria Municipal de Finanças, entre 2001 a abril de 2005, a prefeitura pagou R\$ 3,513 bilhões da dívida. Deste total, R\$ 2,999 são referentes a juros, o que significa que em quase quatro anos apenas cerca de R\$ 500 milhões da dívida foram amortizados. Em novembro de 2002, a Prefeitura paulistana deveria ter honrado parcela extra da dívida – fruto de contrato feito pelo prefeito Celso Pitta com o ministro da Fazenda do governo FHC, Pedro Malan – no valor de R\$ 3,095 bilhões. O não pagamento fez com que os juros da dívida total subissem de 6% para 9%. “Esse acordo foi feito já sabendo que não poderia ser cumprido”, afirmou a ex-prefeita Marta Suplicy (PT).

Segundo o secretário municipal de Finanças da gestão passada, Luís Carlos Ferreira Afonso, o acordo Pitta-Malan implica em gastar mais de 50% da receita. “É um acordo impossível de ser cumprido”, afirmou ele. Não há sobras orçamentárias para honrar compromissos tão elevados. Ainda na gestão de Pitta, a prefeitura cogitou a venda de alguns de seus ativos, como o Estádio do Pacaembu, o Complexo Anhembi e o Autódromo de Interlagos – idéia que enfrentou forte resistência popular e por isso não prosperou. A falta de rigor e de integridade do tucanato paulista não permite que essa situação seja enfrentada de uma forma que leve em conta os interesses da população. A atual gestão municipal certamente intensificará suas políticas privatizantes e retomará o caminho imaginado por Pitta para pagar os juros da dívida criada pela “estabilização”.

CSC - Corrente Sindical Classista: Benedito Barbosa - AS/LLO, Marcos Pires, Rosa, Silvia Eneida, Xavier, Wagner Fajardo - Adm., André Piovesan, Bosco, Leonardo, Maurão, Sandra Regina, - PAT, Roque - MTE/LNS, Magrão, Raimundo Cordeiro, Wilsão - AE/LNS, Borges (Borjão), Elaine Damásio, Eunice Eulália - AE/LLO, Godoi - SL/LNS, Almir Castro, Aurelina, Carlos Lima, Gláucio, Moacir Sá, Sergio Roque, Zatorre OT/LNS, Maria do Carmo - OT/LLO, Galhardoni CT/LMO, César Amaral - OT/L5, Armandinho, Luizão, Onofre, Porosa, - PIT, Diagrino, Roberto Campos - OE/LNS, Elza Lima (Vó), Odair Guedes - OE/LLO, José Carlos (Capotão), Odemir (Pinguinha) - PCR, Wagner Gomes - CUT.

TEMA 2

Movimento Sindical

31. Emenda Substitutiva dos parágrafos 80 ao 102

Construir uma Ação Intersindical, Democrática e Internacionalista baseada na Solidariedade de Classes

O movimento sindical, em especial os setores que desde o final da década de 70, criou o “novo sindicalismo”, movimento que originou a CUT, vive um momento extremamente delicado que exige dos setores classistas um balanço histórico a respeito do distanciamento entre a CUT e seus princípios mais elementares, a liberdade e autonomia sindical, a solidariedade de classes, o internacionalismo e o classismo, renunciando assim ao papel de protagonista na luta de classes. A partir dos meados da década de 90, a adesão ao chamado “sindicalismo propositivo” (tipo sindicalismo de negócios), contradizendo o sindicalismo de contestação que criou a Central: é “a criatura que se volta contra sua essência criadora, ou seja, a luta de classes”. As profundas mudanças estatutárias antidemocráticas operadas já ao final dos anos 80, a introdução dos “negócios” com o FAT e as câmaras setoriais, ambos no início dos anos 90, as sucessivas tentativas de pactos sociais, as manifestações de apoio quase que de forma incondicional às políticas do governo Lula, que tem governado como um gerenciador da continuidade das políticas impostas pelo grande capital com a manutenção de uma política de superávit primário, a submissão aos ditames do FMI, que impõe a cada dia sua agenda política de contra-reformas. A ida do presidente da Central, Luis Marinho, ao Ministério do Trabalho, estabeleceu um novo patamar de organicidade da central com o governo, de forma ainda mais umbilical.

No caso da reforma sindical, foi o ápice do afastamento da central de um de seus pilares fundadores, a luta pela liberdade de organização sindical e a questão da independência e autonomia sindical. A maioria da central divulgou aos quatro cantos do país um suposto “Consenso” no Fórum Nacional do Trabalho -FNNT. Nada mais falso! Os sindicatos, nem os trabalhadores/trabalhadoras foram consultados sobre os reais objetivos e conteúdos da reforma, e nos poucos debates que se conseguiu realizar, a base demonstrou explicitamente que não aceita que o “negociado prevaleça sobre o legislado”, ou seja, os trabalhadores e trabalhadoras já sabem que na verdade o que interessa aos patrões é estabelecer no país a “livre

negociação” e, ao mesmo tempo, “negar a organização nos locais de trabalho e abrir mecanismos para flexibilizar as relações de contratação e retirar os poucos direitos contidos na Constituição Federal, na CLT e nas demais leis do país.

Durante este período, a classe trabalhadora amargou ainda derrotas com a Lei de Falências, que acaba com o risco do capital e privilegia o calote das empresas, à medida em que o Estado praticamente abre mão dos impostos não pagos pelas empresas falidas; com a aprovação de medidas que dão “opção” aos trabalhadores em manter o recolhimento de 8,5%, ou 0,5% do FGTS, assim como com as Parcerias Público-Privadas (PPPs), uma forma de transferência de dinheiro público para as empresas privadas.

Com a mudança de caráter e de uma postura classista, a CUT perdeu seu poder enquanto instrumento unificador dos trabalhadores/trabalhadoras e, ao longo do tempo, sua capacidade de manter a autonomia política. Não por acaso tem tido muito mais identidade com os arqui-pelegos da Força Sindical do que com os setores combativos do campo sindical cutista, como demonstra a atitude de sua direção majoritária, diante da contra-reforma-previdenciária. A falta de posição da CUT frente às greves dos previdenciários e dos servidores das universidades fala por si só.

Passou-se a ter uma relação institucionalizada, como no estabelecimento de relação com o FAT, no assistencialismo dos “sindicatos agências de empregos”, nos convênios com setores do grande capital, a exemplo do projeto das universidades privadas, em que o presidente Marinho e o ex-presidente Vicentinho se prestaram ao papel de trabalhar como “garotos propaganda UNIBAN”, ou seja, a defesa do ensino público foi jogada na lata do lixo, fortalecendo assim a lógica da Educação enquanto mercadoria.

A participação de dirigentes da central em cargos de direções ou conselhos de empresas estatais com altíssimos salários, a “título de ajuda de custo”, é outra face dessa institucionalização que muitas vezes passa de forma despercebida por grande parte da base da central. O 1º de Maio - Dia Internacional de Luta da classe trabalhadora pela redução da jornada de trabalho e de denúncias das condições de trabalho da classe - foi trocado por parte da central, por grandes “mega-shows” patrocinados pelos patrões donos de empresas, bancos, governo, uma traição histórica na luta internacional pela libertação dos trabalhadores do jugo do capital, ações inimagináveis nos anos de resistência classista de fundação da central.

As mobilizações em defesa de um salário mínimo decente foram usadas como um grande circo para justificar o vergonhoso acordo de 350.00 reais do salário mínimo. Ironicamente, na mesma semana em que o governo Lula negou um reajuste decente, antecipou o pagamento de 15 bilhões para pagamento dos juros da dívida externa.

A direção da central não se dignou nem mesmo em exigir as promessas de campanha de Lula, de dobrar o valor do salário mínimo. Portanto, dinheiro para cumprir

a promessa havia e a direção do movimento não denunciou o fato.

A burocratização da política e da estrutura da CUT e do seu modelo sindical, a adesão da sua corrente majoritária ao governismo mais explícito e incondicional, revela aos trabalhadores e trabalhadoras, a cada dia, a impossibilidade de reversão dessa situação, devido ao grau de capitulação aos limites do Estado burguês e ao capitalismo.

Entendemos que a partir desse diagnóstico se coloca em questão a necessidade histórica dos trabalhadores e trabalhadoras reconstruírem uma estratégia sindical nacional e internacional em continuidade com a tradição classista. Uma ação que reúna trabalhadores/trabalhadoras da ativa, aposentados, urbanos e rurais, que estão na informalidade, do setor público e do setor privado. Uma ação que dê respostas aos dilemas sindicais e que se articule com os outros movimentos sociais na ação em enfrentamento às políticas neoliberais. A CUT enquanto estrutura e direção não é mais um instrumento capaz de ser o centro unificador da hegemonia da classe, nos moldes dos anos 80. Esta não é uma visão fatalista e sim a avaliação de um longo processo de adaptação, uma combinação perda de independência frente ao Estado com burocratização/aparelhamento da entidade, haja vista que a maioria dirige o movimento sindical nos diversos níveis e âmbitos, de forma monolítica, não respeitando a representação proporcional real em suas estruturas e instâncias, criando deformações de representação e comprometendo a autonomia, a democracia e o caráter classista das entidades.

O fato mais revelador é o incentivo a divisão dos sindicatos ou ramos de atividade, quer seja na base da central, a exemplo da divisão ocorrida na CONTAG - onde os setores que organizam a agricultura familiar criaram sua própria entidade; ou ainda o fato ocorrido na categoria dos metalúrgicos da cidade de São José dos Campos, em que a Articulação Sindical tentou dividir a base metalúrgica dos trabalhadores do setor aéreo espacial (EMBRAER), e ainda o lamentável episódio de tentativa de desmoralizar a representação do ANDES - Sindicato Nacional, promovida pelo governo, ao tentar substituir a representação da entidade pelo PRO-IFES, que na realidade nem se reivindica enquanto entidade sindical, nem muito menos estava em greve, ou seja, um ataque sem precedente à organização sindical.

O mais grave desse processo foi a perda da solidariedade intercategorias quando de uma luta concreta, como consta no projeto original da central. O que era uma reação natural nos anos 80: a defesa e solidariedade ativa, política e material a um setor ou categoria que estivesse em greve ou sendo atacada pela patronal, praticamente desapareceu, reforçando assim os aspectos de extremo corporativismo sindical. Tal situação atinge mesmo os sindicatos mais combativos e independentes do movimento sindical. Os problemas no movimento sindical não se restringem apenas à burocratização da CUT como Central e à adaptação, em especial da sua direção majoritária, ao Estado. O longo refluxo de lutas sindicais, os ataques aos direitos dos trabalhadores, derrotas em vários terrenos contaminaram e atingiram amplamente os sindicatos. É, inegável que também no âmbito dos sindicatos, federações e confederações de um modo geral, tem prevalecido uma grande acomodação à estrutura sindical oficial. No entanto, não entendemos que os dilemas aqui expressos se resolvam com o debate de filia ou desfilia da CUT, opção feita por setores classistas que deixaram a central neste último período, e sim com a rediscussão do caráter da crise da central com o conjunto dos que não se renderam, que realizam sua ação dentro ou fora da CUT. Entendemos que o ponto de partida deste debate seja enfrentar a questão do atual modelo de estrutura sindical em contraponto à contra-reforma do Governo Lula. Entendemos que sem responder positivamente a essa questão, mesmo os setores mais combativos do movimento sindical não conseguirão ir além de reproduzir em forma micro o mesmo modelo de estrutura sindical, burocrático, com traços preocupantes de aparelhamento partidário e distante dos reais problemas dos trabalhadores.

Este será um processo em condições adversas para a classe, pois o movimento operário vive um momento de refluxo devido a reestruturação produtiva dos anos 90, agravada pela divisão dos movimentos sociais da classe trabalhadora, em grande medida pelo mecanismo da cooptação exercida pelo governo, a exemplo do processo de denúncias de corrupção no governo, em que ao invés de exigir apuração, cassação dos corruptos e corruptores, a CUT se prestou ao papel de impulsionar manifestações a favor do governo, organizadas por setores governistas sindicais, estudantil e dos movimentos sociais, contra um suposto “golpe” planejado pela direita. Estas são expressões de uma atuação contra-revolucionária que tem resultado na divisão daquilo que por mais de duas décadas foi uma aliança ou bloco entre os mais amplos setores das classes trabalhadores urbanas e rurais, sem-terra, estudantes e movimentos sociais reivindicatórios.

A recomposição da aliança estratégica dos sindicatos e oposições combativas que nos anos 80 fundaram a CUT, tem a responsabilidade de forjar uma alternativa real de direção da luta, uma vez que o campo majoritário levou a central a renunciar o seu papel de protagonista na luta de classes. Concluímos fazendo um chamamento aos setores combativos e aos trabalhadores e trabalhadoras em geral, que atuam dentro ou fora da CUT, a abrir um espaço de diálogo e ação intersindical, que forje uma “nova prática sindical”, resgate bandeiras históricas e os princípios da central: Independência e Autonomia sindical, Solidariedade, Democracia Operária, Internacionalismo e o Classismo, como forma objetiva de dar respostas aos dilemas e ataques sofridos pela classe trabalhadora: o desemprego, a flexibilização dos direitos, a discriminação, enfim, a exploração capitalista.

Paulo Pasin - vice-presidente, Sérgio Renato (Carioca) - Séc. de Saúde,
Dagnaldo - diretor de base - operador LLO

32. Emenda Aditiva antes parágrafo 80

Movimento sindical brasileiro

O movimento sindical brasileiro tem suas origens entre meados do século 19 e início do século 20. Após fim da primeira guerra mundial, as classes dominantes passaram a investir na criação de instrumentos para a regulamentação do trabalho por meio de legislação, de forma a amainar a insatisfação que motivou as lutas travadas pelos trabalhadores desde o início do século. Soma-se a isso a violenta repressão. No decorrer da década de 20, são dados os primeiros passos para a criação de uma legislação trabalhista, como a instituição da previdência social (1923), que, inicialmente, favorece os ferroviários; a promulgação da lei de férias (1925) e a revisão constitucional de 1926, que atribui à União a legislação sobre o trabalho.

Em 1930, foi criado o Ministério do Trabalho e se inicia, com intensidade, a criação de leis trabalhistas, que, em 1943, são reunidas na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). A bem da verdade, essas leis aprovadas em tudo se assemelhavam às cláusulas

de acordos coletivos que o movimento sindical já havia obtido anteriormente. O sistema de relações de trabalho brasileiro foi, portanto, configurado na década de 30 e sua elaboração e implantação se deu durante as várias fases do governo do presidente Getúlio Vargas.

Algumas das limitações impostas pelo sistema de relações de trabalho no Brasil foram eliminadas no decorrer da década de 80, nos anos em que o país viveu um processo de redemocratização quando se encerra um longo período de ditadura militar. As modificações introduzidas resultaram de um processo combinado de iniciativas sindicais, legislativas e de medidas administrativas adotadas pelo governo Federal. Esse processo resultou em importantes conquistas democráticas consagradas na Constituição Federal de 1988.

O movimento sindical, a partir da retomada de sua atuação no final dos anos 70, teve um papel decisivo para as conquistas democráticas brasileiras. Sua iniciativa mais importante foi a criação das centrais sindicais, que viabilizam a ação articulada intercategorias e tornam-se os principais organismos de interlocução dos trabalhadores junto à sociedade ao intervir nos mais relevantes debates nacionais. Também a estratégia de consolidar o espaço da negociação coletiva, apesar de todas as restrições inerentes a esse processo, como um espaço privilegiado para a discussão e normalização de questões de interesse dos trabalhadores, foi da maior importância na definição das regras e condicionamentos das relações de trabalho.

Durante a década de 80, em que pesem as adversidades de uma grave crise econômica, com altas taxas de inflacionárias e estagnação da produção, é marcante a evolução e sofisticação do processo de negociação coletiva - na forma, no conteúdo e nos resultados. Do início dos anos 90, o grande desafio do sindicalismo tem sido o de manter as conquistas diante da ofensiva neoliberal. O desafio permanece. O nosso perverso padrão de distribuição de renda, herança do escravismo, manifesta-se, basicamente, por três mecanismos das estruturas oligárquicas que permeiam o Estado: a transferência de renda do setor público para o setor privado, a transferência de renda dos salários para lucros e juros e a transferência de renda de dentro para fora do país.

De modo geral, a pressão exercida pelas fileiras de desempregados e subempregados permite que um lugar na economia formal seja visto como um favor concedido pelo capital ao trabalho. Eventuais ganhos por parte do trabalho não aparecem como fruto de conquistas, mas como concessões bondosas do capital. Isso enfraquece o poder de mobilização dos trabalhadores e interfere na atividade política das organizações sindicais. Ao longo do século 20, a concepção sindical que prevaleceu, com seus erros e falhas, foi a que expressa a idéia de que a força do trabalho reside na organização unitária dos trabalhadores para enfrentar o capital - o poder social concentrado, nas palavras de Karl Marx. Nos anos 90, com a ruptura dos paradigmas que serviram de antítese ao projeto liberal de sociedade, essa concepção sofreu um baque considerável.

Está claro que a derrocada da tradição autoritária no Brasil passa pela consolidação de um projeto de sociedade calcado na mais ampla democracia. É óbvio que um país com essas características democráticas é um terreno em que a hegemonia na sociedade será colocada permanentemente em disputa pelas classes sociais. As organizações sindicais, como principais agentes desse processo do lado do trabalho, terão a obrigação de formular novas ações, operar com habilidade o binômio unidade e luta e estender o conceito de democracia para a batalha que visa eliminar o fosso que separa a vida política do país da vida real da imensa maioria do povo. A disputa pela hegemonia deve ter como meta principal o rompimento da linha divisória entre governantes e governados, entre dirigentes e dirigidos.

É evidente que essa nova fase da luta estratégica dos trabalhadores exige uma observação atenta da correlação de forças. Não podemos administrar esse processo descuidando do aspecto teórico da relação entre capital e trabalho. Um plano tático que responda às demandas da atualidade precisa colocar o trabalho no centro da arena econômica. De modo geral, o brasileiro tem uma atitude de descrença e reserva em relação às instituições que regulam a sociedade. Essa visão decorre da imagem - real - do Estado como um provedor de benefícios particulares e um sumidouro ignóbil do dinheiro público.

No Brasil, a história mostra que os trabalhadores sempre atuaram em estreita ligação com o desenvolvimento econômico e social. A busca de uma saída para esse impasse passa, inevitavelmente, pela consolidação de uma frente nacional de forças amplas e diversificadas, que atue em toda a sociedade, e não só no governo e no parlamento. Ela será a plataforma que servirá de patamar para a manutenção e avanço das conquistas e que, já num primeiro momento, favoreça um modo de crescimento no qual os menos favorecidos tenham maiores vantagens - basicamente pelo estímulo ao consumo interno.

CSC - Corrente Sindical Classista: Benedito Barbosa - AS/LLO, Marcos Pires, Rosa , Silvia Eneida, Xavier, Wagner Fajardo - Adm., André Piovesan, Bosco, Leonardo, Maurão, Sandra Regina, - PAT, Roque - MTE/LNS, Magrão, Raimundo Cordeiro, Wilsão - AE/LNS, Borges (Borjão), Elaine Damásio, Eunice Eulália - AE/LLO, Godoi - SL/LNS, Almir Castro, Aurelina, Carlos Lima, Gláucio, Moacir Sá, Sergio Roque, Zatorre OT/LNS, Maria do Carmo - OT/LLO, Galhardoni CT/LMO, César Amaral - OT/L5, Armandinho, Luizão, Onofre, Porosa, - PIT, Diagrino, Roberto Campos - OE/LNS, Elza Lima (Vó), Odair Guedes - OE/LLO, José Carlos (Capotão), Odemir (Pinguinha) - PCR, Wagner Gomes - CUT.

33. Emenda Substitutiva dos parágrafos 88 ao 99

A CUT já não serve mais para a luta dos trabalhadores

Os trabalhadores brasileiros se encontram em mais um momento especial da história do sindicalismo, a CUT morreu como instrumento de luta dos trabalhadores. A Central se transformou em uma agência do governo Lula para ajudar na aplicação dos planos de arrocho do FML. Muitas lutas se chocam diretamente com a Central e dezenas de sindicatos estão se desfilando da CUT e outros deixaram de pagar a contribuição mensal. Existe um processo objetivo de ruptura de massas com a CUT. O papel nefasto que cumpria a Força Sindical dentro do nosso movimento agora também é feito pela CUT. A indicação do presidente da CUT, Luiz Marinho, para o Ministério é o exemplo mais cabal dos vínculos da Central com o Governo.

De alguns anos para cá a CUT deixou de representar os trabalhadores e vem

construindo um histórico de traições. Não é de se estranhar que agora anda de braços dados com a Força Sindical.

• Já em 1996, Vicentinho, quando era presidente da CUT, deu apoio à proposta de FHC de mudança nos critérios para aposentadoria. Hoje todos nós somos obrigados a trabalhar muitos anos a mais para podermos nos aposentar.

• Em 2003, com Marinho presidente, a CUT deu apoio à Reforma da Previdência de Lula, tirando direitos do funcionalismo público. E quando eles entraram em greve para defender seus direitos, a CUT se colocou contra e ficou ao lado do governo. Resultado: os marajás e juizes mantiveram privilégios e os trabalhadores perderam os seus direitos.

• Em 2004, a CUT dá apoio a lei das Parcerias Público e Privada (as PPP's) de Lula, a qual possibilitou ao Alckmin encaminhar a privatização da Linha-4. Assim como se calou perante a Lei de Falências, que passou a dar prioridade ao pagamento da dívida das empresas com os banqueiros em detrimento do pagamento dos trabalhadores no caso de falência

• Coroando as traições, a CUT e a Força elaboraram junto com o governo Lula um projeto de Reforma Sindical/Trabalhista para flexibilizar a CLT e retirar nossos direitos previstos na lei. Além disso, deu poder para a cúpula das Centrais negociar nossos direitos sem a aprovação da base, como fizeram agora no Salário Mínimo e na tabela do IR.

Esses são apenas alguns dos episódios que evidenciam o abandono pela CUT da defesa dos interesses e direitos dos trabalhadores.

Não é à toa que cada vez mais setores significativos da classe trabalhadora rompem com a CUT. Aquela que deveria cumprir o papel de organização geral da classe se tornou uma Central “chapa branca”, um braço do governo que, além de cumprir o papel dos pelegos de amortecer a luta, se transformou em um agente direto do governo Lula. Por outro lado, a degeneração política da CUT atingiu já outras dimensões, com a constituição de interesses econômicos comuns entre a cúpula que controla a Central, o Estado e o empresariado. Não há retorno possível para essa burocracia. Nem possibilidade de a base da Central desalojá-la do poder, já que não restam mecanismos democráticos dentro da CUT por onde isso pudesse acontecer (a última plenária nacional da CUT foi só uma pequena expressão disso). Continuar vinculada a CUT é “dar tiro no próprio pé”, pois significa dar apoio político, moral e financeiro para uma entidade que não defende mais os interesses dos trabalhadores.

É o momento de construir uma nova organização alternativa à CUT. No entanto, romper com a CUT é só o primeiro passo. É preciso, a partir daí, construir uma organização alternativa, caso contrário a ruptura apontaria apenas para a dispersão. Nisso consiste a tarefa mais importante da classe trabalhadora brasileira neste momento de reorganização de suas forças, que foi desencadeado pela nova situação política aberta com o governo Lula. E disso depende, em grande parte, o sucesso da nossa classe no enfrentamento dos desafios futuros anunciados por esta mesma situação política.

Alternativa Sindical de Base - Construindo a Oposição

34. Emenda Aditiva antes do parágrafo 88

A CUT - Central única dos Trabalhadores, criada em 1983, conta hoje 3.262 entidades filiadas e 7.433.553 sócios, representando 22.036.181 de trabalhadores. A maior e mais representativa Central Sindical da América Latina. Esse patrimônio foi constituído por anos de lutas, negociações em todos os níveis, e grande elaboração teórica.

A direção eleita em junho de 2003 deparou-se com grandes desafios: posicionar-se diante de um governo em disputa; impulsionar o projeto político de democratização de Estado e das relações de trabalho defendido pela CUT e prosseguir na resistência ao neoliberalismo defendido e praticado pelo setor privado nacional e forças políticas conservadoras.

As Resoluções do 8º CONCURT relembram a missão da Central de disputar a hegemonia na sociedade brasileira e abrir caminho para a realização de profundas mudanças sociais e para a construção do socialismo, dentro dos marcos da democracia, reafirmando e destacando os princípios e a necessária independência da Central em relação a partidos e governos.

O documento principal que orientou o mandato 2003-2006 situa a CUT dentro de um campo político identificado com os movimentos sociais, os partidos de esquerda e com o governo Lula.

Ao mesmo tempo, promoveu manifestações sistemáticas contra a política de juros, em defesa da política de valorização do Salário Mínimo, correção da tabela do imposto de renda, críticas aos níveis de superávit primário, à renovação do acordo do FMI nos primeiros anos do governo, à corrupção, bem como a exigência de apuração de responsabilidades reforçou com atos, marchas e protestos a preservação da independência política da Central.

Jaime Rebelo, Marlene Furino, Eduardo Pacheco, Raymundo Pereira, Ivânia, Simão Dias, Soares e Rubão.

35. Emenda Aditiva após o item 94

No final de junho de 2005, a CUT identificou as manobras conservadoras para golpear o governo Lula e chamou a mobilização do movimento social em defesa do projeto histórico da esquerda brasileira e dos interesses dos trabalhadores. Nesse sentido, tem sido um duro embate, do qual a Direção Nacional não tem se omitido, reiterando inúmeras vezes em manifestações oficiais, sua certeza de que o cenário que se prenuncia depois de Lula é de grandes dificuldades para o movimento sindical e popular. Daí porque, dirigentes nacionais da CUT têm alertado sistematicamente a sociedade brasileira e os trabalhadores(as) para a necessidade de defender a continuidade do projeto histórico representado pelo Governo do presidente Lula.

A busca do desenvolvimento econômico sustentável, único caminho para garantir os interesses da maioria do povo brasileiro, pressupõe a melhoria na distribuição da renda. Com este objetivo, a Direção Nacional decidiu, em meados de 2004, lançar uma campanha pela recuperação do poder de compra do salário mínimo. Denunciando a demagogia da discussão que costuma ocorrer em maio de cada ano, a CUT propôs uma agenda de luta pela recuperação do mínimo junto com a discussão do orçamento da União, que ocorre todo final de ano.

A lógica da proposta da CUT era fazer com que os aumentos do mínimo deixassem de ser definidos a partir de restos do orçamento e assumissem, dentro de uma condição de recuperação ao longo dos anos, a condição de sinalizadores do crescimento e instrumentos de distribuição de renda. No final de 2004, com a mesma ousadia que marca a história da Central, a Direção Nacional da CUT conclamou os sindicatos filiados e demais centrais a organizar em Brasília a I Marcha Nacional pela Valorização do Salário Mínimo, reunindo mais de 3000 trabalhadores(as), e resultou no primeiro aumento real significativo do mínimo (8,3%) um aumento de 15,4% se comparado com a inflação de 6,5%.

Além de elevar o salário mínimo para R\$ 300,00, com reflexos positivos concretos sobre o nível de renda e o aquecimento da economia, a I Marcha conquistou no governo Lula, depois aprovada pelo Congresso, a constituição de uma comissão quadripartite - governo, empresários, centrais e representações dos aposentados - com o objetivo de propor uma política de recuperação do salário mínimo no longo prazo.

A mobilização de 2004 balizou a do ano seguinte, quando a CUT conseguiu colocar em Brasília pelo menos 10 mil trabalhadores na II Marcha Nacional pelo Salário Mínimo. O resultado concreto da campanha de 2005 com o aumento para R\$ 350 a partir de abril de 2006 e o reajuste de 8% na Tabela do Imposto de Renda representa um avanço concreto nesta luta. Essa II Marcha proporcionou, além dos resultados econômicos, um importante saldo político e orgânico para a CUT.

É importante ressaltar que pela primeira vez na história as centrais sindicais assinaram um protocolo de intenções com o governo federal na definição do salário mínimo e anteciparam a data para Abril.

Junto com a campanha pela valorização do salário mínimo foi levantada a bandeira da correção da tabela do imposto de renda, que mobilizou assalariados de maior poder aquisitivo. Diante dos resultados obtidos nas lutas pela correção da tabela na era fernandista, o resultado da negociação com Lula foi significativo e deixa um saldo bastante importante a ser resgatado nos anos seguintes.

Jaime Rebelo, Marlene Furino, Eduardo Pacheco, Raymundo Pereira, Ivânia, Simão Dias, Soares e Rubão.

36. Emenda Subst. dos parágrafo 97 e 98

Um aspecto importante do acúmulo da CUT refere-se à compreensão reiterada na 11ª Plenária Nacional em 2005 de que a superação da estrutura sindical corporativa seria decorrente de um movimento que articulasse as iniciativas de transformação dos sindicatos, a construção da estrutura da Central e as ações para mudar o marco institucional legal.

Assim, a conquista da liberdade sindical seria decorrente das ações para dentro e para fora. No movimento para dentro, a visão de sindicato cutista de ramo de atividade, as definições sobre a organização vertical da CUT, as normas básicas para os estatutos das entidades cutistas. No movimento para fora, a visão da CUT sobre como deveria ser a estrutura sindical do país e o padrão de regulação de relações de trabalho.

Estrutura sindical

Repensar nossa estrutura organizativa justifica-se, basicamente, por três aspectos: as importantes mudanças ocorridas no mercado de trabalho e, particularmente, no perfil da classe trabalhadora brasileira coloca o desafio de termos uma organização enraizada na realidade nacional; a experiência organizativa do sindicalismo brasileiro mostrou que novos caminhos devem ser buscados, construindo diretrizes e parâmetros comuns para todo o sindicalismo CUT; e a perspectiva da reforma sindical e um conseqüente ajuste na estrutura organizativa do sindicalismo CUT.

Políticas de terceirização da mão de obra são constantemente implementadas em todos os ramos de produção. Já não atingem somente as chamadas atividades meio, conforme observado na legislação vigente. Espalham-se em vários setores com objetivos claros de precarizar as condições de trabalho e minar a organização dos trabalhadores.

Este desafio não foi resolvido nas negociações do Fórum Nacional do Trabalho e em sua última plenária foi aprovada uma Plataforma Democrática que contemplasse todas as tendências no interior da Central, baseadas nos seguintes pontos:

- Reconhecimento das Centrais Sindicais com liberdade na estrutura vertical;
- Manutenção da estrutura atual nos sindicatos de base, condicionado a critérios de representatividade e democratização dos estatutos;
- Organização Sindical por Setores e Ramos de Atividade;
- Fim do Imposto Sindical (contribuição compulsória) e das taxas confederativa e assistencial e instituição da Contribuição Negocial;
- Direito de Organização por local de trabalho - OLT;
- Contrato Coletivo Nacional por Ramo;
- Direito de Negociação e Greve no Setor Público nas três esferas;
- Ultratividade dos Contratos;
- Substituição Processual;
- Práticas anti-sindicais; e Ratificação da Convenção 158 da OIT.
- Não intervenção do Estado

Não se obteve ainda o reconhecimento legal das Centrais Sindicais, o direito à organização no local de trabalho, bem como permanece intocável o custeio das entidades sindicais, não foi extinto o imposto sindical e há severas restrições do Poder Judiciário para a cobrança de contribuição assistencial pelos sindicatos.

Ainda há muitos desafios a serem superados, tanto no que se refere à sua organização interna como também sua articulação com a sociedade civil e os poderes públicos. Podemos acrescentar também um projeto mais definido na defesa de um modelo de desenvolvimento sustentado, que promova as reformas necessárias na democratização do estado com inclusão social e distribuição de renda.

Ao mesmo tempo estreitar os laços de solidariedade com o movimento sindical internacional, e com este objetivo a CUT deve participar no final de 2006, do Congresso de unificação da CIOSL e CMT, visando a criação de uma Nova

Central Sindical Mundial, que ela represente os trabalhadores de todo o mundo, respeitando as especificidades de cada país envolvido em sua construção, sua cultura e religiosidade, garantindo sua pluralidade, mas tendo como eixo de unificação, as melhorias das condições de vida e trabalho em todo o planeta, uma melhor distribuição de renda e a necessária globalização dos direitos dos trabalhadores(as).

Jaime Rebelo, Marlene Furino, Eduardo Pacheco, Raymundo Pereira, Ivânia, Simão Dias, Soares e Rubão.

37. Emenda Substitutiva dos parágrafos 100 ao 102

Na rua quem teve razão: governistas ou oposição de esquerda?

A CONLUTAS, em conjunto com setores de esquerda cutista, organizaram um Ato no dia 17 de agosto de 2005 “Contra a Corrupção, as Reformas Neoliberais e a Política Econômica do Governo Lula/FMI” que representava a luta contra a Reforma Sindical e Trabalhista negociada pela Força Sindical de mãos dadas com a CUT e empresários, além da luta contra a Reforma da Previdência que passou amplamente no Congresso Nacional com votos dos partidos como PFL, PSDB, PP do Maluf, PT, PCdoB e tantos outros partidos, mesmo sendo um profundo ataque aos trabalhadores do serviço público, além da indignação diante do mar de lama do mensalão escancarado pelo até então aliado do Governo Lula, Roberto Jefferson. Este Ato, em Brasília, teve a participação de 30 mil manifestantes, sindicalistas, estudantes, sem-terra, setores do movimento popular.

Já o Ato Governista foi convocado para exatamente um dia anterior, dia 16, claramente para se contrapor ao Ato do dia 17, que já estava amplamente convocado. Para fiasco da CUT e da UNE governistas, o Ato deles representou um fracasso, apesar de toda estrutura destes dois aparatos, se comparado com a Conlutas ainda em construção, e eles levaram 5 mil no início do Ato e terminaram com dois mil em frente ao Palácio do Governo.

Ai está a resposta das ruas.

Alternativa Sindical de Base - Construindo a Oposição

38. Emenda Aditiva após parágrafo 102

Devemos realizar um plebiscito para decidir a nossa relação com a CUT

A situação do movimento sindical, e em particular a situação da CUT (Central a qual nós somos filiados), tem sido fonte de várias polêmicas entre nós. Hoje muitos metroviários, assim como outros trabalhadores no Brasil, não vêem mais sentido continuarmos filiados à CUT. Já a maioria da diretoria do Sindicato quer continuar filiada.

Precisamos abrir essa discussão com a base da categoria metroviária. Ela não deve ficar restrita a uma minoria. O dono do Sindicato é o conjunto da base e são os seus 6.000 membros que devem decidir os rumos do Sindicato. Por isso propomos a realização de um plebiscito, quando toda a base possa opinar se devemos ou não continuar filiados à CUT. Caso o resultado seja pela desfiliação, aí abriremos uma discussão sobre o que devemos fazer: ajudar na construção de uma nova organização ou ficarmos independentes.

Alternativa Sindical de Base - Construindo a Oposição

39. Emenda Aditiva após parágrafo 102

O que está por trás da proposta de desfiliação da CUT?

Nos últimos tempos um pequeno grupo de sindicalistas metroviários fazem circular um abaixo assinado com a proposta de desfiliação do Sindicato da CUT.

Afinal o que pretende este grupo? O objetivo é preservar a categoria ou atender seus interesses imediatos? A desfiliação vai ajudar na unidade dos trabalhadores para enfrentar os ataques aos seus direitos vindos deste ou daquele governo? Será correto enfrentar as críticas que temos a uma organização construída pelos trabalhadores, criando uma outra e dividindo ainda mais o movimento sindical?

Para estas perguntas, temos respostas objetivas e a categoria metroviária já respondeu diversas vezes em seus 25 anos de fundação de seu Sindicato.

Este grupo de “combativos” sindicalistas, liderados pelo PSTU e que atraiu uma parte do recém criado PSOL, tem na realidade objetivos partidários e pouco se preocupam com a organização e a unidade dos trabalhadores. Sua preocupação imediata é buscar o desgaste e desmoralização de todos os partidos e organizações que de forma direta ou indireta apóiam e se identificam com o governo Lula. Para eles todos são “impuros e vendidos”, por isso atacam, com a mesma violência da mídia e da direita mais conservadora, o PT, o PCdoB, o PSB, a CUT, a UNE, o MST, a diretoria da Fenametro e do nosso Sindicato, entre outros.

Estes “sindicalistas”, acreditam que a decepção com os rumos do governo abriria as portas para uma revolução no Brasil. Como que acreditando numa predestinação, têm certeza, ao arrepio de todas as evidências, que a derrota do atual governo vai resultar num grande movimento de massas que será canalizado por sua inexpressiva corrente política. Negam à exaustão a evidência de que a derrota deste projeto favorece a volta da direita neoliberal ao poder. E neste afã fazem coro com os que desejam desacreditar a política, como está explícito no último slogan do PSTU: “Fora Todos!”. Rebaixam assim a consciência do povo, pois reproduzem a falsa idéia de que políticos são todos iguais.

Quando propõem o rompimento com a CUT, omitem seu verdadeiro interesse de organizar sua “centralzinha” paralela denominada CONLUTAS, que tem se esmerado em promover a criação de novas entidades nas bases das categorias, dividindo os trabalhadores, como fizeram no Sindicato dos Trabalhadores do Correio em

Pernambuco, na Federação dos Metalúrgicos de Minas Gerais.

Nossa categoria em seu primeiro congresso em 1986 decidiu não se filiar à CUT por entender que naquele momento deveria se buscar a unidade de todo o movimento sindical. Mas em 1990, quando esta possibilidade estava praticamente inviabilizada, nosso 3º Congresso decidiu encaminhar para a categoria a filiação à Central Única dos Trabalhadores, que era a central que congregava o que havia de mais combativo e representativo no movimento sindical brasileiro. Entendemos que essa premissa não esta superada, ao contrário, a CUT cresceu, hoje é a 5ª maior central do planeta e reúne o que há de mais expressivo na luta dos trabalhadores brasileiros. Tem lacunas, tem erros, tem insuficiências, mas com certeza os metroviários devem continuar lutando dentro da CUT para aperfeiçoá-la e jogar o papel que necessitamos para pressionar o governo Lula no rumo das mudanças que o país necessita, a exemplo do que aconteceu na luta pela valorização do salário mínimo este ano.

A postura destas pessoas, a maioria delas membros da direção do Sindicato, se comportam como se não tivessem responsabilidade nenhuma com os rumos da entidade. São consultadas, participam de todas as reuniões, são liberadas e tem seus descontos e salários pagos pela entidade, que em última instância quem paga é a categoria, mas se esmeram em atacar a entidade, muitas vezes de forma desleal, dividindo a categoria e tendo como única preocupação seus interesses partidários e de grupo.

Por isso, nós do Unidade e Luta, que estivemos à frente da organização dos metroviários desde a suas primeiras organizações no Metroclube e Aemesp, que foram as precursoras do Sindicato há mais de 25 anos atrás, vamos continuar lutando pela unidade dos trabalhadores e da categoria em especial.

CSC - Corrente Sindical Classista: Benedito Barbosa - AS/LLO, Marcos Pires, Rosa, Silvia Eneida, Xavier, Wagner Fajardo - Adm., André Piovesan, Bosco, Leonardo, Maurão, Sandra Regina, - PAT, Roque - MTE/LNS, Magrão, Raimundo Cordeiro, Wilsão - AE/LNS, Borges (Borjão), Elaine Damásio, Eunice Eulália - AE/LLO, Godoi - SL/LNS, Almir Castro, Aurelina, Carlos Lima, Gláucio, Moacir Sá, Sergio Roque, Zatorre OT/LNS, Maria do Carmo - OT/LLO, Galhardoni CT/LMO, César Amaral - OT/L5, Armandinho, Luizão, Onofre, Porosa, - PIT, Diagrino, Roberto Campos - OE/LNS, Elza Lima (Vó), Odair Guedes - OE/LLO, José Carlos (Capotão), Odemir (Pinguinha) - PCR, Wagner Gomes - CUT.

40. Emenda Subst. dos parágs. 103 ao 115

Balanço da Fenametro

A retomada do funcionamento da Fenametro, em tese iniciativa válida para organização e defesa dos trabalhadores metroviários do país, errou em alguns aspectos abaixo expostos:

1º Ao não ser transparente quando da realização de seu 1º Congresso, ao não divulgar de forma clara para a categoria que a eleição de delegados naquele momento seria para constituir sua direção de forma indireta e que imediatamente retomaria seu funcionamento, sem que seus mantenedores, ou seja, os metroviários sindicalizados, tivessem a oportunidade prévia de decidir se concordariam ou não em bancar e ser representados em qualquer instância de negociação pelo organismo.

2º Ao superdimensionar sua intervenção nas articulações políticas junto aos governos, acabando por difundir uma falsa relação propositiva para os trabalhadores com o governo federal, prejudicando uma real caracterização dos ataques deste mesmo governo aos trabalhadores e consequentemente dificultando a organização de defesa e resistência da categoria metroviária brasileira.

3º A defesa da reforma sindical e a alegação de que estaria atuando contra a PEC 369 gera, propositalmente, uma falsa impressão de defesa do trabalhador, pois, no conjunto da proposta de reforma sindical, não se coloca declaradamente contra alguns pontos fundamentais como a retirada da soberania de decisão direta das assembleias das categorias nas negociações, substituindo-as de forma irrevogável em caso de impasse - e nunca deixa de ter impasses - por organismos como a própria Fenametro ou a CUT; a submissão da organização dos trabalhadores na formação dos seus sindicatos sujeita ao reconhecimento dos governos de plantão, que podem negar reconhecimento a sindicatos inclusive já constituídos; a proposta de que o negociado prevaleceria ao legislado anulando na prática o piso das leis trabalhistas previstas pela CLT; a taxa compulsória, possibilitando o aumento do desconto dos trabalhadores em benefício e para o crescimento da arrecadação das pretensas organizações sindicais, com o agravante de dependerem do reconhecimento pelo governo, possibilitando aos governos de plantão referendar os sindicatos que lhe interessarem.

4º A omissão da Fenametro na responsabilização e no enfrentamento ao projeto de PPP (Parceria Público Privado) do governo federal, que possibilitou a regulamentação das privatizações, como as que o governo estadual começam a por em prática, caso do Metrô, como também a omissão diante de todos os ataques neoliberais federais.

5º A negação em promover eleições diretas, com a discussão de propostas nas bases, de todos os cargos de direção da Federação, atitude francamente antidemocrática.

6º A reprodução da mentira de que o governo federal estaria sendo alvo de um ataque das elites, pois com os setores financeiros - a verdadeira elite - quebrando sucessivos recordes de lucratividade, e a união e comemoração conjunta de parlamentares do PT e do PFL em defesa da absolvição mútua nos escândalos do Congresso; persistir na teoria de conspiração das elites contra o governo, além de traição, é investir no atraso da conscientização da classe trabalhadora para sua organização e resistência.

Alternativa Sindical de Base - Construindo a Oposição

41. Emenda Aditiva após parágrafo 122

Pela independência do Sindicato

Considerando que o nosso Sindicato deve ser um instrumento de luta da categoria metroviária e da classe trabalhadora como um todo, independente e autônoma em relação aos patrões, partidos políticos e governos de plantão;

Considerando que é legítimo o direito dos trabalhadores de se organizarem e participarem das atividades de suas agremiações partidárias, porém, que o funcionamento de nossa entidade sindical não pode e não deve estar vinculado e/ou submetido aos interesses de tais atividades;

Considerando que tais princípios de independência e autonomia não devem significar o apoliticismo da atuação de nosso Sindicato, mas sim que a atuação política dele deve ser no sentido de defesa dos interesses de nossa classe;

E, considerando que embora o governo Lula tenha adotado a mesma política econômica e de reformas de FHC, política esta contrária aos interesses dos metroviários e da classe trabalhadora, e que perante tal situação nacional o nosso Sindicato deixou de se colocar em oposição a tais práticas governamentais, configurando um seguidismo e atrelamento ao governo e aos seus partidos;

O 8º Congresso vem reafirmar que a nossa entidade deve mudar a sua prática e voltar a ter um caráter de independência e autonomia frente aos partidos políticos e governos de plantão;

Alternativa Sindical de Base - Construindo a Oposição

42. Emenda Aditiva após parágrafo 122

Balanço do Sindicato dos Metroviários

Nosso congresso acontece num momento político privilegiado, pois além de comemorarmos 25 anos de uma história repleta de resistências, enfrentamentos, embates que deixaram vítimas, também estamos vivendo o primeiro governo popular e democrático da história deste país, e em um ano eleitoral, onde uma grande contenda se avizinha, entre as forças mais reacionárias e conservadoras e uma frente de centro esquerda que tem como tarefa principal continuar e ampliar as transformações que são necessárias para mudar os rumos do nosso país.

O nosso Sindicato sempre teve papel destacado no enfrentamento aos governos totalitários e neoliberais que comandaram os destinos do Brasil até 2002. Porém após as eleições de Lula, criou-se uma falsa expectativa que de uma hora para outra a situação do povo brasileiro e os rumos do próprio país dariam uma guinada de 180º, acabando com a miséria, desemprego e analfabetismo, que as relações de trabalho de uma hora para outra seriam corrigidas em apenas uma canetada.

Não foi o que aconteceu, muito se decepcionaram, se desiludiram e até mesmo se sentiram traídos do sonho que acalentaram. A maioria absoluta destas pessoas, por não vivenciar os debates políticos no dia a dia, até se justifica a decepção, mas mesmo assim ainda defendem a continuidade de um governo progressista e popular.

Outros porém que achavam que entendia de tudo, mas fazem uma leitura simplista das condições objetivas e subjetivas que levariam às mudanças, se decepcionaram muito mais, pois em sua análise trotskista o que ocorreu foi uma rendição do governo popular e democrático aos encantos do capitalismo imperialista. É uma visão míope de um cenário global.

Pelo fato do Sindicato diante deste quadro, ter tido a serenidade para reconhecer os avanços ocorridos e fazer uma crítica responsável sobre os problemas existentes, é taxado por alguns poucos inconformados como sendo de chapa branca. Estes não conseguem enxergar, inclusive, que ALCA só esta desativada enquanto mantivermos a burguesia nacional fora do planalto.

Esta avaliação compartilhada pela maioria da diretoria do Sindicato, reflete o pensamento da base dos metroviários, que em suas manifestações, reclamam da política macroeconômica do Palocci mas enxerga os avanços na qualidade de vida de um número muito maior de brasileiro, o reconhecimento da política externa e de comércio exterior, as demonstrações de auto determinação do Brasil. O nosso Sindicato sempre teve ação política, sempre defendemos posições de defesa dos trabalhadores, sempre tivemos debates com a categoria sobre as propostas políticas que se apresentavam nas diversas eleições que ocorreram ao longo da história de vida deste sindicato, temos coloração política definida, sempre mantivemos estreito relacionamento político com parlamentares de esquerda, que em todos os nossos embates, foram importantes para um desfecho satisfatório à categoria, porém sem nunca deixar que esta relação comprometesse a autonomia e independência da entidade, sem nunca permitir que as decisões da categoria fossem subestimadas pelas posições políticas partidárias e prova disto é o nosso sucesso nestes 25 anos.

Temos debilidades, dificuldade em mobilizar todos os setores da categoria, permanecemos constantemente em conflito com a empresa e com o governo do estado, este sim nosso maior problema, mas o balanço entre acertos e erros, nos dá a convicção de que trilhamos o caminho certo. Temos que aperfeiçoar, nos aprimorarmos para os embates que se avizinham e nossa fórmula composta de unidade, lealdade, organização e consciência de classe nos garantiria mais 25 anos de conquistas e vitórias.

CSC - Corrente Sindical Classista: Benedito Barbosa - AS/LLO, Marcos Pires, Rosa, Silvia Eneida, Xavier, Wagner Fajardo - Adm., André Piovesan, Bosco, Leonardo, Maurão, Sandra Regina, - PAT, Roque - MTE/LNS, Magrão, Raimundo Cordeiro, Wilsão - AE/LNS, Borges (Borjão), Elaine Damásio, Eunice Eulália - AE/LLO, Godoi - SL/LNS, Almir Castro, Aurelina, Carlos Lima, Gláucio, Moacir Sá, Sergio Roque, Zatorre OT/LNS, Maria do Carmo - OT/LLO, Galhardoni CT/LMO, César Amaral - OT/L5, Armandinho, Luizão, Onofre, Porosa, - PIT, Diagrino, Roberto Campos - OE/LNS, Elza Lima (Vó), Odair Guedes - OE/LLO, José Carlos (Capotão), Odemir (Pinguinha) - PCR, Wagner Gomes - CUT.

TEMA 3

Organização da categoria

43. Emenda Aditiva após parágrafo 128

Balanço do Sindicato dos metroviários

A nossa categoria é uma das poucas que não teve uma derrota plena (do tipo perder o acordo coletivo). Ainda preservamos conquistas, dentre as quais:

- obtenção de uma acordo para as CIPAS totalmente diferenciado (e que agora o Metrô tenta desmontar);

- adicional risco de vida para AE's e AS's;

- periculosidade para a manutenção da linha 5 e a continuidade do pagamento de periculosidade em funções que a Cia. queria pagar como apontamento.

No entanto, isso não significa que a empresa não tenha conseguido nos impor várias derrotas parciais, que em seu conjunto acabam tendo um peso importante para a categoria, como:

- perdemos o anuênio para novos funcionários;

- a jornada de trabalho na GOP foi alterada para 40 horas;

- o Metrô inaugurou a linha 5 em condições completamente diferentes do restante da categoria: sem periculosidade, sem OE, com horários diferenciados e novas rotinas (AS assumindo linha de bloqueios);

- hora noturna foi retirada em todas as funções, exceto no tráfego das linhas 1 e 3 e sala negra;

- houve grande aumento da carga de trabalho devido ao quadro enxuto, e instalou-se na Cia. uma gestão baseada em horas extras;

- demissões de aposentados aos 55 anos e de funcionários com problemas de saúde;

- demissão de diretor do sindicato;

- inúmeras atividades metroviárias sendo transferidas para o serviço terceirizado e, de forma mais grave (por ser uma atividade fim e abrir as portas da privatização), recentemente, o carregamento de bilhete único por terceiros.

Desta lista, que compreende não todos os fatos, mas os de maior impacto na categoria, podemos concluir que: onde houve conquista, a vitória se deu a partir da mobilização da base; dentre as derrotas há que se perceber que a categoria sofreu diversos ataques que em alguns momentos não foram respondidos à altura e que, por isso, possibilitaram o encadeamento de outras

derrotas. Este quadro vem se agravando em função da atual gestão não ter priorizado a política de mobilização e enfrentamento com a empresa e sim apostado em eternas negociações. Por esta razão, o Sindicato deve trabalhar firmemente para recuperar o que foi perdido e se antecipar a novos ataques. O que não se pode fazer é deixar o que ficou para trás apenas para contar nas memórias dos 25 anos.

Alternativa Sindical de Base - Construindo a Oposição

44. Emenda Aditiva após parágrafo 128

Plano de Organização e Lutas

Aprimorar os espaços de atuação do sindicato na categoria; defender um ambiente de trabalho saudável, justo e seguro; defender a manutenção de um padrão de qualidade amplamente reconhecido pelos usuários; e a manutenção do Metrô como empresa Pública e Estatal; devem ser nossos principais objetivos.

A ação do Sindicato não se resume mais a negociações salariais, nesse último ano em especial foram pautadas em nossa agenda inúmeras intervenções, em especial no Poder Judiciário, Assembleia Legislativa, Congresso Nacional e DRT - Delegacia Regional do Trabalho. Quanto à DRT fomos também, na defesa dos trabalhadores terceirizados e sobre suas condições de trabalho.

A negociação sobre o Plano de Carreira teve participação de grande parte da categoria na apresentação de propostas, mostrando claramente a importância desse tema. Agora, mais ainda, com as constantes alterações nos escopos de função e padrão de salários. Nosso Plano de Carreira deve ser uma de nossas principais bandeiras na Campanha Salarial.

Outra de nossas principais bandeiras deve ser garantir o direito ao anuênio para todos.

Na questão jurídica o Sindicato têm sido vitorioso em mais de 90% das ações sobre os adicionais condição, o que demonstra, de forma direta, a postura do governo em não reconhecer nossos direitos e prorrogar os pagamentos.

Nas questões de Saúde e Segurança no Trabalho temos um embate constante com a empresa há anos. Isso se agravou com a proposta de redução de CIPAS e cipeiros num contexto de um crescente aumento nos índices e nas consequências desses acidentes. E agora mais grave com o fim dos repasses que a empresa fazia antes do INSS. Sem esquecer, é claro, da luta pelo reconhecimento do Perfil Profissiográfico Previdenciário - PPP, que nos dá a aposentadoria especial.

Quanto à jornada e escala de trabalho, o Metrô segue promovendo alterações visando somente os recursos da folha de pagamento; o que acaba não acontecendo, seja por horas extras, como pelos afastamentos médicos. A intensificação do trabalho nunca atingiu os níveis que temos hoje. Precisamos garantir a manutenção das escalas conquistadas pela categoria e brigar sim pelo aumento do quadro de funcionários.

Articular um plano de organização e lutas nesse contexto exige grandes esforços, recursos e alianças.

Na organização interna, criar espaços de atuação da categoria no sindicato sejam eles políticos ou sociais; reestruturar as secretarias que atendem necessidades específicas do sindicato para melhor atendimento e eficiência; ter uma política de formação permanente de diretores e ativistas; e um banco de dados que nos dê fundamentos em ações jurídicas e negociações coletivas.

Na organização externa, estreitar os laços com nossa cadeia produtiva para fortalecer as negociações assim como junto às organizações da sociedade civil; aprimorar a intervenção na FENAMETRO e CNTT; participar ativamente dois espaços promovidos pela CUT e DIEESE para formação e troca de experiências.

Na máquina administrativa do Sindicato trabalhar o conhecimento dos funcionários para agir em sintonia com as decisões da categoria.

Jaime Rebelo, Marlene Furino, Eduardo Pacheco, Raymundo Pereira, Ivânia, Simão Dias, Soares, Rubão.

45. Emenda Substitutiva dos parágrafos 138 ao 141

O METRUS É DOS TRABALHADORES METROVIÁRIOS?

Temos a certeza que qualquer mudança que ocorrer em uma entidade na qual exista a participação dos trabalhadores, todos os trabalhadores devem opinar. No Metrô, não é assim! Pela importância, que o Metrô representa enquanto fundo privado e custeado, também pelos metroviários, passa a ter grande importância e expectativa na vida dos metroviários e de suas famílias, pela dificuldade de pagar, e, quando começa receber a suplementação, em muitos casos, vira frustração pelo pequeno valor suplementado.

As preocupações dos metroviários continuam, há necessidade de primarmos pelo Plano de Saúde. Os trabalhadores metroviários deveriam e devem opinar nas mudanças que ocorrerem. Alterações foram feitas na estrutura de gestão do Metrô, e, com certeza deveriam os trabalhadores ter participado, já que contribuem para a manutenção desta entidade chamada Metrô.

Os metroviários devem cobrar do Metrô, com seus representantes, o plano de gestão do Metrô, de cada ano, apresentando o relatório orçamentário incluindo receita e despesas.

Não basta apresentar os demonstrativos das aplicações financeiras, e sim apresentar os balancetes com suas notas explicativas e justificar seus gastos.

A estrutura que o Metrô possui, dá-lhe plena condição de apresentar aos metroviários os relatórios solicitados.

Metroviário, acompanhamos, desde a implantação do Metrô, dentro das condições, a sua gestão. Tudo o que foi possível detectar e que não era do interesse dos trabalhadores, foi denunciado, como por exemplo, o caso do passivo da EMTEL, que se arrasta deste 1995, este processo se encontra na justiça em fase final e monta em mais ou menos R\$60.000,000,00...Em caso de perda o Metrô é solidário, O Metrô só precisa combinar com a justiça. Neste País tudo é quase possível, se a justiça entender que o Metrô deve pagar, quem estará pagando é a sociedade, deixando impunes os responsáveis, pelos desvios na gestão Quercia/Fleury e pelo início atrapalhado na administração do Metrô da gestão Covas /Alckmin.

OS GOVERNOS A SAÚDE E A PREVIDÊNCIA

Uma das preocupações mundiais nos dias de hoje é com a Previdência. Vários governos, no mundo, que não têm compromissos com os trabalhadores, acabam desviando recursos para outras finalidades, criando déficit, dificultando e diminuindo, já o ridículo valor pago aos aposentados e pensionistas.

No Brasil não é diferente, NÃO PODEMOS ESQUECER que governos após governos criaram enormes rombos na Previdência. No Governo passado, do FHC do PSDB, que teve dois mandatos (oito anos), poderia minimizar o déficit previdenciário mais o que se viu foi o aumento brutal do déficit. A política liberal do governo FHC, que resultou em várias privatizações, a qual, muitas financiadas pelo governo FHC, as privatizações, em nada diminuíram a dívida externa e o que se viu foi o aumento crescente do desemprego, causando a diminuição de arrecadação do INSS, aumentando o déficit e diminuindo também o valor pago aos aposentados e pensionistas. Isto posto, criou enormes dificuldades para o governo do Presidente Lula, que está procurando, neste espaço pequeno de tempo, aumentar o emprego formal aumentando a arrecadação do INSS e diminuindo seu déficit para poder reajustar e dar aumento real aos aposentados e pensionistas.

Para mudar esta realidade apresentamos as seguintes propostas:

DELIBERATIVO

Estatuto e o regimento interno do Metrô, não foi objeto de debate na categoria, muito menos o artigo que regulamenta a eleição, porque?

Revisão dos benefícios pago aos assistidos ou aposentado.

O Metrô deveria direcionar a aplicação de parte de seus recursos, também em área de cunho social, sempre preservando o equilíbrio do plano, e não propiciando altos ganhos a banqueiros.

Cursos periódicos e de reciclagem para os representantes previdenciários da categoria, custeado pelo Metrô.

Publicação periódica por parte dos nossos representantes dos assuntos relacionados à Administração do Metrô, que deverá ser custeado pelo Instituto.

Qualquer consulta ao Metrô que venha interessar os representantes da categoria, que estes possam contratar técnicos de confiança da categoria, custeada pelo Metrô.

Contratação de empresa especializada em previdência para analisar as contas do Metrô sob a responsabilidade dos empregados e custeado pelo Instituto.

Redução da taxa de juros da Carteira de Empréstimos do Metrô, visto que o mercado de Fundo de Pensões, utilizam taxas bem abaixo do que as praticadas pelo Metrô.

COMITÊ DE GESTÃO

Procurar condições para reduzir os valores pagos das mensalidades pelos contribuintes, principalmente pelo aposentados e pensionistas.

Apresentar balancete mensal de fácil compreensão do público envolvido e comentado.

Menor sob guarda: que o Metrô reconheça o Participante que tem a guarda definitiva comprovada de um menor e o inclua no MSI.

O Metrô deve administrar o plano odontológico e não terceirizar para Odontoprev.

O Metrô deve urgentemente fazer um convênio com outro plano de saúde, além da Unimed, com mais abrangência no interior do Estado e outras capitais, incluindo a assistência odontológica.

Hospital próprio: que o Metrô estude a possibilidade de administrar um hospital próprio exclusivo para metroviários com o maior número possível de especialidades.

Inclusão de companheiros homossexuais e maior agilidade-atenção no trâmite até o Comitê de Gestão para tratar de casos graves de participantes a espera de solução.

Marquinhos, ex-diretor, Cidade II; Eraide, ex-diretora e vice-presidenta CIPA-EDI; Coutinho, Manutenção; Tânia, diretora Conselho Fiscal e membro do Comitê de Gestão do Metrô; Calixto, cipista, CCO; Valtinho, ex-diretor, MTE Leste/Oeste, Marcão, diretor Leste/Oeste; Pedro Ricardo, cipista e ex-diretor, PIT; Camargo, diretor, Pátio Jabaquara.

46. Emenda Aditiva após parágrafo 140

No que diz respeito aos benefícios dos trabalhadores aposentados, apesar de nos anos recentes vermos alguma recomposição na aposentadoria e algum aumento real no salário mínimo a situação dos trabalhadores que almejam alcançar a aposentaria deixa de ser um sonho para tornar-se uma situação fictícia quanto a deixar à ativa. O regime de repartição simples empregado hoje pelo Ministério da Previdência, não comporta sua demanda sacrificando os trabalhadores. A não ser através de alternativas individuais ou via fundos de pensão o trabalhador brasileiro não vê possibilidade de um dia poder deixar a ativa e tornar-se um aposentado capaz de manter o necessário para sobreviver, etc.

Hoje o sistema de previdência fechada abriga cerca de seis milhões de trabalhadores no Brasil, sendo que quatro milhões estão ativos e dois milhões já encontram-se na condição de assistidos e ou pensionistas. O benefício médio desses aposentados assistidos dos fundos de pensão é de dois mil reais (dados da SPC). Fato relevante para a economia brasileira é a poupança acumulada dos fundos alcançarem cerca de trezentos bilhões de reais (valores para dezembro de 2005). Fato frustrante é que, apesar do avanço dos marcos regulatórios, aumento na criação de novos fundos e de novos planos de benefícios ainda é insignificante o número de trabalhadores, formais, participantes dos fundos de pensão, comparado com o número de trabalhadores formais no Brasil ainda fora do sistema. É também pouco expressiva a relação PIB/poupança dos fundos, se comparados a países desenvolvidos. No Brasil os fundos acumulam cerca de 18% do PIB enquanto que os fundos de pensão dos países do primeiro mundo superam largamente os 100% do PIB de seus países.

Proposta para o Movimento Sindical:

“Que os sindicatos disseminem de todas as formas e meios de propaganda acerca da importância dos fundos de pensão como fomentador de poupança interna para alavancar o crescimento do Brasil, gerando empregos, infra-estrutura, etc. Que os sindicatos participem e incentivem os trabalhadores a capacitarem-se aos cargos de representação e gestão nos conselhos deliberativos, fiscais, comitês de investimentos, etc., inclusive patrocinando cursos e outras formas de capacitação”.

Jaime Rebelo, Marlene Furino, Eduardo Pacheco, Raymundo Pereira, Ivânia, Simão Dias, Soares, Rubão, Traves.

47. Emenda Aditiva após parágrafo 141

Propostas de atuação política do Sindicato junto aos Dirigentes eleitos:

a) Criação de um Boletim de periodicidade regular de responsabilidade dos Conselheiros Eleitos custeado pela secretária de imprensa do Sindicato dos Metroviários. Este boletim teria como função por a categoria metroviária a par dos assuntos em pauta nos Conselhos Deliberativo, Fiscal e Comitê Gestor de saúde.

b) Aprovar a realização de um Fórum Metroviário sobre o Instituto Metrô, utilizando as dependências do Sindicato dos Metroviários e sua infra-estrutura, a fim de aprofundar os debates sobre os temas: Previdência Geral, Previdência fechada, Planos de Saúde Auto-geridos e Instituto Metrô.

c) Aprovar que a Direção do Sindicato dos Metroviários façam gestões junto à direção do Metro no sentido de que os Conselheiros eleitos disponham de mais tempo nos seus horários de trabalho para acompanhar os trabalhos do Instituto Metrô, participar de treinamentos e atividades que os capacite para exercer com mais segurança conforme exige a lei.

Jaime Rebelo, Marlene Furino, Eduardo Pacheco, Raymundo Pereira, Ivânia, Simão Dias, Soares, Rubão, Traves.

TEMA 4

Estrutura do Sindicato

48. Emenda Aditiva parágrafo 162

Passivo Trabalhista

A postura do Metrô em não reconhecer os direitos da categoria sobre as condições de trabalho, têm levado o sindicato a promover constantes ações judiciais para garantir o pagamento de adicional condição. Mesmo com decisões favoráveis ao sindicato em mais de 90% dos casos, a empresa mantém a postura de não negociar e recorrer à justiça, e, em todas as instâncias possíveis, visando única e exclusivamente adiar os pagamentos.

Ao longo dos anos essa prática gerou um grande passivo trabalhista e também tem impedido a obtenção de aposentadoria especial, aumentando ainda mais nossos prejuízos.

Essa luta não tem por objetivo a ampliação dos benefícios à uma parcela da categoria, mas garantir seus legítimos direitos. Há condições de risco que são impossíveis de serem eliminadas e nada mais justo que os trabalhadores exerçam seu direito legal de lutar pelo pagamento desses direitos.

Ao mesmo tempo em que negociamos no ano passado perto de R\$ 50 milhões desse passivo, entramos no ano de 2006 com uma grande quantidade e diversidade de ações. Infelizmente a legislação em vigor permite e até mesmo incentiva que a empresa adote essa postura, além de não estabelecer punições àqueles que se valem desse processo, desperdiçando recursos públicos uma vez que a maioria das argumentações da empresa são consideradas improcedentes.

Estes fatos têm levado a uma postura equivocada por um pequena parcela da categoria em processar o sindicato quando a justiça do trabalho não reconhece estes direitos, fato esse que deve ser repudiado pela categoria.

Jaime Rebelo, Marlene Furino, Eduardo Pacheco, Raymundo Pereira, Ivânia, Simão Dias, Soares e Rubão.

49. Emenda Aditiva após parágrafo 167

Por uma Política de Saúde e Segurança no Trabalho

O texto abaixo é parte de um documento elaborado pelo governo federal no final de 2004 que serviu de base para a constituição de um Grupo de Trabalho para criação de uma nova Política nacional de Saúde e segurança do Trabalho. E, merece profundas considerações, dos metroviários em particular, com os constantes ataques que a empresa vêm realizando sobre o funcionamento e dimensionamento das CIPAS.

“Uma política de Saúde e Segurança do Trabalhador deve garantir que o trabalho - base da organização social e direito humano fundamental - seja realizado em condições que contribuam para a melhoria da qualidade de vida, a realização pessoal e social dos trabalhadores e sem prejuízo para sua saúde, integridade física e mental.

Tradicionalmente no Brasil, as políticas de desenvolvimento têm se restringido aos aspectos econômicos e vêm sendo traçadas de maneira paralela ou pouco articuladas com as políticas sociais, cabendo a estas últimas arcarem com os ônus dos possíveis danos gerados sobre a saúde da população, dos trabalhadores em particular e a degradação ambiental.

A saúde dos trabalhadores é condicionada por fatores sociais, econômicos, tecnológicos e organizacionais relacionados ao perfil de produção e consumo, além de fatores de risco de natureza físicos, químicos, biológicos, mecânicos e ergonômicos presentes nos processos de trabalho particulares.

De modo esquemático, pode-se dizer que o perfil de morbimortalidade dos trabalhadores no Brasil, na atualidade, caracteriza-se pela coexistência de:

- agravos que têm relação com condições de trabalho específicas, como os acidentes de trabalho típicos e as “doenças profissionais”;

- doenças que têm sua frequência, surgimento ou gravidade modificados pelo trabalho, denominadas “doenças relacionadas ao trabalho” e;

- doenças comuns ao conjunto da população, que não guardam relação de causa com o trabalho, mas condicionam a saúde dos trabalhadores.”

De modo resumido podemos observar que há uma profunda diferença na abordagem deste problema, colocando a saúde e não exclusivamente os acidentes como foco de gestão das áreas responsáveis. Essa nova mentalidade é fruto de intensa luta dos trabalhadores visando melhorar a abordagem da segurança no trabalho, configurando uma importante vitória dos movimentos sociais, em especial dos sindicatos.

Nos metroviários em particular, a defesa de CIPAS livres e autônomas é histórica. Em 2000 conseguimos um acordo com a empresa instituindo CIPAS destritalizadas visando melhorar o entendimento e a resolução dos problemas; um mandato de dois anos que possibilita aos cipistas uma atuação mais eficiente e um conjunto de procedimentos que garante o pleno funcionamento das mesmas.

Infelizmente não encontramos por parte da empresa, especialmente nos dias de hoje, uma vontade política de continuar avançando na organização e eficiência das CIPAS. Isso têm nos levado constantemente a mesas redondas na DRT, seja no interesse dos metroviários quanto no interesse de terceirizados que prestam serviços no Metrô. Aumentaram em muito também as fiscalizações a autuações da DRT na empresa assim como nos prestadores de serviço.

No contexto que atravessamos hoje - redução do quadro de funcionários, intensificação do trabalho, pendências nas áreas, procedimentos incorretos, aumento significativo da terceirização e novas obras de expansão - essa discussão deve ocupar a tônica das negociações do sindicato com o Metrô, assim como de todos os trabalhadores, sejam eles metroviários ou terceirizados.

Para isso é de fundamental importância que o sindicato invista na formação dos cipistas e na assinatura de novo acordo coletivo de saúde e segurança garantindo as conquistas e avançando em novas cláusulas visando atender as novas legislações e os novos ambientes de trabalho no Metrô.

Jaime Rebelo, Marlene Furino, Eduardo Pacheco, Camargo, Raymundo Pereira, Ivânia, Simão Dias, Soares e Rubão.

50. Emenda Aditiva após parágrafo 117

Por uma gestão participativa

Já há algum tempo, dentro do nosso Sindicato, alguma secretaria vem optando por uma gestão, quando as propostas de encaminhamento da luta são formuladas através de comissões. Essa prática, no nosso ponto de vista, tem fortalecido muito a organização e o envolvimento da base da categoria nas lutas cotidianas e nas conquistas dos últimos tempos.

Alguns exemplos, como o da Comissão dos Passivos Trabalhistas, quando companheiros da base se propuseram a ir, inclusive, a escritórios de peritos contábeis para cobrar agilidade na execução de cálculos; procuraram juizes, sob alegação de acompanhamento de processos, em nossa opinião, foi fundamental para que hoje vários acordos fossem feitos e que muitos tenham recebido seus passivos trabalhistas.

Além desse exemplo, temos a Comissão de Saúde que, através da organização dos cipistas e ativistas, conseguiu uma das maiores vitórias da nossa categoria nos últimos tempos, que foi barrar a tentativa do Metrô de golpear a CIPA com uma prática arbitrária que, com certeza, reduziria ao pó uma das maiores ferramentas de luta dos trabalhadores metroviários.

Outra comissão que obteve sucesso foi a criada pela Secretaria de Esporte, Cultura e Lazer, que está resultando na construção da colônia de férias.

Diante de tantos exemplos, é inegável que essa prática seja importantíssima para a organização de nossa categoria.

Por isso, o 8º Congresso dos Metroviários deliberará que todas as secretarias do nosso Sindicato deverão, na medida do possível, adotar essa prática que só ajuda a fortalecer a organização dos metroviários.

Dagnaldo Gonçalves

TEMA 5

Políticas Sociais

51. Emenda Aditiva após parágrafo 178

Através da mobilização dos movimentos sociais, a CUT esteve presente em torno de bandeiras centrais quanto às reivindicações das mulheres, nos diferentes espaços existentes, na perspectiva de alterar concretamente, as condições de vida das mulheres combinando com as lutas de enfrentamento das desigualdades de gênero, raça/etnia, orientação sexual, com as demais lutas nacionais e internacionais. Através de sua política de gênero contribuiu para a formulação de políticas públicas na ótica da mulher trabalhadora, tais como a criação e desenvolvimento da Comissão Tripartite de Igualdade de Oportunidades e de Tratamento (Ministério

do Trabalho e Emprego), o processo de realização das conferências municipais, estaduais e a nacional para a elaboração do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, junto à Comissão Tripartite para revisão da legislação sobre a interrupção voluntária da gravidez, ao Conselho Nacional dos Direitos da Mulher - CNDM, à Comissão Interestadual da Saúde da Mulher - CISMU (Ministério da Saúde).

Com isto, as várias reivindicações apontadas pela política de gênero da CUT tanto no campo da saúde da mulher, considerando a garantia ao direito de optar conscientemente; por ter ou não filhos; direito à informação; ao planejamento familiar com acesso aos diversos métodos contraceptivos; direito aos programas

de saúde; direito ao aborto como uma opção individual da mulher e do casal; como a luta desenvolvida contra a retirada da licença maternidade; as questões sobre a violência contra a mulher e medidas para o seu combate, conquistaram novos níveis de diálogo junto aos espaços governamentais, na perspectiva das políticas públicas e de suas concretizações por parte do Estado. Neste sentido, a CUT teve um papel fundamental na construção deste diálogo entre governo e sociedade.

Sem dúvida nenhuma, a criação da Secretaria Nacional sobre a Mulher Trabalhadora da CUT no 8º CONCUT significou um fato político importante e um marco na luta pelo reconhecimento da contribuição das mulheres na mudança de mentalidade e no processo de construção, enquanto protagonistas sociais e políticos, na estrutura sindical em seus diversos âmbitos.

A SNMT/CUT reafirmou entre suas prioridades o tema da violência contra a mulher como um dos eixos centrais para esse período, marcando a ação sindical para a redução da desigualdade e contra a opressão às mulheres nos espaços público e privado. Foi desencadeada entre 2004 e 2005, a campanha nacional “violência contra a mulher – tolerância nenhuma”, com os objetivos de: a) promover a reflexão sobre a violência contra a mulher, a partir de uma visão integral, no sentido de subsidiar estratégias mais amplas de ação, envolvendo outros setores e entidades, buscando intervenções mais eficazes nas políticas públicas; B) evidenciar as lutas contra as discriminações, dando ênfase na adoção de medidas de combate à violência contra a mulher nos processos de negociação coletiva das entidades sindicais; C) Sensibilizar e mobilizar o movimento sindical para o combate à violência.

Assim, a CUT, através da SNMT, 25 Estaduais da CUT, Confederações e Federações Nacionais, realizaram esta campanha, com o apoio do Fundo para Igualdade de Gênero/FIG/CIDA, a CSN/Quebec/Canadá e a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, articulando todas as iniciativas já realizadas pelos sindicatos, confederações, governo e movimento de mulheres. Durante o ano de 2004 e 2005, aconteceram oficinas, seminários, debates, reuniões, plenárias, encontros, passeatas, fóruns, congressos, em nível estadual, regional e nacional, envolvendo aproximadamente 4500 pessoas.

Através da mobilização das mulheres e o engajamento das entidades da estrutura da CUT multiplicaram-se iniciativas nos diversos Estados brasileiros. A multiplicação destas ações gerou a criação e o fortalecimento de fóruns de combate à violência contra a mulher, integrados por representantes de DRTs, Delegacias de Atendimento à Mulher, outras organizações governamentais, organizações não governamentais que trabalham com esta problemática, núcleos de estudos de universidades, ampliando o diálogo da política de gênero da CUT com outros atores da sociedade.

Integrando o Núcleo de Reflexão Feminista sobre o Mundo do Trabalho Produtivo e Reprodutivo, composto por representações e integrantes de universidades, ONGs, movimento sindical e fundações de pesquisa, foram desenvolvidos estudos e reflexões que deram suporte e qualificaram os debates nos seminários e conferências nacionais sobre reestruturação produtiva e a reconfiguração das relações de gênero no trabalho, assim como os cursos sobre gênero e trabalho, em âmbito nacional e regional voltado para dirigentes sindicais cutistas, representantes de ONGs e outras organizações de mulheres, e em âmbito internacional, para dirigentes que compõem a Comissão de Mulheres da Coordenadora das Centrais Sindicais do Cone Sul. Como resultado dos seminários e conferências nacionais já houve os lançamentos de dois livros sobre a temática da reestruturação produtiva e gênero.

Outro enfoque importante tratado pela política de gênero da CUT, em 2004, foi o da qualificação da intervenção das mulheres nas ações e articulações sindicais, tendo como perspectiva a igualdade de oportunidade entre homens e mulheres, a partir do mundo do trabalho no contexto da globalização.

No campo da representação da CUT junto às Centrais Sindicais internacionais, e na busca de uma relação mais global, positiva e afirmativa voltada para a igualdade de oportunidade entre homens e mulheres no mundo do trabalho e nas organizações sindicais, a atuação junto à Comissão de Mulheres da Coordenadora das Centrais Sindicais do Cone Sul - CCSCS propiciou espaços de capacitação e qualificação de dirigentes das Centrais que integram a CCSCS sobre comércio e a perspectiva de gênero, visando reforçar as ações sindicais voltadas para as trabalhadoras junto ao bloco dos países do Mercosul e Chile. Além disto, foram intensificadas as ações junto à ORIT e à CIOSL, ampliando as relações em nível regional e mundial, na perspectiva da igualdade de gênero no mundo do trabalho e sindical.

MULHERES NO MUNDO

As mulheres do vilarejo de Lozisca, na Croácia, ocuparam, no mês passado, todas as vagas do conselho administrativo local, assumindo pela primeira vez o controle do governo. Antes das croatas, Angela Merkel, a líder do partido Democrata-Cristão, venceu as eleições alemãs e tornou-se a primeira mulher na história a governar a Alemanha. Esta semana, no dia em que, no Chile, Michelle Bachelet, da Concertación Democrática, também se tornava a primeira mulher a governar seu país, tomou posse, na Libéria, Ellen Johnson-Sirleaf, primeira presidente de um país na África.

O fato de três mulheres chegarem aos postos máximos de seus países, ao mesmo tempo, em três continentes diferentes, pode até ser coincidência. Mas ainda assim ilustra uma realidade que vem se desenhando nas últimas décadas, na qual se observa que ser mulher é cada vez menos impedimento para ocupar cargos de liderança no mundo todo.

Só para lembrar alguns casos dos últimos anos: Megawati Sukarnoputri foi nomeada presidente da Indonésia em 2001; Gloria Arroyo, em 2000, foi nomeada chefe do Estado nas Filipinas; Chandrika Kumaratunga ganhou as eleições presidenciais do Sri-Lanka em 1994 e foi reeleita em 1999; Tarja Halonen foi eleita em 2000 a primeira presidente da Finlândia; Mary McAleese foi eleita em 1997 para a Presidência da Irlanda; na Letônia, Vaira Vike-Freiberga foi, em 1999, a primeira mulher a ser eleita chefe de Estado no Leste europeu; Mireya Moscoso foi eleita presidente do Panamá, em 1999; desde 1996, Hasina Wajed é chefe do governo em Bangladesh; Helen Clark sucedeu, como primeira-ministra, em 1999, outra mulher, Jenny Shipley, que foi a primeira a ocupar o cargo na Nova Zelândia; e mais recentemente, desde 2004, Luísa Diogo é a primeira-ministra em Moçambique.

Nos Estados Unidos, prevê-se que a próxima disputa eleitoral para a Presi-

dência se dê entre mulheres. A ex-primeira-dama, Hillary Clinton, e a secretária de Estado do governo George W. Bush, Condoleezza Rice, serão, provavelmente, as protagonistas desse pleito.

“Mulheres chegarem a postos importantes não é um fato novo. Há os casos de Indira Ghandi, na Índia, e de Margareth Thatcher, na Inglaterra”, diz a professora Maria Herminia Tavares de Almeida, cientista política da Universidade de São Paulo. “Mas observamos que nas últimas décadas houve um crescimento, e até uma consolidação, da participação de mulheres em lideranças de partidos.”

Para a professora, a eleição de Michelle Bachelet, no Chile; Angela Merkel, na Alemanha, e Ellen Johnson-Sirleaf, na Libéria, mostra algo mais importante. “Nenhuma dessas três mulheres foi eleita por ser mulher. O importante é que o fato de ser mulher já não é um obstáculo para ocupar cargos de liderança. Essas mulheres foram escolhidas como candidatas por uma coalizão, e o fato de ser mulher, nesses casos, pouco importou”.

Os opositoristas de Michelle Bachelet até ensaiaram combatê-la nas urnas colocando em dúvida as capacidades de uma mulher à frente da Presidência da República, mas a estratégia não resultou. Pelo contrário, gerou um efeito negativo. E o perfil de Michelle não corresponde exatamente ao de uma figura política bem-sucedida no Chile. Além de mulher, é separada, mãe de três filhos e ainda socialista. “Só não há mais mulheres na política devido à falta de interesse. A participação feminina ainda é pequena porque a política não é uma atividade que atraia tanto a mulher”, explica Maria Hermínia.

Apesar de ainda pequena, a participação das mulheres na política é crescente. No Brasil, um levantamento do professor Fabiano Santos, do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), mostra que a participação feminina na Câmara dos Deputados, no período 1946-1967 era de apenas 0,4%. Entre 1987-1999, as mulheres já ocuparam 5,8% das cadeiras de deputado federal. Atualmente, as mulheres ocupam 8,2% das cadeiras do Congresso e 14,8% das vagas do Senado. A atual legislatura conta ainda com duas mulheres governadoras de Estado, 319 prefeitas de municípios, 6.992 vereadoras e 130 deputadas estaduais.

Apenas 15 países do mundo - dentre aqueles que possuem representatividade parlamentar - têm mais de 30% de seus parlamentos compostos por mulheres. Angola, na África, é o campeão: 49% das cadeiras são ocupadas por elas. A ascensão de mulheres na África tem uma explicação, segundo a pesquisadora Anjalina Sen, da Liga Internacional de Mulheres pela Paz e a Liberdade: “Elas têm maior probabilidade que os homens de manter diálogo quando há dificuldade. Estão sendo mais eleitas em países devastados por guerras”.

Quando soube da vitória, Ellen Johnson-Sirleaf declarou que assumiria o cargo para “trazer um pouco de sensibilidade materna à Presidência”. A Libéria sofreu 14 anos com uma guerra civil que deixou 250 mil mortos e mais de 1 milhão de refugiados.

Jaime Rebelo, Marlene Furino, Eduardo Pacheco, Raymundo Pereira, Ivânia, Simão Dias, Soares e Rubão.

52. Emenda Aditiva após parágrafo 183

Reconhecida oficialmente como um novo órgão da CUT durante a realização do 5º Congresso Nacional em 1994, a Comissão Nacional Contra a Discriminação Racial - CNCNR, tem contribuído para a consolidação de políticas que visem discutir o trabalhador e a trabalhadora na sua plenitude, considerando as especificidades existentes no interior da classe. A tarefa da CNCNR tem sido a busca da igualdade respeitando sempre a diversidade.

Nesta gestão, a Comissão cumpriu um papel importante nas discussões de Políticas Públicas de Promoção da Igualdade Racial, participando efetivamente das Conferências Estaduais e Nacional de Promoção da Igualdade Racial, organizadas pela Secretaria Especial de Política de Promoção da Igualdade Racial e pelo Conselho Nacional.

Também realizou estudo e debate sobre o PL que propõe a Reforma Universitária, apresentando ao MEC emendas ao referido texto. A participação da CNCNR na Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador foi importante para avançar nas discussões de saúde do (a) trabalhador (a) negro (a). Fizemos o estudo do texto sobre a Política Nacional de Saúde do Trabalhador e do texto de subsídio elaborado pelo Coletivo Nacional de Saúde da CUT para a Conferência Nacional, apresentando emendas com o recorte racial.

A Comissão também teve papel importante na definição dos temas a serem abordados nas Conferências Municipais, Estaduais e Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, nas quais, pela primeira vez a discussão do respeito à diversidade de gênero, raça, etnia e orientação sexual foi pautada.

Outras ações desenvolvidas pela CNCNR como a participação nas oficinas e reuniões realizadas pela OIT com as Centrais Sindicais para discussão do Programa Gênero, Raça Pobreza e Emprego, a discussão de políticas de qualificação para as trabalhadoras domésticas, bem como a participação efetiva nas discussões sobre Reforma Sindical, valorização do Salário Mínimo, redução da jornada de trabalho, demonstra a necessidade de garantir a transversalidade da discussão racial nas políticas gerais da Central.

Do ponto de vista da interlocução da CNCNR/CUT com as entidades do movimento negro e social que discutem a questão racial, a participação efetiva da Comissão na organização e mobilização da Marcha Zumbi + 10, realizada em Brasília no dia 22 de novembro de 2005, foi fundamental para o seu sucesso bem como para o fortalecimento da relação da CUT com essas entidades.

O fortalecimento da unidade da classe trabalhadora, compreendida como grupo social que se forja a partir da sua condição econômica e de trabalho, passa necessariamente pela construção da sua identidade como classe, que não significa a negação das suas diferenças físicas e biológicas (que é da natureza humana), mas pelo enfrentamento das desigualdades resultantes da construção social influenciada por um determinando tipo de modo de produção (capitalista) que se reflete na organização do conjunto da sociedade.

Compreendendo que a acentuada desigualdade entre brancos e negros é fruto de uma construção social que buscou eliminar a presença significativa dos negros no processo de formação da sociedade brasileira, constituindo-se, portanto, numa problemática estrutural do nosso país, e que demandou uma ação específica do movimento sindical; a CUT não apenas incorpora em suas

resoluções as reivindicações dos militantes sindicais que atuam no combate à discriminação racial como também cria espaços para a organização desses militantes no seu interior com o intuito de fortalecer esta luta, como uma luta do conjunto da classe trabalhadora.

Nesse período a Comissão cumpriu um papel importante nas discussões de Políticas Públicas de Promoção da Igualdade Racial, participando efetivamente de espaços e fóruns de debates públicos, envolvendo várias temáticas, como educação, saúde do trabalhador(a), crianças e adolescentes e orientação sexual.

Outras ações desenvolvidas pela CNCDR, como a participação em atividades da Organização Internacional do Trabalho - OIT sobre Gênero, Raça, Pobreza e Emprego, a discussão de políticas de qualificação para as trabalhadoras domésticas; o debate sobre a reforma sindical, salário mínimo; demonstra a necessidade de manter e aprimorar a transversalidade da discussão racial nas políticas gerais da Central.

Para avançar na estratégia e intensificar as lutas pela superação das desigualdades e pela busca da cidadania para os trabalhadores(as) negros e negras, é necessário que:

Ampliar o conhecimento do movimento sindical cutista sobre as relações raciais, especialmente sobre a discriminação no mercado de trabalho, suas causas e implicações em todos os âmbitos;

investir no processo de formação cidadã, voltada para a capacitação de dirigentes e lideranças sindicais na perspectiva da transversalidade dos temas relativos as questões raciais nas discussões de políticas públicas e sindicais,

Formular e propor cláusulas nos acordos coletivos que contribuam na superação da discriminação e das desigualdades entre trabalhadores e trabalhadoras, brancos e negros.

Garantir a implementação de todas as deliberações dos Congressos e Plenárias da CUT sobre o tema.

Jaime Rebelo, Marlene Furino, Eduardo Pacheco, Raymundo Pereira, Ivânia, Simão Dias, Soares e Rubão.

53. Emenda Substitutiva ao parágrafo 184

Embora a Constituição Federal Brasileira, no seu Artigo 3º, inciso IV e no Artigo 5º, respectivamente, preconize que “constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: ... promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.” e que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residente no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade...”, esse preceito constitucional não tem sido aplicado às pessoas com orientação sexual diferente dos padrões culturais exigidos pela sociedade, ou seja, para as pessoas homossexuais.

Prova disso são os constantes atos de violência social, de cunho psicológico, moral e físico praticados contra homossexuais, levando à morte de grande número deles (as). Nos locais de trabalho também identificamos, facilmente, a violação de direitos desses trabalhadores (as): muitos empregadores discriminam homossexuais em todas as fases: no recrutamento ou seleção, nas oportunidades de promoção, no acesso a benefícios indiretos como estudos, entre outros. As empresas têm como política a segregação e a discriminação negativa, baseadas na orientação sexual das pessoas.

Nas relações sociais, trabalhistas e previdenciárias, a realidade também é bastante cruel. Exemplo disso é o fato de um gay ou uma lésbica não conseguirem inscrever seus parceiros como dependentes no Plano de Saúde patrocinado pela empresa em que trabalham. Na área da saúde, trabalhadores e trabalhadoras homossexuais de todas as idades enfrentam grandes dificuldades na obtenção de informações, orientações e auxílios em geral, principalmente sobre doenças sexualmente transmissíveis e sobre a própria sexualidade.

Embora tenhamos avançado nas discussões desse tema e na luta para garantir os direitos plenos das pessoas homossexuais, ainda estamos longe de garanti-los. Por meio de vias judiciais temos tido ações isoladas, a exemplo de um funcionário da Caixa Econômica Federal do Rio Grande do Sul que ganhou direito a isonomia, em 2.000. Também podemos citar como positivo o fato do Instituto Nacional Reforma Agrária - INCRA ter outorgado o direito à terra para duas lésbicas no interior do estado de São Paulo, em janeiro de 2.006

Do ponto de vista do avanço nas políticas públicas destacamos o Programa *Brasil Sem Homofobia*, lançado pelo Governo Lula em 25 de maio de 2004. O programa é resultado da articulação entre o governo federal e a sociedade civil organizada na luta contra a violência e a discriminação aos gays, lésbicas, travestis e transexuais, e tem como principal objetivo desenvolver ações para prevenir a violência contra homossexuais, como: a implementação de políticas públicas de capacitação, de qualificação de policiais para o acolhimento, o atendimento e investigação em caráter não-discriminatório; capacitação de professores da rede de ensino, de trabalhadores e trabalhadoras da rede de atendimento à saúde; a inclusão nas matrizes curriculares das Polícias e das Guardas Municipais do recorte de orientação sexual e do combate a homofobia nos eixos temáticos de direitos humanos, a implantação de estratégias de sensibilização dos operadores do Direito, assessorias legislativas e gestores de políticas públicas, sobre os direitos dos homossexuais e a sistematização de casos de crimes de homofobia para possibilitar uma literatura criminal sobre o tema.

O desafio que se coloca para o próximo período é o de garantir a consolidação do Programa *Brasil Sem Homofobia*, bem como a aprovação e cumprimento de Leis que garantam o pleno direito das pessoas homossexuais.

Os direitos dos homossexuais são direitos humanos como o das mulheres e da raça negra e o movimento sindical, especialmente da Europa Ocidental e América do Norte, buscando garantir a proteção legal, via acordo coletivo, contra a discriminação por orientação sexual. No Brasil, a intervenção do movimento sindical nesta luta caminha a passos lentos, e apenas um reduzido número de sindicatos leva em consideração esse ponto em uma negociação coletiva.

É preciso desenvolver estratégias de modo a envolver um maior número de entidades e de sindicalistas, para que os sindicatos, além da luta geral, desenvolvam juntamente a luta pela promoção da igualdade econômica e social, sem discriminação de gênero, raça, geração e orientação sexual. Estratégias que

contemplem:

- intensificar o debate sobre o tema e elaborar cláusulas de isonomia de tratamento para os trabalhadores e trabalhadoras homossexuais, incorporando nas pautas de reivindicações;

- Auxiliar na retomada do Projeto *Orientação Sexual, Mercado de Trabalho e o Movimento Sindical*, realizado pela CUT em 2000/2001;

- desenvolver campanha pela aprovação do Projeto de Lei de Nº 1151/1995 que disciplina a união entre pessoas do mesmo sexo e dá outras providência; e o de Nº 503/2001 que dispõe sobre a criminalização da homofobia, ambos em tramitação no Congresso Nacional;

- desenvolver ações que possam contribuir para a implementação e consolidação do Programa *Brasil Sem Homofobia*, especialmente em relação ao mercado de trabalho.

Jaime Rebelo, Marlene Furino, Eduardo Pacheco, Raymundo Pereira, Ivânia, Simão Dias, Soares e Rubão.

54. Emenda Aditiva após parágrafo 185

Dando continuidade ao pioneirismo de nosso sindicato quando da criação da Secretaria da Mulher e de Combate ao Racismo, que em suas políticas de igualdade e de não discriminação serviu de modelo a centenas de tantos outros sindicatos, vem também propor a criação da “Comissão para assuntos de GLBTT’s”. Assim estaremos enraizando e aprofundando as políticas voltadas a estes trabalhadores.

Marcos Freire - Dir. Base, Tânia Machado - Cons. Fiscal, Elaine Damásio - Secretaria da Mulher, Almir Castro - Secretaria de Combate ao Racismo

55. Emenda Aditiva ao parág. 186 – no início

A terceirização faz parte de um conjunto de mudanças introduzidas no mundo do trabalho, especialmente a partir dos anos 90 no Brasil, com o objetivo de reduzir custos e de flexibilizar as relações de trabalho. Sob o manto da “modernização”, ela serviu de fato para precarizar as relações de trabalho, promover a piora nos salários, nos benefícios e nas condições de trabalho e intensificar a jornada e o ritmo de trabalho, tanto no setor público quanto no setor privado.

A terceirização também repercute na arrecadação e financiamento das políticas públicas, sobretudo as que beneficiam a população trabalhadora como, por exemplo, a seguridade social - que tem como fonte a previdência social - e as políticas de habitação, cuja fonte é o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS.

A atual composição da classe trabalhadora, mais fragmentada, heterogênea e com menor poder de pressão, tem dificultado a organização, mobilização e representação de trabalhadores, pelos sindicatos dos diversos ramos de atividade.

Apesar das continuadas deliberações e ações sindicais cutistas, o processo de terceirização difundiu-se aceleradamente em todos os setores da economia. A ausência de uma legislação geral sobre as relações de trabalho em processos de terceirização e de uma prática efetiva de negociação sobre o tema, assim como a ainda precária organização dos trabalhadores (as) terceirizados (as), contribuem para que o fenômeno se difunda, de forma incontrolável nos setores público e privado, e nos mais diferentes campos de atividade (indústria, comércio, agricultura e serviços). Ademais, os atuais projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional não contemplam as diretrizes estabelecidas pelos Congressos da CUT, e pelo Grupo de Trabalho que atualmente debate e formula diretrizes sobre o tema.

Para fazer frente a este processo, a CUT formulou, em período recente a seguinte estratégia, estruturada em três eixos:

- organizar os trabalhadores(as) terceirizados, o que implica em discutir itens como representação de terceiros no âmbito dos ramos de atividade e enquadramento sindical;

- negociar, em nível de empresa ou ramo, cláusulas sobre terceirização que estabeleçam o direito à informação prévia, a preservação do nível de emprego, a realocação de pessoal; assegurando, no mínimo, o mesmo patamar de garantias sociais, trabalhistas e previdenciárias válidas para o conjunto dos trabalhadores(as), construir proposta de projeto de lei (um específico para o setor privado; outro, para o setor público), a ser apresentada ao Congresso Nacional, visando coibir as terceirizações, impedindo que o trabalho seja utilizado como variável de ajuste perverso pelas empresas.

- Assim, a estratégia geral dos sindicatos da CUT deverá basear-se numa visão clara de combate à terceirização, lutando em todas as frentes - sindical, jurídica, institucional; articulando, nesse movimento, a luta concreta e imediata contra os efeitos deletérios da terceirização, assim como a intervenção nos processos de terceirização visando sua obstacularização.

Nesta estratégia deverão ser consideradas as especificidades da terceirização no setor público, pois, na maioria dos casos não é possível admitir a terceirização devido à natureza da atividade. É necessário defender o concurso público e as políticas públicas. É necessário, ainda, considerar a situação dos atuais terceirizados no âmbito do setor público e as dificuldades de incorporá-los na base de representação do funcionalismo.

Fica indicada ainda nesta estratégia geral a realização de uma Campanha Nacional contra a lógica de terceirização, coordenada pela CUT e articulada com os ramos de atividade e estaduais da CUT, destacando seus efeitos deletérios sobre a vida dos trabalhadores e identificando/problematizando os prejuízos causados para a sociedade.

Além disso, é necessário:

- estimular e acompanhar os processos de denúncia, resistência e negociação em curso nas diversas categorias e ramos da Central;

- aprofundar o diagnóstico e os debates sobre a representação de trabalhadores (as) terceirizados;

- manifestar publicamente nossa posição crítica em relação aos diversos projetos de lei em tramitação no Congresso, por sua insuficiência ou porque entram em choque com as diretrizes defendidas pela Central.

Jaime Rebelo, Marlene Furino, Eduardo Pacheco, Raymundo Pereira, Ivânia, Simão Dias, Soares, Rubão, Camargo e Amaral.

56. Emenda Aditiva após parágrafo 189

Aposentadoria: Pelo fim do fator previdenciário

No dia 09/03/2006 foi aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) - em decisão terminativa e por unanimidade - o Projeto de Lei 296/03, que acaba com o fator previdenciário. A matéria segue agora para a Câmara dos Deputados, a menos que haja recurso de nove senadores para que seja examinada pelo Plenário do Senado.

Esse projeto, sendo aprovado na Câmara dos Deputados, acaba com o uso de uma tal expectativa de vida, numa fórmula mirabolante que só tinha como objetivo desestimular o trabalhador a requerer sua aposentadoria, mesmo depois de ter tempo suficiente de contribuição, pois com esse critério os trabalhadores teriam uma redução que chegaria a até 35% no seu benefício.

Segundo exemplo citado no sítio da ANAPAR (Associação Nacional dos Participantes de Fundo de Pensão), um trabalhador com média de contribuição de R\$ 1.800,00, 55 anos de idade e 35 anos de contribuição, teria um benefício de R\$ 1.332,90. Com a aprovação da matéria, voltará a vigorar o cálculo das aposentadorias baseado na média de vencimentos recebidos pelos segurados nos últimos 36 meses, denominado de princípio da integralidade. Não vai ter mais essa de o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) dizer: "olha, aumentou a expectativa de vida e quem quiser se aposentar com o princípio da integralidade só na hora da morte".

Entendemos que o fim do fator previdenciário será o começo da luta para que todo o entulho das reformas que tiram direitos dos trabalhadores seja revogado, e que temos que continuar lutando para que isso aconteça.

Com isso, o 8º Congresso dos Metroviários delibera que essa categoria faça todos os esforços para que isso aconteça, seja através de luta diretas, como também em todas as instâncias do movimento sindical onde temos representantes.

Dagnaldo Gonçalves

57. Emenda Substitutiva ao parágrafo 193

O 8º Congresso dos Metroviários delibera que o processo eleitoral será nome a nome nas áreas.

Paulo Pasin - vice-presidente, Sérgio Renato (Carioca) - Séc. de Saúde, Dagnaldo - diretor de base - operador LLO

58. Emenda Aditiva ao final do parágrafo 193

"O sindicato não irá pagar as despesas da Convenção Cutista que deverão ser custeadas pela própria CUT".

Alternativa Sindical de Base - Construindo a Oposição

59. Emenda Aditiva após parágrafo 193

Convenção Eleitoral do Sindicato

Atualmente nosso processo de convenção é cotado por chapa, vota-se na chapa em todas as áreas da empresa. Difere-se do processo de nome-a-nome na base de cada diretor, para depois formar a chapa. Muito longe de parecer corporativista, este processo dará oportunidade aos (às) candidatos (as) de "medir" o resultado de seu trabalho, ou o envolvimento deste com sua área. A história tem mostrado que todos (as) os (as) diretores (as) assumem um compromisso com a categoria, independentemente de ser sua base, até por uma questão de princípio, pois quando se representa uma categoria há que entendê-la como um todo. Este processo, nome-a-nome, é o mais democrático, pois dá a oportunidade ao (à) candidato (a) de disputar junto à sua base, onde, presumidamente seu contato é bastante intenso. Outra vantagem deste processo é a de nos livrar dos "vícios" das eleições, quando a disputa, no final, propiciará que alguns permaneçam na direção, mesmo sem a aprovação da categoria.

Durante algumas eleições utilizamos do processo de eleição cutista no voto nome-a-nome, o qual se mostrou representativo das bases de nossa categoria; mudamos para o voto por chapa, mas acreditamos que não tenha sido a melhor forma de eleição. Todo sistema implantado está sujeito à mudanças, visando uma melhoria nos resultados, portanto, não há problema em ousar, voltando a eleição nome-a-nome na convenção cutista. Adotando um sistema que, de fato, melhor retrate a representatividade do (a) diretor (a).

Marquinhos, ex-diretor, Cidade II; Eraide, ex-diretora e vice-presidenta CIPA-EDI; Coutinho, Manutenção; Tânia, diretora Conselho Fiscal e Membro do Comitê de Gestão do Metrô; Calixto, cipista, CCO; Valtinho, ex-diretor, MTE Leste/Oeste; Marcão, diretor Leste/Oeste; Pedro Ricardo, cipista e ex-diretor PIT; Camargo, diretor Pátio Jabaquara

60. Emenda Aditiva ao item 204

Outros exemplos desta prática do Metrô, foram a demissão do diretor Gentil do Pátio Jabaquara e a situação de ex-diretores e lideranças da categoria como os companheiros Claudio Spiciatti e Dascânio que ficaram sem vencimentos e foram obrigados a se deixar demitir e o companheiro Simão Dias que já está há mais de um ano sem vencimentos, aguardando uma oportunidade de retornar ao trabalho.

Jaime Rebelo, Marlene Furino, Eduardo Pacheco, Raymundo Pereira, Ivânia, Soares e Rubão.

61. Emenda Aditiva ao final do parágrafo 204

O Sindicato vai desencadear uma grande campanha para o retorno do diretor Alex Fernandes, visto que já ganhamos na justiça em 2ª instância e que até o momento, o Metrô tenta adiar sua reintegração, usando manobras jurídicas.

Alternativa Sindical de Base - Construindo a Oposição

62. Emenda Aditiva ao parágrafo 205

Incluir depois de: como também pressionar a categoria. "perseguido diretores sindicais, delegados sindicais e cipistas, seus legítimos representantes."

Alternativa Sindical de Base - Construindo a Oposição

63. Emenda Aditiva 206a após parágrafo 206

"Contudo, o 8º Congresso e o Sindicato, como entidade de classe, assumem o compromisso de prestar toda a assistência necessária, seja jurídica ou social (salário, assistência médica e benefícios da categoria) a metroviários que tenham sido vítimas de tais situações."

Alternativa Sindical de Base - Construindo a Oposição

64. Emenda Aditiva 206b após parágrafo 206

Em defesa de um Metrô público e estatal Barrar a entrega da Linha 4

Alckmin, embasado na lei de PPP (Parceria Público e Privada), criada pelo Governo Lula (n. 11.079/04) e votada pelo Congresso do mensalão, aprovou na Assembléia Legislativa a privatização da linha 4 do Metrô.

Esse novo modelo de privatização "caiu como uma luva" para a burguesia e para os políticos corruptos que temos no Brasil. Fica evidente a quais interesses os governos estão atendendo, pois precisam de financiadores para suas campanhas eleitorais.

A PPP do Metrô é um presente para os especuladores da iniciativa privada. Eles investirão apenas 27% do valor total da obra na linha 4 e terão a arrecadação do sistema por 30 anos, e se houver qualquer prejuízo o Estado cobrirá.

No seminário realizado no Sindicato dos Engenheiros, o Secretário de Transportes Metropolitanos, Jurandir Fernandes, falou em bom tom que a iniciativa privada não vai bancar nosso Acordo Coletivo. O Metrô vem atacando nosso A.C. já há alguns anos, justamente para rebaixar ao máximo nossos direitos e entregar para os "tubarões" o serviço do transporte metroviário.

Nós teremos pela frente o maior embate que essa categoria já travou. Combater a privatização da linha 4 é defender nossos empregos, nossos direitos, nossas conquistas e acima de tudo defender o patrimônio público que é a Cia. do Metropolitanos de São Paulo. Se tivermos um Acordo Coletivo que garanta no "papel" o máximo de direitos, ele ajudará a dificultar a privatização, pois se torna um impeditivo para altos lucros da iniciativa privada.

Portanto, na campanha salarial deste ano, todos teremos de ter na consciência que nossa vitória só será alcançada se conquistarmos um bom Acordo Coletivo, pois somente desta forma poderemos impedir que a iniciativa privada explore os trabalhadores metroviários e comprometa a qualidade de nossa prestação de serviços.

Não à privatização do Metrô

Gratificação por tempo de serviço para todos

Periculosidade para OTs e SLOs da linha 5

Nenhuma retirada de direitos e conquistas

Que os salários de todas as funções passem a constar em nosso Acordo Coletivo

Para barrar a privatização Alckmin, é necessário chamar a mobilização do conjunto do movimento sindical de São Paulo

O início da privatização do Metrô com a entrega da concessão da Linha-4 trará consequências nefastas para a nossa categoria, e também terá implicações sérias para o serviço de transportes, atingindo milhões de trabalhadores que usam nossos serviços todos os dias. Se a mobilização de cada metroviário é fundamental nessa batalha, para ela ser vitoriosa teremos que contar com o apoio militante de outros setores atingidos e, em particular, o movimento sindical e popular organizado na cidade.

Hoje, esse processo de privatização via as PPPs em São Paulo está atingindo o Metrô e a Sabesp. Mas está claro que a amplitude dele em nível nacional acabará por atingir os mais diversos setores do serviço público.

Nesse sentido, é necessário fazermos um amplo chamado a todos os sindicatos, sociedades amigos de bairro, movimentos de moradia, pastorais, etc, para que se engajem nessa luta. Precisamos chamar uma ação conjunta dos diversos setores e organizar um Comitê de Luta Contra as PPPs. Essa campanha contra Alckmin só será vitoriosa se conseguirmos desmascarar o projeto das PPPs, trazendo a público as suas consequências e a roubalheira que eles significam.

Formar um comitê fazendo um chamado para toda a sociedade através de Sindicatos, comunidades de bairros, movimentos sociais, partidos e outras organizações dispostas a se engajar na campanha para impedir a entrega da linha 4.

Alternativa Sindical de Base - Construindo a Oposição

65. Emenda Aditiva 206c após parágrafo 206

Linha 5 – Lilás também é Metrô

O tratamento diferenciado que vem sendo dado aos metroviários da Linha 5 é algo que causa indignação, pois companheiros que na verdade foram usados como cobaias para a implantação de um sistema desconhecido dentro do metrô, quer por equipamentos ou por modo de operação em uma região carente de transporte e que passaria a ter uma novidade com relação à qualidade de atendimento e serviço, se quer têm reconhecimento pela dedicação que demonstraram neste trabalho pioneiro. A linha 5 - Lilás, concebida como um laboratório, a fim de implementar políticas de precarização das relações de trabalho, trata estes trabalhadores de forma discriminada, pelo fato de trabalharem no Metrô exercendo as mesmas funções de companheiros das outras linhas não recebendo os mesmos direitos e conquistas.

Já se vão quatro anos desde sua inauguração e algumas melhorias já foram conquistadas através de lutas e mobilizações, porém, muito aquém do merecido. Assim como foi nas Linhas 1 e 3, quando da conquista da periculosidade para quem trabalha em área de risco, os companheiros OTs e SLs da Linha 5 continuam lutando para que possam, enfim, desfrutar os direitos que lhes são devidos, assim como a jornada de trabalho de 36h.

O mesmo pode ser dito sobre os ASs e AEs, que sofrem com o acúmulo de tarefas ocasionado pela extinção da função de OEs. Com isso os ASs é que ficam responsáveis pelas linhas de bloqueio e pela abertura e fechamento das estações. Os ASs e AEs também foram prejudicados com a extinção da escala 4x2x4, sendo submetidos à jornada de 40 horas, sem contar com a imposição de horários absurdos, como a entrada às 4h30 e saídas à 1h da madrugada.

Na manutenção, é necessário apoiarmos os companheiros na obtenção das movimentações pendentes, no cumprimento das regras estabelecidas nos concursos internos realizados, lembrando que com a mobilização na campanha salarial de 2005, foi conquistado o fim da periculosidade por apontamento, garantindo este direito para todos que trabalham em área de risco.

CSC - Corrente Sindical Classista: Benedito Barbosa - AS/LLO, Marcos Pires, Rosa, Silvia Eneida, Xavier, Wagner Fajardo - Adm., André Piovesan, Bosco, Leonardo, Maurão, Sandra Regina, - PAT, Roque - MTE/LNS, Magrão, Raimundo Cordeiro, Wilsão - AE/LNS, Borges (Borjão), Elaine Damásio, Eunice Eulália - AE/LLO, Godoi - SL/LNS, Almir Castro, Aurelina, Carlos Lima, Gláucio, Moacir Sá, Sergio Roque, Zatorre OT/LNS, Maria do Carmo - OT/LLO, Galhardoni CT/LMO, César Amaral - OT/L5, Armandinho, Luizão, Onofre, Porosa, - PIT, Diagrino, Roberto Campos - OE/LNS, Elza Lima (Vó), Odair Guedes - OE/LLO, José Carlos (Capotão), Odemir (Pinguinha) - PCR, Wagner Gomes - CUT.

66. Emenda Aditiva 206d após parágrafo 206

Regulamentação da profissão – Segurança

Entendemos que existe a necessidade, neste item, de pensar uma política específica para regulamentar também e especificamente o trabalho dos companheiros e companheiras do corpo de segurança.

A Lei nº 6.149 de 2 de dezembro de 1974 dispõe sobre a segurança do transporte metroviário e dá outras providências mas não dá conta de tornar regulamentada a orientação da profissão e a formação específica e devidamente registrada em âmbito federal para que os trabalhadores (as) possam ter uma profissão reconhecida e regulamentada.

Sugerimos ainda a criação de CONSEGs - Conselhos de Segurança. A criação destes CONSEGs visa a inter-face entre o sistema de segurança do Metrô com os Conselhos já existentes nos bairros por onde passam as linhas e estações, integrando-os num mesmo sistema de segurança, preenchendo assim uma lacuna invisível que existe quando o usuário sai do sistema e começa a jurisdição do CONSEG do seu bairro.

Tudo isso integrado a uma única Coordenadoria. A integração do Metro aos Conselhos de Segurança talvez seja a maior virtude da proposta. O mapeamento que é feito pelo Metrô aponta muitas vezes para as comunidades próximas às estações, que tem como limite de atuação as faixas brancas pintadas nas calçadas em frente às saídas/entradas das mesmas.

Por sua vez, o mesmo mapeamento feito pelos Consegs, esbarram na jurisdição do Metrô, ou seja, na área de atuação do metro. Um trabalho feito de forma integrada, possibilitaria a eliminação deste problema. Um Conseg define o conceito de parceria em uma comunidade, cooperando para restaurar, manter e desenvolver fortes vínculos de polaridade e compreensão, auxilia a polícia a estabelecer prioridades no atendimento à população e realiza campanhas educativas que estimulam a auto-proteção comunitária.

Esta proposta vem apenas e tão somente confirmar o auto grau de respeitabilidade destes dois grandes nomes que tanto fazem pela cidade, cada um em seu segmento, cada qual com suas especificidades, mas, se juntarem suas forças contra um inimigo comum, que é a criminalidade, os frutos desta união se reverterão em benefícios múltiplos que serão colhidos por todos nós.

Jaime Rebelo, Marlene Furino, Eduardo Pacheco, Raymundo Pereira, Ivânia, Ziuneide, Policarpo, Zé das Oito, Simão Dias, Soares e Rubão.

67. Emenda Aditiva 206e após parágrafo 206

O Congresso deve ser organizador da luta contra a terceirização e a privatização.

1 - Para os metroviários, o mais importante é a luta contra a terceirização e a privatização:

As últimas assembleias demonstraram que existe disposição na categoria, para enfrentar a dura luta contra a terceirização e a privatização, ou seja, contra as Parcerias Público-Privadas. Mas, nestes momentos, ficou evidente a falta de um Plano de Lutas que unifique e organize todas as resistências existentes numa única batalha contra a terceirização e a privatização. À empresa interessa que nossas lutas estejam segmentadas.

2 - O Congresso deve ser parte do Plano de Lutas contra a Terceirização e a Privatização:

O Congresso é um momento privilegiado de luta e organização dos (as) metroviários (as). Nele estarão reunidos (as) cerca de duas centenas de delegados (as), pessoas dispostas a discutir e lutar. Será um crime com a categoria se o 8º Congresso não colocar como o centro dos debates e resoluções a luta contra a Terceirização e Privatização sem, com isso, prejudicar a discussão qualificada dos demais pontos já previstos em sua pauta.

3 - Necessidade da unidade entre todas as funções da categoria e áreas da empresa:

Não devemos ter dúvidas de que a chave da resistência é a união de toda a categoria e a luta unificada contra a terceirização e a privatização. O plano de lutas já está em curso, e cada batalha e cada movimento deve servir de estímulo para outros. Na verdade, cada luta específica por direito é parte fundamental da luta contra a privatização. Assim a luta da PR deve servir para agregar mais energia à luta contra a privatização, lutar pelo Plano de Carreira e por contratação também, a defesa da organização de base e das CIPAS, e assim por diante.

De imediato, temos duas tarefas que são: o lançamento da Campanha no dia 23, na Assembleia Legislativa, e a discussão e preparação de uma greve no dia 24.

4 - Necessidade do apoio da população:

Por outro lado, é fundamental a luta envolvendo a população. Para isso devemos procurar a sociedade organizada para fazer parte desse movimento, principalmente, às associações das regiões onde esta estratégia do governo (PPPs) está sendo utilizada.

5 - Campanha Salarial, momento importante do Plano de Lutas:

Sem sombra de dúvidas a campanha salarial deverá um palco fundamental desta luta contra a terceirização e a privatização. Devemos ter claro que lutar contra a privatização é defender direitos, e por isso devemos nos preparar para uma Campanha Salarial de enfrentamento ao projeto privatista, organizando-nos para a possibilidade de uma greve forte e levantando com firmeza as bandeiras mais sentidas na categoria, quais sejam:

Não a terceirização e a privatização

Aumento real de salários (ver dado: mais de 70 % das categorias tiveram..)

Anuênio para todos (as);

Estabilidade no emprego;

Contratação de pessoal;

Plano de Carreira com uma dotação orçamentária específica para garantir sua implementação;

Periculosidade para todos (as) que adentram as áreas de risco.

Paulo Pasin - vice-presidente, Sérgio Renato (Carioca) - Sec. de Saúde,

Dagnaldo - diretor de base - operador LLO

68. Emenda Aditiva 206f após parágrafo 206

Renovação Automática de Resoluções

Que as resoluções do último Congresso sejam efetivamente colocadas em prática, não sendo suprimidas com o advento do novo Congresso. Para suprimi-las deverão ser consideradas como novas teses e passarão pelo mesmo processo de aprovação, ou não, pelos grupos de trabalho, e ou, pela Plenária.

Esta tese tem como objetivo ratificar todo o trabalho desenvolvido no último Congresso, onde teses foram aprovadas e ainda não colocadas em prática.

Policarpo

69. Emenda Aditiva 206g após parágrafo 206

“A distância que nos separa, nos faz saudosos, um d outro e por mais que tentes, de várias outras formas, somente com tua presença, constante, é que me sinto seguro”

Desde a sua abertura a Linha 5 - Lilás pretere a presença do Sindicato. As razões são múltiplas e de conhecimento da entidade. Conforme os apelos se avolumam, a presença se esvazia, como se fossemos não sindicalizados. Com o indicativo claro de que a Linha 5 será a porta de entrada para a Cia, a presença da entidade se faz ainda mais necessária. Po tanto, oficializo a proposta, já conhecida por todos de Abertura de uma Subsede ao Longo da Linha 5 - Lilás, remetendo-a a este Congresso, para apreciação da categoria cõo um todo.

Policarpo

O Sindicato deseja a todos os delegados um ótimo 8º Congresso e que as resoluções aprovadas fortaleçam a nossa categoria!